



**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ**

**TRINCHEIRAS DE PAPEL:  
A GUERRA CIVIL DE 1932 NAS PÁGINAS DOS JORNAIS**

Niterói

2018

**CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ**

**TRINCHEIRAS DE PAPEL:  
A GUERRA CIVIL DE 1932 NAS PÁGINAS DOS JORNAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angélica Müller.

Niterói

2018

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo  
Campus Niterói

D224t Daróz, Carlos Roberto Carvalho.

Trincheiras de papel: a guerra civil de 1932 nas  
páginas dos jornais / Carlos Roberto Carvalho Daróz.  
– Niterói, 2018.

163 p.

Bibliografia: p. 155-161.

Dissertação apresentada para obtenção do título de  
Mestre em História - Universidade Salgado de  
Oliveira, 2018.

Orientador: Dsc. Angélica Müller.

1. Brasil - História. 2. Brasil - História - Revolução  
Constitucionalista, 1932. 3. São Paulo (Estado) -  
História. 4. Rio de Janeiro (Estado) - História. 5.  
Imprensa e política - Brasil. 6. Comunicação de massa  
e guerra - Brasil. 7. Brasil - Política e governo -  
História - Séc. XIX. I. Título.

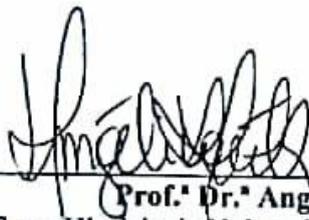
CDD 981

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ

**“TRINCHEIRAS DE PAPEL: A GUERRA CIVIL DE 1932  
NAS PÁGINAS DOS JORNAIS”**

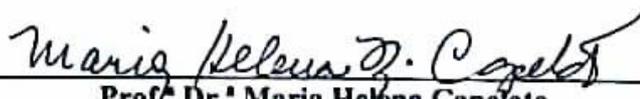
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 09 de julho de 2018 pela banca examinadora, composta pelos professores:



---

**Prof.ª Dr.ª Angélica Müller**

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



---

**Prof.ª Dr.ª Maria Helena Capelato**

Professora da Universidade de São Paulo (USP)



---

**Prof. Dr. Marcelo da Silva Timotheo da Costa**

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

*Aos brasileiros que perderam a vida durante a guerra de 1932.*

## AGRADECIMENTOS

O poeta e pastor anglicano inglês John Donne (1572–1631) refletiu sobre o papel do homem na sociedade e sua capacidade de interação e realização

Nenhum homem é uma ilha isolada; cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra; se um torrão é arrastado para o mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse a casa dos teus amigos ou a tua própria; a morte de qualquer homem diminui-me, porque sou parte do gênero humano. E por isso não perguntes por quem os sinos do-  
bram; eles dobram por ti.

Compreendendo que este trabalho de investigação tem a possibilidade de trazer uma contribuição social e entendendo o auxílio que recebi em sua produção, reconheço que não poderia realizar pesquisa de tal magnitude sem o apoio de muitas pessoas e instituições, às quais aqui expresso a minha eterna gratidão.

Ao programa de pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, na pessoa de sua coordenadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Amantino e de seus qualificados e competentes professores.

Ao Prof. Dr. Jorge Ferreira, da Universidade Federal Fluminense, pelas observações consignadas por ocasião do exame de qualificação.

Aos Prof. Dr. Marcelo da Silva Timotheo da Costa, da Universidade Salgado de Oliveira, e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Helena Rolim Capelato, da Universidade de São Paulo e presidente da Associação Nacional de História, pelas contribuições legadas na banca de avaliação.

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Angélica Müller, minha orientadora, pela confiança, amizade, e segurança manifestas durante todo o processo de orientação. Se há algum sucesso nessa pesquisa, muito se deve ao seu trabalho e às discussões de alto nível, entabuladas tanto no Brasil, quanto na França.

Aos meus pais, Maria de Lourdes (*in memoriam*) e Paulo César, por não terem medido esforços para me proporcionarem a melhor educação possível e por terem sido os responsáveis pela formação do meu caráter.

Às minhas filhas queridas Lu e Ana, ambas universitárias, que me apoiaram com seu amor e compreensão ao longo de todo o percurso de produção da pesquisa. Minhas lindas, minha herança.

À minha amada esposa, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elaine Daróz, pelo companheirismo, compreensão, cumplicidade, estímulo e auxílio metodológico, manifestos em inúmeras discussões e conversas acerca da pesquisa e das lides acadêmicas.

Ao meu Deus, por ter me conduzido até aqui, com saúde, vigor e disposição para pesquisar e continuar aprendendo mesmo com o passar dos anos.

A todos esses queridos, o meu muito obrigado. Sou extremamente grato a todos vocês.

*O diâmetro da imprensa é o mesmo da civilização.*  
Victor Hugo

## RESUMO

No dia 9 de julho de 1932 irrompeu em São Paulo um movimento político-militar contrário ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, com as características de uma guerra civil. O presente trabalho tem por objetivo analisar como a imprensa escrita apresentou a questão da guerra de 1932 em São Paulo e no Rio de Janeiro, e se os principais jornais representaram as posições hegemônicas dos paulistas e do Governo Provisório. Também será objeto de análise a forma como os periódicos abordaram o movimento e a disputa de memória ocorrida nos decênios subsequentes, desde o seu fim até a atualidade. A partir do exame dos dois jornais de maior circulação no país, o paulista *O Estado de S. Paulo* e o carioca *Correio da Manhã*, e com base nos estudos de imprensa, na categoria teórica da cultura política, proposta por Serge Berstein, e nos estudos de memória, a investigação analisa como a guerra civil de 1932 foi percebida nas páginas dos principais jornais, paulista e da Capital Federal; como a imprensa escrita do Rio de Janeiro e de São Paulo procurou influenciar na mobilização do movimento de 1932; como esses jornais de grande circulação foram utilizados como instrumentos de difusão de uma cultura política; e como, após o término do movimento, os periódicos serviram como instrumento de disputa pela memória.

**Palavras-chave:** Guerra de 1932, imprensa, memória

## ABSTRACT

On July 9th, 1932, a political-military movement broke out in São Paulo against Getúlio Vargas's Provisional Government, with the characteristics of a civil war. The present paper aims to analyze how the written press presented the question of the 1932 war in São Paulo and Rio de Janeiro and whether the main newspapers represented the hegemonic positions of the Paulistas (people from São Paulo) and the Provisional Government. An analysis will also be made of the way the journals have dealt with the movement and the memory dispute that occurred in the subsequent decades, from its end to the present day. From the examination of the two newspapers with the largest circulation in the country, the *O Estado de S. Paulo* and the *Correio da Manhã*, and based on the press studies, in the theoretical category of political culture, proposed by Serge Bernstein, and in the studies of memory, the investigation analyzes how the civil war of 1932 was perceived in the pages of the main newspapers, in São Paulo and in the Federal Capital; as the written press of Rio de Janeiro and São Paulo sought to influence the mobilization of the 1932 movement; how these newspapers of great circulation were used as instruments of diffusion of a political culture; and how, after the end of the movement, the periodicals served as an instrument of dispute over memory.

**Keywords:** War of 1932, press, memory

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz MMDC “Você tem um dever a cumprir.” .....	57
Figura 2 – Cartaz MMDC “Eles estão a sua espera” .....	57
Figura 3 – Cartaz MMDC “Sustentai o fogo que a vitória é nossa.” .....	58
Figura 4 – Cartaz MMDC “Paulista, eu já cumpri o meu dever. E você?” .....	58
Figura 5 – Anúncio solicitando voluntários para a Escola de Granadeiros e Guarnições para Morteiros .....	82
Figura 6 – Publicidade do Leite Moça: “Vigor e resistência” .....	89
Figura 7 – Publicidade do Leite Moça: “nas trincheiras ou no lar” .....	89
Figura 8 – Cartaz MMDC “Dê ouro para a vitória.” .....	92
Figura 9 – Certificado de participação na Campanha do Ouro .....	92
Figura 10 – Anúncio solicitando a entrega de granadas de artilharia .....	94
Figura 11 – Prisioneiros de guerra paulistas em Ponta Grossa .....	100
Figura 12 – Cavalaria do Regimento 9 de Julho da PMESP com uniforme histórico: um novo elemento simbólico que remete à política paulista .....	123
Figura 13 – Cartaz com anúncio de visita guiada no Obelisco do Ibirapuera .....	129
Figura 14 – O Obelisco do Ibirapuera com a frase de Benedicto Machado Florence: simbolismo exaltando e voluntariado dos jovens de São Paulo .....	131
Figura 15 – Convite da PMESP para o desfile de 9 de Julho .....	140
Figura 16 – Caderno especial do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> alusivo aos 70 anos do movimento de 1932 .....	141
Figura 17 – Júri simulado no TJ-SP. Deputado Fernando Capez atuando como promotor encarregado da acusação .....	145
Figura 18 – Convite para reunião preparatória emitido pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro .....	146
Figura 19 – Cartaz de divulgação da 1ª Recriação histórica da defesa do Túnel da Mantiqueira .....	146
Figura 20 – 1ª Recriação histórica da defesa do Túnel da Mantiqueira .....	147

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa  
AI – Ato institucional  
AIB – Ação Integralista Brasileira  
AL – Aliança Liberal  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
BC – Batalhão de caçadores  
BI – Batalhão de infantaria  
Cel – Coronel  
CM – Jornal *Correio da Manhã*  
DOP – Departamento Oficial de Publicidade  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
FPMG – Força Pública de Minas Gerais  
FPSP – Força Pública de São Paulo  
FUP – Frente Única Paulista  
Gen – General  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil  
OESP – Jornal *O Estado de S. Paulo*  
PD – Partido Democrático  
PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo  
PRM – Partido Republicano Mineiro  
PRP – Partido Republicano Paulista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RC – Regimento de cavalaria  
RI – Regimento de infantaria  
TJ-SP – Tribunal de Justiça de São Paulo  
UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 – ESCAVANDO AS TRINCHEIRAS</b> .....	26
1.1 EM BUSCA DO PODER – FORÇAS POLÍTICAS EM CONFLITO .....	26
1.2 <i>O ESTADO DE S. PAULO</i> – DO IMPÉRIO À REPÚBLICA .....	32
1.3 <i>CORREIO DA MANHÃ</i> – UM JORNAL DE OPINIÃO .....	37
1.4 SÃO PAULO: UMA CULTURA POLÍTICA EM EVIDÊNCIA .....	43
<b>CAPÍTULO 2 – COMBATENDO NAS TRINCHEIRAS</b> .....	64
2.1 SOB O MANTO DA CENSURA .....	64
2.2 CONSPIRAÇÃO .....	69
2.3 AS TRINCHEIRAS ABREM FOGO - COMEÇA A GUERRA .....	73
2.4 MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL .....	79
2.5 MOBILIZAÇÃO LOGÍSTICA E INDUSTRIAL .....	87
2.6 O COMBATE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS – A PROPAGANDA DE GUERRA .....	96
<b>CAPÍTULO 3 – AS TRINCHEIRAS QUE FALAM – AS MEMÓRIAS DA GUERRA</b> .....	106
3.1 OS MORTOS DAS TRINCHEIRAS – CULTO, TRANSLADO E MÁRTIRES .....	110
3.2 AS TRINCHEIRAS SE ESTABELECEM – OS ESPAÇOS DE REMEMORAÇÃO .....	119
3.3 TRINCHEIRA PERMANENTE – A MEMÓRIA CONVOCADA EM SÃO PAULO .....	132
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	150
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b> .....	154
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	155
<b>ANEXOS</b> .....	162

## INTRODUÇÃO

Nr 579 E.M. – Diante insucesso combinação autorizastes entre chefes militares, no mesmo propósito ditou minha proposta suspensão hostilidades, foi ordenado retraimento geral minhas forças. Máxima necessidade, afim [sic] evitar calamidades extensão imprevisível, seja ordenada limitação progressão forças federais e fazer conhecer toda urgência principais condições Governo da União estabelece para a paz.

Gen. Klinger<sup>1</sup>

Com o telegrama acima, o general Bertholdo Klinger anunciava ao presidente da República o fim das hostilidades iniciadas três meses antes no Estado de São Paulo, naquele que se configurou como o primeiro movimento de contestação ao Governo Provisório instalado em 1930.

O movimento político-militar ocorrido em São Paulo em 1932 é um dos episódios mais mal compreendidos de nossa História. Se pela ótica de São Paulo levantou-se a “bandeira” da Constituição, alimentando sentimentos de grandeza e superioridade moral, por outro lado o movimento é retratado como mera reação das oligarquias paulistas ao governo revolucionário e “popular” de Getúlio Vargas e à perda de prestígio e poder. Por essa razão, decorridos 86 anos, verificou-se, ao longo do tempo, uma intensa disputa pela memória do movimento.

O presente trabalho investigará como a imprensa escrita apresentou a questão da guerra de 1932 em São Paulo e no Rio de Janeiro, e se os principais jornais representaram as posições hegemônicas dos paulistas e do Governo Provisório. Também será objeto de análise a forma como os periódicos abordaram o movimento e a disputa de memória ocorrida nos decênios subsequentes, desde o seu fim até a atualidade.

A investigação desenvolver-se-á a partir do exame de dois jornais de grande circulação, o paulista *O Estado de S. Paulo* e o carioca *Correio da Manhã*, e abordará, em um primeiro momento, a conjuntura política que conduziu ao movimento, a trajetória dos periódicos selecionados como objeto e analisará como o episódio contribuiu para uma consolidação de uma cultura política própria em São Paulo. Em seguida, estudará o desdobramento da guerra

---

<sup>1</sup> Telegrama nº 579-E.M., de 2/10/1932, do General Bertholdo Klinger ao Presidente Getúlio Vargas. Acervo CPDOC/FGV.

propriamente dita e seus reflexos imediatos. O trabalho, ainda, abarcará os decênios que sucedem o movimento até os dias atuais. O recorte temporal foi assim estabelecido no sentido de abranger a construção de uma memória regional própria em São Paulo, que inclui, dentre outros eventos, a aprovação da Lei Estadual nº 9.497, de 5 de março de 1997, instituindo o dia 9 de julho como feriado civil e data magna do Estado de São Paulo.<sup>2</sup>

A própria denominação atribuída ao movimento de 1932 é passível de discussões e demonstra essa disputa, variando de acordo com a posição historiográfica dos autores e pesquisadores que se dedicam ao tema: Revolução Constitucionalista, rebelião, contrarrevolução ou guerra civil. No amplo arcabouço teórico que procura definir a guerra e sua natureza, parto da caracterização formulada por Karl von Clausewitz<sup>3</sup>, para quem “a guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”.<sup>4</sup> Ampliando tal entendimento, Norberto Bobbio postula que a guerra, enquanto instrumento político, merece uma consideração particular. Para ele a guerra com fins políticos não tem como objetivo a destruição do adversário, mas possui caráter instrumental, associado a uma finalidade desejada.<sup>5</sup>

Existem diferentes modelos de classificação das guerras de acordo com a opção epistemológica, podendo elas serem tipificadas, por exemplo, segundo as causas, o desenvolvimento, a intensidade, a abrangência geográfica, a estratégia ou o tipo de armamento principal utilizado. Uma dessas categorias é a guerra civil. Embora sua caracterização seja complexa, o geopolítico francês Pascal Boniface a apresenta como um conflito declarado no seio de um estado e que opõe suas autoridades a um ou mais agrupamentos insurrecionais.<sup>6</sup> Diferenciada da guerra entre grupos sociais pertencentes a Nações distintas, a guerra civil “implica uma

---

<sup>2</sup> A Lei Federal n. 9.093, de 12 de setembro de 1995, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre feriados, determina que a data magna do estado, fixada em lei estadual, é feriado civil. Assim sendo, em São Paulo, o então Deputado Estadual Guilherme Gianetti apresentou o Projeto de Lei nº 710/1995, que deu origem à Lei Estadual nº 9.497, de 5 de março de 1997, instituindo o dia 9 de julho, data do início do movimento militar, como feriado civil do Estado. Ver SÃO PAULO. *Lei nº 9.497-Institui, como feriado civil, o dia 9 de julho, data magna do Estado de São Paulo*. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1997. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=9458>>. Acesso em 28 out. 2016.

<sup>3</sup> Karl von Clausewitz (1780-1831) foi um militar prussiano que combateu contra os exércitos da Revolução Francesa e de Napoleão. Oficial do exército com responsabilidades militares e políticas no seio do Estado prussiano, aos 38 anos, Clausewitz tornou-se major-general e, mais tarde, mudou-se para os círculos intelectuais de Berlim, onde escreveu o livro *Da Guerra* (no alemão original “Von Krieg”), que apenas viria a ser publicado após a sua morte, em 1832. Ainda hoje a obra de Clausewitz é uma referência na teoria dos conflitos, da guerra e da estratégia.

<sup>4</sup> CLAUSEWITZ, Karl von. *Da guerra*. Disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>. Acesso em 24 jul. 2017, p.75.

<sup>5</sup> BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1991, p.572.

<sup>6</sup> BONIFACE, Pascal. *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1997, p.166.

organização rebelde equipada com armamento e *staff*<sup>7</sup> recrutado em tempo integral”.<sup>8</sup> Nessa mesma vertente, o *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio et al, define a guerra civil como o conflito conduzido por “cidadãos de um mesmo estado”.<sup>9</sup>

Com esse embasamento teórico, embora os paulistas na ocasião e *a posteriori* optassem por caracterizar o movimento de 1932 como Revolução Constitucionalista, acompanhando a tendência historiográfica contemporânea<sup>10</sup> tratarei o conflito como uma guerra civil, visto que suas características se enquadram nos pressupostos acima assinalados. Nesse sentido, ao me referir ao movimento político-militar deflagrado em 9 de julho de 1932, o farei na condição de guerra civil, ou, por uma questão estilística e para evitar repetições, como guerra paulista, ou, mais genericamente, como movimento de 1932.

Os vinte anos que separam o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e o começo da Segunda (1939) caracterizaram-se pelo descrédito dos sistemas liberais representativos e pelo rápido surgimento de alternativas autoritárias. Para tornar ainda mais complexo o cenário, em 1929, os Estados Unidos da América se viram diante da maior crise econômica de sua história<sup>12</sup>, o que impediu a reconstrução dos países depois da guerra e contribuiu diretamente para o aparecimento dos regimes autoritários. Com exceção da isolada e socialista União Soviética, os regimes que surgiram da Primeira Guerra Mundial, em sua maioria parlamentares, tornaram-se frágeis diante das soluções autoritárias.<sup>13</sup> Tal cenário mundial acabou por se refletir no Brasil, ainda que de maneira diferenciada, impactando na política, na economia e na sociedade.

---

<sup>7</sup> *Staff* é um termo inglês que significa "pessoal", no sentido de equipe ou funcionários. O termo é utilizado para designar as pessoas que pertencem ao grupo de trabalho de uma organização particular. No meio militar, o termo refere-se ao estado-maior, equipe de assessoramento que auxilia o comandante no planejamento e tomada de decisões.

<sup>8</sup> COLLIER, Paul et al. *Breaking the conflict trap: civil war and development policy*. Washington: World Bank, 2003, p.11.

<sup>9</sup> BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política ...*, p. 572.

<sup>10</sup> Ver HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982; LOPES, Raimundo Hélio. *Os batalhões provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)*. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2009; e LOPES, Raimundo Hélio. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro. 2014.

<sup>12</sup> Chamada por vezes de Crise de 1929, foi uma grande depressão econômica que teve início em 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova York, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX.

<sup>13</sup> GARCIA, Bruno. O outono das democracias. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.88, p.24-25, jan. 2013.

Nos derradeiros anos da Primeira República, a crítica ao federalismo enfocava, principalmente, seu caráter artificial, oligárquico e plutocrático. O estado federativo e liberal privilegiava o indivíduo, mas um indivíduo teórico, enquanto descuidava do indivíduo real imerso na realidade brasileira. Tal democracia, marcada por um liberalismo oligárquico, foi refutada e removida do poder pela Revolução de 1930, sendo substituída pelo que se considerava a “verdadeira” democracia, centralizada, autoritária e de acordo com uma identidade nacional.<sup>15</sup>

Vargas revogou a Constituição de 1891, instituiu um Governo Provisório, e assumiu o compromisso de convocar uma Assembleia Constituinte. Superadas pela revolução, as elites paulistas reclamaram da demora em elaborar a nova Carta Magna e do tratamento dispensado por Vargas ao Estado de São Paulo. Diante do retardo em convocar a Assembleia Constituinte e em razão da nomeação de sucessivos interventores não paulistas para o governo estadual, considerados como estrangeiros no estado, no início de 1932 o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD), opositores históricos, uniram-se formando a Frente Única Paulista. Lançaram uma campanha pela reconstitucionalização do país, pelo fim do Governo Provisório e pelo encerramento da intervenção federal nos estados. As sucessivas manifestações populares contra o governo Vargas prosseguiram com intensidade crescente até que, na madrugada de 9 de julho de 1932, irrompeu em São Paulo um movimento político-militar contrário ao poder central.

Analisar este período da História do Brasil não é fato novo, dada à vasta literatura encontrada sobre o assunto, havendo quase três centenas de títulos publicados<sup>17</sup>, que englobam desde memórias de combatentes que lutaram em ambos os lados do conflito, até brasilianistas, como Stanley Hilton<sup>18</sup> e Frank McCann.<sup>19</sup> Apesar disso, a guerra civil de 1932 é pouco conhecida da maioria dos brasileiros, tanto nas escolas quanto na academia, visto que são escassos os trabalhos científicos que se debruçam sobre a temática. No que tange à imprensa, são ainda mais raras as pesquisas que se propõem a analisar especificamente o período que abrange o movimento paulista.

---

<sup>15</sup> Ver VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

<sup>17</sup> Cf Raimundo Hélio Lopes (2012, p.10) foram documentadas 272 obras referentes à Revolução de 1932, sendo a ampla maioria escrita por memorialistas e literatos. Ainda sobre esse conjunto de obras, praticamente todas foram escritas por pessoas que participaram do movimento em São Paulo, seja contra ou a favor do estado.

<sup>18</sup> HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira ...*, 1982.

<sup>19</sup> McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

A imprensa escrita brasileira, particularmente do Rio de Janeiro e São Paulo, cobriu a guerra civil de 1932 intensamente, elaborando propagandas, publicando editoriais, silenciando por muitas vezes, e difundindo as posições dos grupos alinhados com o Governo Provisório de Vargas, ou com o movimento paulista, respectivamente.

A abordagem proposta na pesquisa é original, pois não existem trabalhos ou obras que estudam, à luz da história política, a atuação da imprensa escrita como instrumento representativo da opinião política dos grupos envolvidos no conflito, seja em prol da causa paulista, autodenominada “constitucionalista”, seja em benefício do Governo Provisório de Getúlio Vargas.<sup>24</sup> Ana Paula Goulart Ribeiro destaca as estreitas relações do jornalismo com a política até a década de 1940 e seu posicionamento como porta-voz do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade. A imprensa era ainda essencialmente de opinião e a linguagem da maioria dos jornais era em geral agressiva e virulenta, marcada que estava pela paixão dos debates e das polêmicas.<sup>25</sup>

Por problematizar a relação entre a imprensa e seu papel na construção da memória, a investigação poderá ser relevante e inovadora, capaz contribuir para o enriquecimento da historiografia sobre a temática e perceber como as elites do Estado de São Paulo fizeram, por meio da imprensa escrita, uso político para a mobilização durante o movimento e da construção de sua memória, nos anos que sucederam a guerra de 1932. Em sentido oposto, investigo como se processou um apagamento dessa memória fora dos limites do estado.

O interesse em estudar o período decorre, também, de questões pessoais. Sou neto de um ex-combatente paulista de 1932 e, ao longo de minha trajetória de vida, residi em algumas cidades que foram palco dos combates que, em certa medida, ainda guardam vestígios e possuem alguns lugares de memória com referências à guerra paulista.

Diante desse cenário, surgem algumas indagações que merecem uma investigação mais detalhada: Como a guerra civil de 1932 foi percebida nas páginas dos principais jornais, paulista e da Capital Federal? Como a imprensa escrita do Rio de Janeiro e de São Paulo procurou influenciar na mobilização do movimento de 1932? Esses jornais de grande circulação foram utilizados como instrumentos de difusão de uma cultura política? Após o término do movimento, como os periódicos apresentaram a guerra paulista de 1932 com o passar dos anos, e como essas matérias serviram como instrumento de disputa pela memória?

---

<sup>24</sup> Ver WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v.1, n.2, Set. 1984.

<sup>25</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.31, p.147-160, 2003, p.147.

Dentre os trabalhos que serviram como ponto de partida para a pesquisa, destaco alguns. Para interpretar a natureza do movimento de 1932, Maria Helena Capelato<sup>26</sup> contrapõe, em sua obra *O movimento de 1932: a causa paulista*, duas posições antagônicas. Por um lado a consciência dos liberais paulistas da certeza de terem lutado contra a ditadura, em nome do Direito, da Lei e da Constituição. Em sentido oposto, Getúlio Vargas classificou o levante como um movimento reacionário que pretendia a volta do *status quo* anterior, qual seja, a restauração da velha mentalidade oligárquica. Capelato faz um estudo acerca dos principais acontecimentos políticos que resultaram no desgaste da relação entre o Governo Provisório e as elites paulistas, particularmente a insatisfação de São Paulo com a influência que o grupo denominado “tenentista” exercia no estado e na difícil relação destes com os membros do PD, ainda que ambos os grupos tivessem apoiado a Revolução de 1930.

Como subsídio à pesquisa proposta, fazemos uso dos estudos do brasilianista Stanley Hilton, autor do livro *1932: a guerra civil brasileira*, na avaliação deste pesquisador a obra mais completa sobre o movimento de 1932.<sup>27</sup> O livro, estruturado em 14 capítulos, discute as origens da guerra, as articulações conspiratórias, o desenrolar do conflito, o movimento de 1932 fora de São Paulo, seus desdobramentos, com o exílio dos principais responsáveis pelo movimento, e a reconciliação do Governo Provisório com os paulistas. Para ele, as causas do movimento remontam às divergências entre São Paulo e o regime varguista por ocasião da Revolução de 1930, direcionada em grande parte contra o PRP e o sistema oligárquico que este representava. Hilton oferece uma análise histórica objetiva e uma visão abrangente do episódio que também classificou como uma guerra civil.

Na obra *1932: imagens de uma revolução*, Marco Antônio Villa retoma a temática e procura reabrir as discussões que cercam o sentido histórico da guerra de 1932.<sup>29</sup> Sua principal fonte de investigação consiste em uma diversidade de documentos visuais, que abrangem fotografias, cartazes, anúncios comerciais e cartões postais, vestimentas, armas, e o próprio dinheiro criado pelos paulistas. A abordagem adotada perpassa o período por meio de temas selecionados que vão desde a inquietação política implantada pelos “revolucionários” de 1930 em São Paulo, especialmente a partir dos primeiros meses de 1932, até os aspectos relacionados com o cotidiano do conflito, incluindo imprensa e propaganda, representações da guerra, literatura e música, cronologia, e as operações de combate propriamente ditas.

---

<sup>26</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>27</sup> HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira...*, 1982.

<sup>29</sup> VILLA, Marco Antônio. *1932: Imagens de uma revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

Estudos recentes conduzidos por Raimundo Hélio Lopes sobre o conflito trazem novas abordagens, atribuindo-lhe a dimensão de uma verdadeira guerra nacional, e demonstrando que o país todo se envolveu direta ou indiretamente na repressão ao movimento. Lopes defende a tese que o conflito foi muito além de um simples confronto regional, e que estavam em jogo diferentes projetos de país distintos: um tipificado o Brasil de antes da revolução de 1930, representado pelo Estado de São Paulo, e o outro, caracterizado pelo modelo político centralizador e modernizador adotado pelo novo governo. O Estado do Ceará, por exemplo, se envolveu no conflito a favor do governo Vargas, pois o ideal que ascendera com os revolucionários de 1930 é o de que todos os estados receberiam a devida atenção, favorecendo as regiões Norte e Nordeste, que eram, até então, preteridas pelos estados do Sul. Nesse contexto, as interventorias do Norte do país, sob a liderança de Juarez Távora, participaram ativamente da repressão ao movimento revolucionário.<sup>30</sup>

Serão importantes para este trabalho os estudos da imprensa como instrumento político e formador da opinião pública com as décadas de 1920 e 1930. Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado<sup>32</sup> analisam a trajetória do jornal *O Estado de S. Paulo* em sua ação política de cunho liberal, no período 1927-1937 na clássica obra *O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. O estudo é essencial para o presente trabalho, pois permite dialogar diretamente com seu objeto, interpolando o papel de um dos dois periódicos selecionados para compor o *corpus* da pesquisa na guerra de 1932, bem como com seus desdobramentos nos anos posteriores.

Aprofundando sua pesquisa inicial, Capelato<sup>33</sup> prossegue com sua investigação sobre o ideário liberal estudando os principais jornais da imprensa paulista nos anos de 1920 a 1945. Contrapondo os discursos dos diferentes órgãos da imprensa de São Paulo, apresenta um elaborado panorama do complexo tecido social da Primeira República e da chamada Era Vargas.

Analisando essas referências historiográficas e outras obras, verifica-se a existência de temáticas diferenciadas e abordagens ainda não realizadas sobre a guerra de 1932, como a

---

<sup>30</sup> Ver *Os batalhões provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional* (Ceará, 1932). 2009. 231f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2009; e *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro. 2014.

<sup>32</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

<sup>33</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

análise do papel da imprensa e de seu uso político durante o movimento, e a disputa e construção da memória após o conflito.

A pesquisa insere-se no campo da história política, entendendo que o político apresenta-se inevitavelmente como ambiente propício para as mediações sociais. Em se tratando de conflitos, sejam externos ou internos, o estudo do político avulta de importância: “Certas situações ampliam o campo político: em tempo de guerra, o que não é político?”<sup>35</sup>

A pesquisa toma por base a categoria de análise da cultura política, desenvolvida inicialmente por cientistas sociais americanos, como Almond e Verba na década de 1950, e reorientada por historiadores franceses, aproveitando-se do diálogo com a antropologia, como Jean-François Sirinelli e Serge Berstein. Para esse autor, a cultura política é concebida como um conjunto coerente cujos elementos estão em estreita relação uns com os outros, possibilitando estabelecer para seus indivíduos uma base filosófica ou doutrinária. De acordo com Berstein, o campo de atuação da categoria incide essencialmente sobre o político e permite compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político.<sup>37</sup>

No Brasil, o quadro teórico da cultura política foi aperfeiçoado e reorientado, entre outros, por Rodrigo Patto Sá Motta e Luciano Aronne de Abreu, com o propósito de compreender as motivações e impulsos que levaram as forças autoritárias à ação no Brasil, explicando as peculiaridades desse autoritarismo, e considerando a presença de comportamentos e valores típicos de grupo. Em sua linha interpretativa, Rodrigo Patto Sá Motta mapeia uma série de elementos integrantes da cultura política brasileira, muitos deles presentes no movimento de 1932, como o personalismo, o sentimento de superioridade e a acomodação.<sup>38</sup> Para o autor, o personalismo é marcado pela primazia dos laços pessoais em detrimento das relações impessoais. O sentimento de superioridade coloca São Paulo em um patamar mais elevado em relação aos demais estados da federação, com base na capacidade política e econômica do estado. Finalmente, é possível identificar a acomodação como um traço da cultura política brasileira. Segundo o autor, se olharmos a história do país no Império e na República,

---

<sup>35</sup> Ibid..., p.43.

<sup>37</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-363.

<sup>38</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV/Edipucrs, 2013. p.7-32.

verifica-se a perpetuação de uma tradição política caracterizada pela negociação e acomodação de forças antagônicas.<sup>39</sup>

Para estudar como a revolução foi percebida nos decênios posteriores ao seu encerramento mobilizo os estudos sobre os usos públicos do passado, com vistas ao processo de construção/esquecimento desencadeado no período. Nesse sentido, Michael Pollak, em seu trabalho *Memória, Esquecimento, Silêncio*<sup>40</sup>, dialoga com a obra de Maurice Halbwachs.<sup>41</sup> O sociólogo e historiador austríaco compreende a relação do homem com o passado considerando a dimensão individual e a coletiva da memória, corroborando a percepção de que a memória individual se produz na interação com o coletivo. Pollak afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar”.<sup>42</sup>

Pollak considera que a memória é seletiva, e nomeia essa seletividade como “enquadramento de memória”. Para o autor, o sujeito realiza um trabalho de enquadramento em relação ao todo de imagens memoriais, seleciona ou enquadra algumas imagens, focalizando umas e ignorando outras. Pollak destaca que nenhum sujeito social é capaz de se recordar de tudo que aconteceu em sua vida, o que leva a relação entre memória e esquecimento a se efetivar de maneira natural, quando os sujeitos simplesmente esquecem, ou coercitiva, quando instituições de poder agem para que fatos sejam esquecidos de maneira despercebida pela sociedade. Um processo análogo ocorre na relação entre a memória e o silenciamento, na medida em que existem sujeitos que recordam, mas silenciam algumas lembranças, na maioria dos casos, por fazerem alusão a momentos que não lhe trazem felicidade, ou porque são práticas condenáveis sob o ponto de vista moral ou legal. O silêncio ocorre por medo de “ser pu-

<sup>39</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Universidades, ditadura e cultura política. *Interseções*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jun.2014, p. 69-89.

<sup>40</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

<sup>41</sup> Ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p.72 e 102. Em sua obra Halbwachs diferencia memória coletiva de memória individual de acordo como o passado é organizado sob a forma de lembrança. Se o passado for resguardado em torno de uma determinada pessoa, que vê esse passado do seu ponto de vista, trata-se de uma memória individual, interior ou pessoal. Por outro lado, se as lembranças circulam dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais, trata-se de uma memória exterior ou social. O autor ressalta que a memória coletiva não ultrapassa os limites do grupo e retém do passado tão somente o que ainda está vivo ou o que é capaz de viver na consciência desse grupo. Halbwachs postula que as duas memórias se interpenetram, uma vez que a memória individual incorpora e assimila progressivamente todas as contribuições que lhe são externas, oferecidas pela memória coletiva, apoiando-se nesses elementos para preencher eventuais lacunas e tornar as lembranças individuais mais exatas. Assim, a memória individual é influenciada pela coletiva, pois é inevitável que “para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade.”

<sup>42</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio ..., p.9.

nido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.”<sup>44</sup> Em outra perspectiva, ocorre também o silenciamento de memórias, quando, por meio do uso do poder, sujeitos sociais têm suas memórias silenciadas.<sup>45</sup>

A estreita relação entre a memória individual e coletiva também é discutida por Pierre Nora. Definindo a memória coletiva como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fizeram do passado”, Nora observa que os traços reconhecidos e difundidos da memória histórica, veiculados pela mídia, são elaborados por diversos grupos, constituindo memórias coletivas que, por sua vez, pressionam a história.<sup>46</sup> O grande projeto de Nora, condensado em sua obra *Les lieux de la mémoire*<sup>47</sup>, foi o de reescrever a história da França partindo do estudo dos lugares de memória social – símbolos nacionais, comemorações, edifícios, autobiografias – que são reprocessados pela memória coletiva. No que tange à pesquisa, procuraremos identificar e analisar a mobilização de lugares de memória e em que medida estes possibilitaram a construção de uma memória própria em São Paulo, como comemorações, desfiles, mausolés, monumentos, associações de ex-combatentes e outras.

Sob uma perspectiva filosófica, Paul Ricoeur contribui para o debate com *A memória, a história e o esquecimento* e, já na apresentação de seu trabalho, revela sua preocupação com “o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento.”<sup>48</sup> Para o autor, a memória é exercitada, e, em razão desse exercício, admite a possibilidade dos abusos, deixando clara sua vulnerabilidade para o fazer histórico.

Para caracterizar a noção do uso abusivo da memória, particularmente a coletiva, Ricoeur estabelece uma abordagem em três planos: patológico-terapêutico, prático e ético-político. Em nosso estudo, destaca-se o terceiro nível, definido por Ricoeur como “ético-político”, que pode resultar em uma “memória abusivamente convocada”. Segundo essa categoria, a memória passa a ser uma “obrigação” (dever de memória), um “recorda-te” que também é um “não te esqueças”, relacionado a acontecimentos traumáticos ocorridos no curso do século XX. O que o autor denomina “dever de memória”, que, em seu desdobramento, pode ser compreendido como um dever de fazer justiça à vítima, com a qual contraímos uma dívida que temos obrigação de saldar, está situada no contexto do uso e abuso. Esse problema

<sup>44</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio ..., p.8.

<sup>45</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992, p.201 e 205.

<sup>46</sup> NORA, Pierre. Entre história e memória..., p.11-12.

<sup>47</sup> NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimand, 1984.

<sup>48</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.17.

moral é também evocado em relação ao esquecimento e ao perdão. Embora Ricoeur conteste a ideia de um “dever de esquecer” e da anistia, não descarta a possibilidade da reconciliação com o passado por meio da perspectiva do perdão.<sup>51</sup>

As obras sobre a história da imprensa são importantes para o desenvolvimento metodológico deste trabalho. Nelson Werneck Sodré, em sua clássica pesquisa *A história da imprensa no Brasil*<sup>53</sup>, assinala que nas primeiras décadas do século XX ocorreu uma substancial modernização da imprensa no país, sobretudo nos centros urbanos mais importantes. Os pequenos jornais de estrutura simples cederam lugar a empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamentos gráficos necessários ao exercício de suas atividades. Nessa perspectiva, a palavra impressa ganhou em amplitude, colocando em circulação saberes e ideologias que até então estavam restritos a uma limitada quantidade de pessoas.

A pesquisa do político por meio da imprensa é objeto de diversos trabalhos.<sup>54</sup> Embora reconheça que, em virtude da diversidade de fontes impressas, não há uma única técnica metodológica ou procedimento padrão para o estudo dos periódicos, Tânia de Luca estabelece pontos gerais que possibilitam a pesquisa nesse campo. Inicialmente é necessário localizar as publicações na história da imprensa e estabelecer as características de ordem material do periódico estudado, tais como periodicidade, impressão, uso de iconografia e publicidade. Também devem ser observados e considerados a organização interna do conteúdo, o grupo responsável por sua publicação e o público ao qual se destina. Somente após esses procedi-

---

<sup>51</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento* ..., p.101-103. Ricoeur (2007, p.95) postula que o ato fundador de uma comunidade é intrinsecamente baseado na violência: “é fato não existir comunidade histórica alguma que não tenha nascido de uma relação, a qual se pode chamar de original, com a guerra”.

<sup>53</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

<sup>54</sup> Isabel Lustosa postula, em *Insultos impressos: a guerra dos jornais na independência 1821-1823* (2000), que, desde os primeiros anos após a independência, a imprensa se destacou pela intensa busca do formato político que a nação brasileira tomaria. Na mesma perspectiva, Tânia Regina de Luca destaca em seu trabalho *A história dos, nos e por meio dos periódicos* (2005), que a renovação operada no campo da história política não pode prescindir do estudo da imprensa, à medida que registra o cotidiano dos embates dos grupos na arena do poder. De acordo com a autora, o estatuto da imprensa sofreu uma transformação substancial na década de 1970, quando “ao lado da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. Márcia Pereira Silva e Gilmar Yoshihara Franco desenvolvem um estudo acerca das relações entre a política e a imprensa no país em *Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica* (2010). Em sua *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000* (2007), Marialva Barbosa trabalha com a história cultural, segundo a visão de Robert Darnton, que propõe a realização de uma história social e cultural da comunicação impressa. São abordadas questões como as inovações tecnológicas e estilísticas da imprensa, assim como as mutações sociais, culturais e políticas do país. A autora mobiliza a datação de forma didática, por décadas, para cada qual estabelece um parâmetro de diferenciação específico da evolução e característica da imprensa.

mentos, o pesquisador deve realizar a análise do conteúdo dos periódicos, sempre com o cuidado de dialogar com o objeto e a problemática selecionados para a pesquisa.<sup>55</sup>

Durante a pesquisa foram consultadas fontes que trazem evidências do pensamento dos grupos políticos envolvidos na disputa pelo poder na época delimitada. No curso da investigação, no entanto, tive o cuidado necessário de não tomar o jornal como receptáculo de verdades, pelo contrário, procurei pensá-lo a partir de suas parcialidades, considerando a temporalidade, o grupo que o edita, sua linha ideológica, seus interesses na conjuntura política, suas intenções claras ou implícitas e sua exaltação ou execração de atores políticos, observando suas vinculações com o meio, no qual tenciono “olhar os documentos e decodificá-los a partir de seus usos e finalidades”.<sup>56</sup>

Fazendo uso do acervo documental, realizo análises, comparações e elaboradas interpretações e conclusões, que possibilitaram responder às questões formuladas na problematização da pesquisa. Finalmente, elaboro o *corpus* da investigação, com a redação do texto final, por meio do qual apresento os resultados obtidos.

Para a compreensão e análise do objeto da pesquisa estabelecido utilizo, como principais fontes de investigação, os jornais *Correio da Manhã*<sup>57</sup>, disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional, e *O Estado de S. Paulo*<sup>58</sup>, acessível na plataforma do acervo digital do

---

<sup>55</sup> LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p.111-153, p.142.

<sup>56</sup> SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. *História & documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.61.

<sup>57</sup> O *Correio da Manhã* foi lançado no Rio de Janeiro em 15 de junho de 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt, e foi um dos mais importantes órgãos da imprensa brasileira, destacando-se como um jornal de opiniões fortes e engajado nas disputas políticas da sociedade. Em seus 73 anos de existência, teve colaboradores importantes, como os escritores Lima Barreto, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Carlos Heitor Cony e Antônio Callado, além dos críticos José Lino Grünwald e Antônio Moniz Vianna. O *Correio da Manhã* não sobreviveu ao regime militar instalado no país após 1964, por sua oposição ao governo. Acabou sendo extinto após a prisão de sua proprietária Niomar Moniz Sodré e principais redatores, e por falta de verbas publicitárias, quadro causado pela pressão do governo militar. Em 8 de julho de 1974, o *Correio da Manhã* deixou de circular. A última edição, de três mil exemplares, foi de um jornal com apenas oito páginas.

<sup>58</sup> O jornal *O Estado de S. Paulo* nasceu com o nome de *A Província de S. Paulo*. Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. Embora tivesse apoiado a instituição da República, o jornal se mostrou independente de qualquer partido político, recusando-se a servir aos interesses do ascendente Partido Republicano Paulista (PRP). Quando o então redator-chefe Francisco Rangel Pestana se afastou para trabalhar no projeto da Constituição, em Petrópolis, o jovem redator Júlio Mesquita assumiu efetivamente a direção do jornal e deu início a uma série de inovações. Com a morte do velho diretor em 1927, seu filho Júlio de Mesquita Filho assumiu a redação e, em 1930, o *Estado*, ligado ao Partido Democrático, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Vargas foi derrotado nas eleições, mas assumiu o poder com a Revolução de 1930, saudada pelo jornal como um marco do fim de um sistema oligárquico. Mudando de posição, em 1932 o chamado Grupo Estado assumiu a liderança da Revolução de 1932 e, com sua derrota, boa parte da diretoria foi enviada ao exílio. *O Estado de S. Paulo* ainda é publicado, sendo um dos periódicos de maior circulação no país.

jornal *Estadão*<sup>59</sup>, disponível na internet. Ambos os periódicos foram selecionados por serem, na época considerada, os de maior circulação em São Paulo e na Capital Federal. A pesquisa nos jornais abrangeu, inicialmente, um recorte temporal com início na década de 1920 até o ano de 1932, quando se processou a guerra em São Paulo. Em uma segunda fase, a investigação desenvolveu-se nos decênios que assinalam os aniversários do movimento, 1942, 1952 e assim por diante, até os dias atuais.

Adicionalmente, foram levantadas e selecionadas outras fontes de interesse da pesquisa junto ao Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Exército, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, Museu da Imagem e do Som de São Paulo, *Pantheon* de Paris e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro deles, “Escavando as trincheiras”, estabeleço um panorama acerca das forças políticas que disputavam o poder desde a crise da década de 1920. Em um segundo momento, são apresentados os dois periódicos objetos da pesquisa, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã*, caracterizando seu posicionamento político, estruturação e equipes de reportagem. Por fim discuto como São Paulo apresentava, às vésperas do movimento, características que evidenciam uma cultura política própria.

No segundo capítulo, intitulado “Combatendo nas trincheiras”, analiso como os jornais se converteram em instrumento de mobilização, propaganda e legitimação da guerra, cada qual procurando servir a seu campo de luta. Detalho como a conspiração conduziu à guerra, destacando a costura de alianças e a escalada da tensão política que resultou no conflito armado. Também faço uma análise sobre as atividades desenvolvidas pelos periódicos no sentido de realizar a mobilização de pessoal, da rede logística e do parque industrial, este em São Paulo, para possibilitar a condução das operações de combate. Neste capítulo também discuto a propaganda de guerra realizada pelos jornais, e como ela foi utilizada para fortalecer a vontade de lutar das próprias forças e enfraquecer o moral do adversário.

O terceiro capítulo, “As trincheiras que falam - as memórias da guerra”, analisa como os periódicos contribuíram para a disputa da memória sobre o movimento, desde o encerramento das hostilidades até os dias atuais. Com ênfase no culto aos mortos, nos espaços memorialísticos e na convocação de uma memória específica paulista, esta etapa da pesquisa

---

<sup>59</sup> Nomenclatura contemporânea do jornal *O Estado de S. Paulo*.

procura avaliar como a guerra civil contribuiu para fortalecer e modificar uma cultura política específica que já existia em São Paulo.

# CAPÍTULO 1

## ESCAVANDO AS TRINCHEIRAS

*“A São Paulo já não interessa apenas a realização do pleito. Ocupado militarmente, talado, humilhado, martirizado, ele deseja, mais do que uma eleição, uma verdadeira reparação pelas armas.”*

João Neves da Fontoura

Como em todos os processos históricos, o movimento de 1932 foi o resultado de um conjunto de eventos que envolveu diferentes sujeitos históricos, além das estruturas políticas do Brasil no primeiro terço do século XX, particularmente a partir da década de 1920.

O presente capítulo busca interpretar os processos políticos, econômicos e sociais que resultaram na crise do sistema político vigente no país e a ruptura ocorrida em 1930, com a instalação de uma nova ordem institucional. Nessa perspectiva, abordarei os principais grupos políticos que disputavam o poder no período, destacando suas ideias, lideranças e formas de atuação.

Como a pesquisa se propõe a estudar a guerra de 1932 sob a ótica da imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, também são analisados os dois periódicos selecionados – *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* –, desde suas respectivas fundações até a eclosão do movimento, em 9 de julho de 1932, com o fim de compreender seu posicionamento, estrutura, linha editorial e principais colaboradores.

Por fim, investigo como se deu a consolidação de uma cultura política própria entre as lideranças do Estado de São Paulo, por meio da qual buscaram legitimar o movimento e conseguiram arregimentar a população paulista para a luta.

### 1.1 EM BUSCA DO PODER – FORÇAS POLÍTICAS EM CONFLITO

Para compreender o complexo contexto político e as intrincadas estruturas do país que resultaram na Revolução de 1930 e na guerra civil de 1932, faz-se necessário caracterizar as principais forças políticas atuantes desde a década de 1920.

A Primeira República pode ser dividida, didaticamente, em quatro fases bastante características.<sup>61</sup> A primeira abrange os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e representa a hegemonia militar no país. O período compreendido entre 1894 e 1906 foi marcado pela maior participação das elites paulistas no poder. A terceira fase, entre 1906 e 1918, corresponde à primazia dos representantes de Minas Gerais, sendo os paulistas relegados a um plano secundário. A última fase foi caracterizada pela alternância no poder nacional de mineiros e paulistas, cujas relações políticas precisavam ser renegociadas a cada sucessão presidencial, em uma aliança “conjuntural e eivada de conflitos”.<sup>62</sup> Esse último período, transcorrido entre 1919 e 1930, é o que mais importa à presente pesquisa.

Pouco tempo após a proclamação da República, em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada uma nova Constituição. Inspirada no modelo estadunidense, a nova Carta Magna dividiu o país em vinte estados (antigas províncias do Império), cada qual governada por um presidente, e em um Distrito Federal. Estabelecia também que o Brasil era uma república representativa, presidencialista e federalista. O estado brasileiro passava a ter uma compleição complexa, substituindo o unitarismo imperial pelo federalismo, que fazia de cada província um estado. Diante de tamanhas contradições, o federalismo brasileiro enfrentou, durante a Primeira República, diversas crises institucionais que, muitas vezes, resultaram em relevantes conflitos internos.<sup>63</sup>

A República tornou-se possível, em boa medida, devido à aliança entre os militares e os produtores de café. Os dois grupos, contudo, tinham projetos distintos para o Brasil: os primeiros eram centralizadores e os segundos federalistas. Após um breve período de hegemonia militar, a partir do mandato de Prudente de Morais (1894-1898) o poder passou definitivamente para o grupo dos cafeicultores, mas foi no governo de Campos Sales (1898-1902) que se delineou um modelo político duradouro: a “Política dos Governadores”. De acordo com a nova política, em cada estado uma elite oligárquica dominante se perpetuava no governo, subordinada ao poder central e aliada a ele. Por outro lado, uma oligarquia dominava o poder central, constituída, principalmente, por políticos de São Paulo e Minas Gerais, os esta-

---

<sup>61</sup> DULCI, Otávio Soares. Prefácio. In: VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p.12-13.

<sup>62</sup> VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p.364.

<sup>63</sup> Dentre os conflitos internos provocados pelo federalismo e/ou por sua crítica, merecem destaque a Revolução Federalista (1893-1895), os movimentos tenentistas de 1922 e 1924, a Coluna Miguel Costa-Prestes (1924-1926) e a Revolução de 1930.

dos de maior expressão da República.<sup>64</sup> As mais representativas agremiações das oligarquias eram o PRP<sup>65</sup> e o Partido Republicano Mineiro (PRM)<sup>66</sup>, embora houvesse partidos da mesma natureza em outros estados da federação. Na situação desde 1898, as oligarquias teriam sua posição de mando contestada por outros grupos políticos ainda nos anos 1920.

Com efeito, já na década de 1920 o sistema federalista e a própria Constituição de 1891 começaram a ser questionados, nos termos em que “enquanto em outros países a República estava aliada a eleições, partidos, interesses públicos e imparcialidade da lei, no Brasil ela estava identificada com fraudes, corrupção e interesses particulares.”<sup>67</sup> Como consequência dessa insatisfação, diversos grupos e atores políticos passaram a disputar o poder no país, defendendo projetos de desenvolvimento diferenciados.

A sucessão presidencial de 1922 expôs a tensão entre o sistema federalista oligárquico e as reivindicações político-sociais no país, sobretudo as da classe média urbana. Quando os estados de São Paulo e Minas Gerais registraram a candidatura do mineiro Artur Bernardes à presidência da República, os estados considerados de segunda linha (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) lançaram um candidato alternativo, Nilo Peçanha, e criaram um movimento denominado Reação Republicana.<sup>68</sup>

---

<sup>64</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.393.

<sup>65</sup> Na década de 1860, políticos liberais, como Rangel Pestana, provenientes da classe média, começaram a escrever nos jornais, expondo suas ideias, defendendo a abolição da escravatura e a ampliação dos direitos de voto e ensino público a todos dos brasileiros. Essas reivindicações sensibilizaram os cafeicultores do Oeste paulista que desejavam maior autonomia fiscal em relação ao poder central. Em dezembro de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, foi lançado no Rio de Janeiro, o Manifesto Republicano, impresso nas páginas de um novo jornal, intitulado *A República*. O manifesto desencadeou a organização de diversos clubes republicanos na capital da província de São Paulo e no interior cafeeiro, principalmente nos municípios de Sorocaba, Campinas, Jundiá, Piracicaba e Itu. Em 1873, esses clubes reuniram-se na cidade de Itu, para uma convenção, que ficou conhecida como a Convenção de Itu. Nessa ocasião foi fundado o PRP. Entre as pessoas que participaram da Convenção, estavam artistas, militares, cafeicultores e intelectuais, como Américo de Campos, Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Campos Sales e Prudente de Moraes.

<sup>66</sup> O Partido Republicano Mineiro foi um criado em 4 de junho de 1888 com o objetivo de representar os ideais republicanos e oligárquicos da elite agrária do estado de Minas Gerais. Foi controlado inicialmente na Primeira República por políticos do sul de Minas, até que Artur Bernardes deslocou o comando do PRM para a Zona da Mata Mineira. No período, diversos de seus partidários tornaram-se presidentes da República, como Afonso Pena (1906-1909), Venceslau Brás (1914-1918), Delfim Moreira (1918-1919), Epitácio Pessoa (1919-1922) e Artur Bernardes (1922-1926).

<sup>67</sup> PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro [et al.]. (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002, p.65-116, p.80.

<sup>68</sup> Cf FERREIRA, Marieta de Moraes. *Reação Republicana* (verbetes). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, a Reação Republicana foi um “movimento político eleitoral criado em junho de 1921 por forças de oposição, tendo à frente Nilo Peçanha, com o objetivo de disputar as eleições presidenciais previstas para 1º de março de 1922. A sucessão presidencial de 1922 revestiu-se de um caráter peculiar, já que pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente numa disputa sucessória, revelando as tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro. Esse confronto

Com a vitória de Artur Bernardes nas urnas, outro grupo surgiu agitando o cenário político do país: os militares, que, por congregarem oficiais subalternos e intermediários, foram genericamente nominados de “tenentes”. Estes reivindicavam maior prestígio para o exército, que julgavam abandonado pelo governo federal, e reformas políticas estruturantes, que incluíam a introdução do voto secreto, a reforma agrária e a industrialização, dentre outras.<sup>69</sup> Desprezando os valores e princípios das oligarquias, os “tenentes” defendiam que as reformas deveriam ser efetuadas pela força das armas. Assim, antes mesmo da posse de Artur Bernardes, em 5 de julho de 1922, a guarnição do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, se rebelou contra o poder central, assinalando o primeiro dos movimentos político-militares que sacudiram o país na década de 1920.<sup>70</sup>

Ao longo do governo Artur Bernardes, que precisou exercer quase todo o seu mandato sob estado de sítio, os “tenentes” promoveram uma revolta em São Paulo, em 1924, na qual mantiveram o controle da capital paulista por 23 dias, e empreenderam uma marcha épica que durou quase três anos pelo interior do Brasil, chegando até países limítrofes.<sup>71</sup> Embora contidos pelas forças legalistas de Artur Bernardes, menos de uma década mais tarde os “tenentes” teriam papel primordial na deflagração da Revolução de 1930.

Enquanto os “tenentes” agitavam o país lutando contra o sistema oligárquico, parcela da classe média urbana exigia reformas políticas por outros meios. Em 1925 foi criado em São Paulo o PD, para fazer oposição ao PRP, que possuía em suas bases muitos dissidentes dessa agremiação republicana. Com a proposta de defender “os princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição de 1891”, o novo partido posicionava-se entre o posicio-

assumiu sua forma plena através da formação da Reação Republicana, que lançou a candidatura dissidente do fluminense Nilo Peçanha em oposição à candidatura oficial do mineiro Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contava com o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos estados, em torno da Reação Republicana uniram-se Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, tentando construir um eixo alternativo de poder.”

<sup>69</sup> PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil ..., p.80-81.

<sup>70</sup> McCANN, Frank. *Soldados da pátria...*, p.228.

<sup>71</sup> A Coluna Miguel Costa-Prestes (também conhecida como Coluna Prestes) foi um dos movimentos tenentistas de cunho político-militar, ocorrido entre 1925 a 1927. Com a derrota do movimento de 1924 ocorrido em São Paulo, liderado pelo General Isidoro Dias Lopes e por Miguel Costa, os “tenentes” revolucionários decidiram fugir da capital paulista e uniram-se aos seus congêneres do Sul, liderados por Luís Carlos Prestes, Siqueira Campos e João Alberto. Os militares dos dois estados se reuniram no Paraná e decidiram seguir juntos em uma marcha pelo país que tinha por objetivo maior a derrubada do governo. Dessa forma, cerca de 1.500 homens saíram da cidade de Alegre-RS e, durante 29 meses, percorreram cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil (atravessando 11 estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte), a pé ou a cavalo, fazendo propaganda política, promovendo comícios, apresentando suas propostas e ideias e, ainda, derrotando as forças legalistas do governo em diversas oportunidades. Embora a Coluna tenha durado cerca de dois anos e meio, o objetivo principal dos “tenentes” não foi alcançado e o movimento se desfez, sendo a marcha concluída em fevereiro de 1927, na Bolívia. Seus líderes terminaram no exílio.

namento conservador do PRP e as propostas radicais dos “tenentes”, que pregavam o uso das armas para promover as mudanças.<sup>72</sup> A posição do PD no espectro político foi delineada com precisão por Maria Helena Capelato:

No final da década de [19]20, setores descontentes da classe dominante em vários estados (dentre os quais os membros do Partido Democrático de São Paulo) se uniram a setores médios urbanos e mesmo parte da classe operária, em torno de um programa mínimo de luta contra o inimigo comum, personificado nas “oligarquias” que dominavam o poder.<sup>73</sup>

O novo partido logo conseguiu a adesão de 50.000 filiados e fundou um jornal, o *Diário Nacional*, que, em 1928, atingiu a tiragem de 70 mil exemplares. O PD elegeu três deputados federais em 1927 e, optando pela oposição partidária, contrapôs-se às propostas autoritárias que começavam a surgir no Brasil e no mundo após a Primeira Guerra Mundial.<sup>74</sup>

Paralelamente à desvalorização do café, decorrente da crise mundial instalada após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1930 entrou em pauta a questão sucessória de Washington Luís. Para concorrer à presidência, Washington Luís indicou como candidato o também paulista Júlio Prestes, contrariando a alternância no poder entre os estados de Minas Gerais e São Paulo e desagradando profundamente a oligarquia mineira, que via no presidente do estado, Antônio Carlos, o candidato natural à sucessão.

Com essa fratura na prática de alternância do poder entre os principais estados da federação, o sistema oligárquico demonstrou o esgotamento do pacto político, prejudicando sua renovação e fragilizando suas bases.<sup>75</sup> A ruptura abriu espaço para os estados de segunda grandeza, e os mineiros, descontentes, logo se aproveitaram de tal situação.

Embora parte da oligarquia dissidente desejasse um levante armado, posição defendida pelos “tenentes”, a maioria dos integrantes da oposição não pretendia radicalizar a sucessão presidencial, e optou pela organização de uma frente partidária das oposições, denominada Aliança Liberal (AL). Dulce Pandolfi resume a heterogeneidade da aliança e destaca suas principais propostas:

A composição política e social da Aliança Liberal era bastante ampla e heterogênea. Nela se congregavam chefes políticos tradicionais, representantes

<sup>72</sup> PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil ..., p.83.

<sup>73</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932* ..., p.11.

<sup>74</sup> PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil ..., p.83.

<sup>75</sup> VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias*..., p.315.

das oligarquias dissidentes, militares – sobretudo os tenentes – e críticos do regime de diferentes tipos. Nos comícios realizados em vários estados, os aliancistas defendiam a anistia aos tenentes revoltosos, o voto secreto, a criação de uma Justiça Eleitoral e a ampliação das liberdades públicas. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café.<sup>76</sup>

Com o objetivo de obter um candidato de consenso, que pudesse agradar sua heterogênea base de sustentação, a AL escolheu o político gaúcho Getúlio Dornelles Vargas, que escolheu, como vice-presidente, o paraibano João Pessoa.

As eleições transcorreram no dia 1º de março de 1930 e, apesar da grande mobilização realizada pela AL durante a campanha eleitoral, Júlio Prestes, o candidato da situação, sagrou-se vencedor. Os antigos líderes da AL Borges de Medeiros, Antônio Carlos e o próprio João Pessoa aceitaram a derrota na eleição, mas, políticos emergentes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, como Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, Francisco Campos e Virgílio de Melo Franco, aliados aos “tenentes” radicais, começaram a falar em revolução e a conspirar contra o governo.

Marieta Ferreira e Surama Sá Pinto observam que, no seio da AL, era clara uma diferenciação de gerações. Quadros tradicionais da política ombreavam com jovens que haviam iniciado sua carreira à luz da Primeira República. Segundo as autoras, esses políticos jovens eram mais propensos a seguir o caminho radical dos “tenentes”.<sup>77</sup>

O assassinato de João Pessoa no Recife precipitou a revolução.<sup>78</sup> No dia 3 de outubro toda a oposição se uniu, e um movimento militar teve início no Rio Grande do Sul, capitaneado por Vargas. No Nordeste, sob a liderança de Juarez Távora, um dos “tenentes” mais ativos, também começou a rebelião. Vinte dias mais tarde o presidente Washington Luís foi deposto por uma junta militar, e, pouco depois, Vargas assumiu o poder. Com o triunfo da Revolução de 1930, Vargas instalou o Governo Provisório, dissolveu o Congresso Nacional e

---

<sup>76</sup> PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil ..., p.84.

<sup>77</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.407.

<sup>78</sup> João Pessoa era presidente da Paraíba. No dia 26 de julho de 1930 foi assassinado no centro do Recife, na Confeitaria *A Glória*, por João Duarte Dantas, seu adversário político, jornalista, cuja residência fora invadida por elementos da polícia, supostamente a mando de João Pessoa. Embora o homicídio não estivesse ligado diretamente ao resultado do pleito eleitoral de 1930, o grupo aliancista mais radical utilizou o fato como estopim para deflagrar a Revolução de 1930.

as casas legislativas estaduais e municipais, nomeou interventores para governar os estados e centralizou o poder.<sup>79</sup>

Com sua intensa atuação política, a imprensa brasileira noticiou amplamente essa disputa de poder e o processo político decorrente, inclusive os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, objetos dessa pesquisa, cuja trajetória, estrutura e cobertura midiática serão estudadas a seguir.

## 1.2 O ESTADO DE S. PAULO – DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

O jornal *O Estado de S. Paulo* surgiu ainda sob a vigência do Império, em 4 de janeiro de 1875, com o nome de *A Província de S. Paulo*. O periódico foi concebido após o Congresso Republicano de Itu, realizado no ano anterior, com o apoio de fazendeiros paulistas produtores de café.<sup>80</sup>

Embora fosse francamente favorável à causa republicana, a cautela ante à real possibilidade de queda da monarquia levou o jornal a se declarar independente e a não se alinhar com o novo partido que se organizava com bastante ímpeto na defesa do republicanismo: o PRP. O caráter independente, contudo, não impediu o jornal de defender os interesses da elite agrária e uma série de postulados republicanos, particularmente nos campos político e social, como eleições diretas para o senado e para a presidência das províncias, a substituição gradual do trabalho escravo pelo assalariado, a separação da Igreja do Estado, o casamento civil e o combate à centralização política e administrativa praticada pelo Império com base no Poder Moderador.<sup>81</sup>

Sucessivos problemas financeiros resultaram na dissolução da sociedade que controlava *A Província de S. Paulo* em 1882, assumindo a propriedade do jornal o redator Rangel Pestana, que promoveu uma maior aproximação com o PRP. Dois anos depois metade do

---

<sup>79</sup> Em 11 de novembro, o chefe de governo promulgou o Decreto nº 19.398 através do qual reuniu em suas mãos as funções e atribuições do executivo e do legislativo, dissolvendo tanto o Congresso Nacional quanto as Câmaras estaduais e municipais. BRASIL. *Decreto nº 19.398-Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias*. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1930. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 jul. 2016.

<sup>80</sup> LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. O Estado de S. Paulo (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, p.1. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2106.

<sup>81</sup> LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. O Estado de S. Paulo ..., p.1-2.

periódico foi vendida para a firma Alberto Sales e Cia., mas, em 1885, Rangel Pestana comprou-a novamente.<sup>82</sup> Nesse período de gestão compartilhada, um jovem jornalista campineiro de 23 anos de idade, Júlio Mesquita, começou a trabalhar como redator-gerente.<sup>83</sup> Em 1888, quando *A Província de S. Paulo* participava ativamente da campanha abolicionista, Mesquita foi elevado a codiretor do jornal, ao lado de Rangel Pestana, no momento em que a tiragem atingia a cifra de 3.300 exemplares.

Adaptando-se aos novos rumos que o país tomou, um mês depois de proclamada a República o jornal teve seu nome modificado para *O Estado de S. Paulo*, designação pela qual se tornou conhecido. Em 1902 Mesquita tornou-se o único proprietário do periódico, permanecendo José Filinto da Silva como gerente.

Com a instituição da “Política dos Governadores”, *O Estado de S. Paulo* criticou-a desde o princípio<sup>84</sup>, e alinhou-se com a ala dissidente do PRP que reivindicava a reforma da

---

<sup>82</sup> LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. *O Estado de S. Paulo ...*, p.2

<sup>83</sup> Cf RIBEIRO, Antônio Sérgio. Júlio de Mesquita (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, Júlio César Ferreira de Mesquita (1862-1927) nasceu em Campinas, filho de imigrantes portugueses. Depois de passar uma temporada em Portugal, onde realizou seus primeiros estudos, regressou para o Brasil com a família em 1870, fixando residência novamente em Campinas. Ainda estudante iniciou-se no jornalismo, como redator de *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico fundado em julho de 1876. Após bacharelar-se em 1883, foi trabalhar no escritório de advocacia do republicano e abolicionista Francisco Quirino dos Santos, mas lá permaneceu pouco tempo, preferindo colaborar na *Gazeta de Campinas*. Na redação trabalhou com Alberto Sales, irmão de Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 1885, a convite de Alberto Sales, que no ano anterior se tornara sócio e diretor-gerente de *A Província de S. Paulo*, onde se tornou redator político. Além do jornalismo, Júlio Mesquita também se iniciou na política, aceitando a indicação para vereador na Câmara Municipal de Campinas no período 1887-1890. Republicano, com o fim da monarquia em 15 de novembro de 1889, foi nomeado no dia seguinte secretário-geral do novo governo provisório de São Paulo. Permaneceu na secretaria do governo até janeiro de 1890, quando retornou à redação do jornal, que teve seu nome alterado para *O Estado de S. Paulo*. Por decreto de Prudente de Moraes, foi indicado para o Conselho de Intendentes da capital paulista. Em 30 de abril de 1891 foi eleito para o Congresso Constituinte paulista. Após a promulgação da Constituição do estado, em 14 de julho, passou a exercer o mandato de deputado estadual. Diante do golpe de Deodoro, que em 3 de novembro dissolveu o Congresso Nacional, e da aprovação pela Câmara estadual de uma moção de apoio a este, bem como ao então presidente de São Paulo Américo Brasiliense, solidarizou-se ao protesto do deputado Vicente de Carvalho, seu cunhado, e, como ele, renunciou ao mandato parlamentar. Em 27 de abril de 1892, exercendo as funções de redator-chefe de *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita foi eleito para ocupar a vaga de deputado federal e, seguindo para o Rio de Janeiro, deixou seu posto na redação do jornal. Renunciou ao mandato meses depois para retornar a São Paulo. Além do jornal, Júlio Mesquita manteve-se ligado à política. Novamente eleito deputado estadual no pleito de 1º de dezembro de 1894 para o período 1895-1897, tomou posse em 7 de abril de 1895 e foi indicado líder da maioria na Câmara estadual. Na época tornou-se também membro da comissão diretora do PRP. Em 1897, Francisco Mesquita, então próspero negociante, tornou-se coproprietário do jornal. Júlio Mesquita foi reeleito deputado estadual para as legislaturas 1898-1900 e 1901-1903. Em 1902, Júlio Mesquita tornou-se o único proprietário de *O Estado de S. Paulo*. Foi mais uma vez eleito deputado estadual para o período 1907-1909 e logo depois, por escolha unânime de seus pares, tornou-se líder da maioria na Câmara de São Paulo. Em fevereiro de 1910 Júlio Mesquita foi reeleito deputado estadual para a legislatura 1910-1912. Foi eleito para o Senado estadual em 1º de março de 1912, mas, por se encontrar na Europa para tratamento de saúde, só tomou posse em 30 de dezembro de 1913, com mandato até 1915. Em 1926, com a fundação do Partido Democrático por membros da dissidência perrepista e políticos independentes, Júlio Mesquita formalizou seu combate aos caciques do PRP através da via partidária. Júlio Mesquita faleceu na cidade de São Paulo em 15 de março de 1927, deixando como legado o mais importante jornal de São Paulo e um dos mais importantes do país.

<sup>84</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino ...*, p.25.

Constituição de 1891. Enquanto se estabelecia como órgão de oposição ao Governo, *O Estado de S. Paulo* deu continuidade ao seu plano de expansão internacional com a abertura de sucursais em Lisboa, no ano de 1908, e Roma, em 1911.

As recorrentes restrições à liberdade de imprensa levaram o jornal a romper com Artur Bernardes, que passou a ser apresentado como “símbolo de um governo de ódio, intolerância, injustiça e opressão”.<sup>85</sup> Com a fundação do PD por dissidentes do PRP, em 1925, Júlio Mesquita apoiou a criação do novo partido, mas, com a mesma cautela que foi utilizada com o PRP, quando da criação de *A Província de S. Paulo* em 1875, não consentiu que o jornal fosse empregado como porta-voz oficial do PD, o que obrigou o novo partido a fundar seu próprio periódico.<sup>86</sup>

Após a morte de Júlio Mesquita, em 15 de março de 1927, *O Estado de S. Paulo* passou a ser controlado por seus filhos – Júlio Mesquita Filho e Francisco Mesquita – e por Nestor Rangel Pestana. Plínio Barreto assumiu o cargo de redator-chefe.

Durante o mandato presidencial de Washington Luís, também pertencente aos quadros do PRP, *O Estado de S. Paulo* empreendeu uma oposição sistemática por entender que representava a continuidade da política oligárquica, por restringir a liberdade de imprensa e pela recusa em conceder anistia aos “tenentes” revolucionários de 1924.<sup>87</sup> Já nessa época o PD dava início a uma articulação junto aos líderes exilados do movimento tenentista Isidoro Dias Lopes e Luís Carlos Prestes e, embora os irmãos Mesquita tomassem parte dessa trama, o noticiário do jornal conservou-se discreto.<sup>88</sup>

O presidente do Estado de São Paulo Júlio Prestes, pertencente aos quadros do PRP, também foi alvo das críticas do periódico. Considerado paradigma do sistema oligárquico, seu governo foi adjetivado como “possuidor de atraso intelectual e mediocridade moral.”<sup>89</sup>

Com o surgimento da AL, decorrente do rompimento do acordo político entre São Paulo e Minas Gerais, e a escolha de Getúlio Vargas para concorrer à presidência da República, o jornal, ainda que elogiasse o político gaúcho por garantir a participação política das oposições em seu estado, não apoiou sua candidatura de forma veemente, e, com sua derrota nas urnas, limitou-se a noticiar os acontecimentos políticos que antecederam a ruptura de 1930.

---

<sup>85</sup> Ibid., p.29.

<sup>86</sup> Ibid., p.33.

<sup>87</sup> Ibid., p.29..

<sup>88</sup> LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. *O Estado de S. Paulo ...*, p.7.

<sup>89</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino...*, p.32.

O posicionamento a favor do movimento revolucionário que levou Vargas ao poder ocorreu tardiamente, somente após a deposição de Washington Luís por uma junta militar<sup>90</sup>, em 24 de outubro de 1930. No dia seguinte, *O Estado de S. Paulo* abriu o noticiário com a manchete

O Brasil respira. Desde ontem está liberto do pesadelo que o sufocava. [...] Acabemos em paz, com o espírito e o coração levantados, essa formidável obra de remodelação política, a maior que ainda se tentou no país depois da República [...].<sup>91</sup>

No dia seguinte à posse de Vargas como chefe do governo, o jornal publicou em sua primeira página uma extensa cobertura do evento, contendo o discurso do novo presidente e seu programa de governo.<sup>92</sup> Em que pese a extensão da matéria, não demonstrou o periódico entusiasmo com o novo presidente ou com o Governo Provisório, o mesmo ocorrendo nas edições subsequentes.

Apesar da ratificação vacilante do novo regime, o apoio do jornal a Vargas foi diminuindo aos poucos, especialmente em razão do tratamento dado por ele a São Paulo e às suas elites políticas. Diante do agravamento da crise que se estabeleceu entre João Alberto Lins de Barros, o “tenente” interventor nomeado por Vargas para governar o estado, e as lideranças políticas paulistas, o apoio ao Governo Provisório foi aos poucos desaparecendo das páginas do jornal. Em sua edição de 8 de janeiro de 1931, um editorial elaborado por Plínio Barreto rebateu um discurso feito pelo também “tenente” Juarez Távora, que acusava a política paulista de ser regionalista e não se importar com as questões nacionais. No editorial, o jornal argumentava que

Qual foi o problema nacional de que ainda S. Paulo descurou? [...] Das palavras do sr. Juarez Távora parece que, na opinião do braço oficial, S. Paulo tem vivido à custa da União com sacrifício de todos os outros Estados. Ora, os fatos demonstram precisamente o contrário. Os outros Estados é que, mais ou menos, têm vivido à custa de S. Paulo.<sup>93</sup>

<sup>90</sup> Antes mesmo que as tropas governamentais enfrentassem as forças rebeldes que vinham do Sul, em 24 de outubro de 1930 as Forças Armadas depuseram o presidente Washington Luís e formaram uma junta governativa composta pelos generais Tasso Fragoso e Menna Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. No dia 3 de novembro de 1930, os militares transferiram o poder governamental para Getúlio Vargas, o líder político do movimento revolucionário.

<sup>91</sup> A SITUAÇÃO no país. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 1930, p.1.

<sup>92</sup> O PROGRAMA do Sr. Getúlio Vargas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 nov. 1930, p.1.

<sup>93</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jan. 1931, p.3.

Em janeiro de 1932 o PD rompeu com o Governo Provisório e, a partir de então, o jornal passou a publicar notas diárias apontando os erros da administração central em relação aos paulistas.<sup>94</sup>

Com a insatisfação dos paulistas com o Governo Provisório em franco crescimento, Júlio de Mesquita Filho e seu jornal engajaram-se definitivamente na preparação do movimento contestatório. Em fevereiro de 1932, apoiou a criação da Liga Paulista Pró-Constituinte, organizada por acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo com o objetivo de mobilizar a juventude, organizando-a em batalhões de voluntários para participar da luta armada que se aproximava. Emprestou também o seu apoio para a criação da Frente Única Paulista (FUP), composta nesse mesmo mês pelo PD e o PRP para confrontar Governo Provisório.

No início de 1932 *O Estado de S. Paulo* era um dos mais expressivos jornais do país e o de maior circulação no estado. Distribuído com uma tiragem de 100.000 exemplares, o periódico possuía elevado padrão de qualidade para a época, contendo ilustrações, fotografias e um suplemento de rotogravuras.<sup>95</sup>

Praticamente todos os jornalistas que participavam da redação de *O Estado de S. Paulo* eram filiados ou ligados ao PD. Seus diretores-gerais eram Júlio de Mesquita Filho e Nestor Rangel Pestana, ambos comprometidos com a agenda liberal dos democráticos paulistas. Entre seus principais colaboradores figuravam jornalistas filiados ao PD, como Antônio Carlos de Abreu Sodré, Antônio Mendonça e Paulo Duarte. O titular da chefia de redação, mais importante posto do jornal, era o advogado Plínio Barreto<sup>96</sup>, que, durante um breve perí-

<sup>94</sup> LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. *O Estado de S. Paulo* (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<sup>95</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil...*, p.423.

<sup>96</sup> Cf MAYER, Jorge Miguel. Plínio Barreto (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, Plínio Barreto (1882-1958) nasceu em Campinas e, após concluir sua educação básica, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, formando-se em 1902. Ainda estudante, empregou-se como revisor no jornal *O Estado de S. Paulo*. Após formar-se, seguiu para Araras, no interior de São Paulo, por sugestão de Júlio de Mesquita, proprietário e editor-chefe do jornal onde trabalhava. Nessa cidade, desempenhou simultaneamente as funções de advogado e de jornalista até 1909. Retornando a São Paulo, passou a manter no jornal a seção “Crônicas forenses”, onde escrevia sobre os principais julgamentos ocorridos no Tribunal de Justiça. A partir do início da década de 1920, tornou-se, na esfera do direito privado, um dos advogados mais ilustres e mais requisitados de São Paulo. Após a morte de Júlio de Mesquita em 1927, assumiu o cargo de redator-chefe de *O Estado de S. Paulo*. Com a vitória da Revolução de 1930, inicialmente, José Maria Whitaker foi o chefe do governo paulista. Logo, porém, assumiu o Ministério da Fazenda, e Plínio Barreto tornou-se governador provisório de São Paulo, cargo que ocupou apenas de 6 a 25 de novembro de 1930. No mesmo período, o “tenente” João Alberto Lins de Barros, um dos líderes da revolução, ocupava o posto de delegado revolucionário no estado, controlando as forças militares locais. Com o acirramento da crise em São Paulo e numa tentativa de apaziguar a situação decidiu-se, em julho de 1931, que João Alberto seria exonerado. Em entendimentos realizados entre Osvaldo Aranha, Getúlio Vargas e o próprio João Alberto, ficou decidida a indicação de Plínio Barreto para a interventoria, com o objetivo de obter o apoio do Partido Democrático. Entretanto, entre os setores revolucionários mais radicais, Plínio Barreto era encarado

odo de 21 dias, foi chefe do governo provisório do Estado de São Paulo após a Revolução de 1930. Em comum, esses jornalistas eram identificados com os ideais do PD e haviam aderido à campanha da AL e da Revolução de 1930. Com o acirramento da crise em São Paulo após a instalação do Governo Provisório, passaram a articular o movimento constitucionalista e, para isso, lançaram mão de seus escritos nas páginas de *O Estado de S. Paulo*.

O diário possuía de 12 a 14 páginas e estava estruturado em diferentes colunas, como “Notícias dos Estados”, “Notícias do Interior”, “Crônicas Forenses”, “Esporte”, “Indicador do Viajante” e “Classificados”, dentre outras. Na primeira página era publicada a coluna “Notícias do Rio”, produzida na sucursal do Rio de Janeiro, na qual eram divulgadas notícias sobre política e sobre o Governo Provisório. O editorial do jornal era publicado na 3ª página, sob o nome de “Notas e Informações”. Normalmente redigida por Plínio Barreto, essa seção do periódico publicava análises políticas e a deixava clara a opinião do grupo do jornal, em 1931-1932, frequentemente contrária aos atos do Governo Provisório. O noticiário internacional estampava a última página de *O Estado de S. Paulo*, alimentado, principalmente, pelas sucursais de Roma e Lisboa e pelas reportagens produzidas pela Agência Havas<sup>97</sup>, na ocasião a maior do mundo, que, com reportagens e informações enviadas por telegrama, conferiram agilidade e amplitude à cobertura dos eventos ocorridos no exterior.

Com efeito, *O Estado de S. Paulo* estava decisivamente instalado na trincheira que se opunha ao Governo Provisório de Getúlio Vargas e suas páginas refletiriam tal posicionamento.

### 1.3 CORREIO DA MANHÃ – UM JORNAL DE OPINIÃO

O jornal *Correio da Manhã* começou a circular em junho de 1901, criado pelo advogado e jornalista Edmundo Bittencourt a partir da aquisição do espólio do periódico *A Imprensa*, dirigido por Rui Barbosa. Possuindo a mesma profissão e formações semelhantes, ambos compartilhavam de uma estreita ligação: Edmundo, que se referia a Rui Barbosa como

---

com desconfiança. Contra ele havia um artigo que publicara em julho de 1922 em *O Estado de S. Paulo*, criticando os “tenentes” que participaram do movimento dos 18 do Forte (“Heróis? Não!”), o que provocou protestos quando seu nome começou a ser cogitado. Diante das resistências ao seu nome, acabou não sendo nomeado, assumindo a interventoria Laudo de Camargo. Em 1932, Plínio Barreto apoiou o movimento constitucionalista de São Paulo. Então presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, em agosto de 1932 conclamou, pelo rádio, seus colegas a aderirem ao movimento. Depois, assumiu a chefia do serviço de censura das forças paulistas.

<sup>97</sup> Atual France Press.

“o mestre”, havia trabalhado para ele em seu escritório de advocacia e figurava como um dos membros do conselho fiscal de *A Imprensa*.<sup>98</sup> A aliança entre os dois foi bastante duradoura, assim como a ligação de Rui Barbosa com o *Correio da Manhã*, para o qual emprestou todo o seu prestígio.<sup>99</sup>

A situação financeira do jornal de Rui Barbosa, no entanto, se deteriorou e, em março de 1901, não restou alternativa senão encerrar em definitivo sua publicação. Vislumbrando uma boa oportunidade de negócio, Edmundo Bittencourt adquiriu o espólio de *A Imprensa* e, com base nele, criou o *Correio da Manhã*, também com sede no Rio de Janeiro. O primeiro exemplar do novo jornal circulou no dia 15 de junho de 1901, um sábado, com a proposta de ser diário e matutino.

O jornalista e advogado gaúcho Edmundo Bittencourt (1866-1943) participou da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, ocorrida entre 1893 e 1894.<sup>100</sup> Iniciou sua carreira jornalista ainda durante o Segundo Reinado, em Porto Alegre, como colaborador do jornal *A Reforma*<sup>101</sup>, pertencente ao conselheiro Gaspar Silveira Martins, no qual trabalhou durante vários anos. Sua formação “gasparista”, intrinsecamente associada à oposição, influenciou a linha editorial que imprimiu em seu *Correio da Manhã*.<sup>102</sup>

<sup>98</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p.72.

<sup>99</sup> O prestígio de Rui Barbosa decorria, dentre outras razões, de sua participação destacada na política imperial. Ao término de seu segundo mandato parlamentar, em 1884, recebeu o título de “conselheiro”, como forma de reconhecimento oficial pelos serviços prestados ao Império. Pouco tempo depois engajou-se na campanha abolicionista e republicana, ocupando o cargo de ministro da fazenda do Governo Provisório. Durante o mandato de Floriano Peixoto, Rui Barbosa posicionou-se como oposição ao governo e foi obrigado a se exilar na Inglaterra entre 1893 e 1895. Nos primeiros governos civis, Rui Barbosa manteve uma posição de crítica, especialmente a Campos Salles, a quem fez oposição por meio das páginas de *A Imprensa*. Sobre a vida e a trajetória política de Rui Barbosa, ver GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

<sup>100</sup> A Revolução Federalista (1893-1895) ocorreu durante o governo de Floriano Peixoto, no Rio Grande do Sul. Desde 1892, uma grave dissensão política conduziu o Partido Republicano Gaúcho e o federalista ao confronto armado. Os partidários do primeiro, conhecidos como “pica-paus”, apoiavam Floriano, e os do segundo, chamados de “maragatos”, defendiam uma estrutura de governo menos centralizada no Rio Grande do Sul. Foi um conflito extremamente violento (10 mil mortos em uma população de um milhão de pessoas) e, devido ao ato de degolar os combatentes vencidos de ambos os lados, ganhou também a alcunha de Revolução da Degola.

<sup>101</sup> O jornal *A Reforma* foi fundado em 1862, na cidade de Porto Alegre, por Gaspar da Silveira Martins e Antônio Eleutério de Camargo, constituindo-se como órgão oficial do Partido Liberal gaúcho. Além de Edmundo Bittencourt, teve como colaboradores Carlos Thompson Flores, Carlos von Koseritz, Florêncio Carlos de Abreu e Silva, Joaquim Antônio Vasques, Albino Pereira Pinto, Antero Ferreira d'Ávila, entre outros. Mais tarde o jornal teve sua redação transferida para o Rio de Janeiro.

<sup>102</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã* (verbetes). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2106, p.1.

O primeiro editorial definia o *Correio da Manhã* como “uma folha política”<sup>103</sup>, deixando clara a intenção de seu proprietário de priorizar as questões da política como temática central, característica da grande imprensa da época percebida por Nelson Werneck Sodré, para quem “a grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria – tal como a política era entendida e praticada na Velha República oligárquica.”<sup>104</sup>

Edmundo Bittencourt adotou para sua nova folha o modelo da imprensa escrita francesa, bastante distinto dos jornais no Brasil até então, que contava com uma variedade de colaboradores, vinculados às mais diferentes filiações políticas, ainda que possuíssem divergências de difícil conciliação, incluindo “desde o jurista ao alto funcionário de vida inteiramente alheio às lutas partidárias; do monarquista de antiga fé inquebrantável até o republicano mais instigante e apaixonado, e, ao lado deles, o fino e puro artista”.<sup>105</sup>

Gestado por uma inspiração liberal, desde o início de sua circulação<sup>106</sup> o *Correio da Manhã* procurou se aproximar das camadas menos favorecidas da população. Sua primeira campanha combatia o aumento do preço da passagem nos bondes da Companhia São Cristóvão, encampando uma reivindicação das classes populares. Em seus primeiros anos de existência a folha também desenvolveu campanhas combatendo os jogos de azar e contra a corrupção de funcionários públicos que extorquiam comerciantes no Rio de Janeiro.

Apesar de abordar as questões cotidianas, os maiores adversários de Edmundo Bittencourt, no entanto, eram as oligarquias que detinham o poder no país, contra as quais desencadeou uma decidida oposição por meio de seu jornal. Aliando-se com os setores mais populares, o jornal consolidava sua clientela urbana e fortalecia sua orientação oposicionista, sempre se pautando pelo respeito à lei, pelo ataque a toda forma de intervencionismo do Estado, e reafirmando os preceitos liberais.<sup>107</sup>

Durante o processo sucessório de Epitácio Pessoa, o jornal alinhou-se com o oposicionista Nilo Peçanha, e protagonizou uma pesada campanha, com a publicação de cartas falsas que difamavam o candidato da situação Artur Bernardes.<sup>108</sup> Apesar das cartas falsificadas,

<sup>103</sup> CORREIO da Manhã. *Correio da Manhã*, n.1, Rio de Janeiro, 15 jun. 1901, p.1.

<sup>104</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil...*, p.371.

<sup>105</sup> CORREIO da Manhã. *Correio da Manhã ...*, p.1.

<sup>106</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50...*, p.65.

<sup>107</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã (verbete)...*, p.3.

<sup>108</sup> Cf SODRÉ (p.411-412), “No dia 8 de outubro [de 1921], no Senado, o falsário Oldemar Lacerda entregou ao redator político do *Correio da Manhã*, Mário Rodrigues, na presença de Irineu Machado, as cartas por ele forjadas. No dia seguinte, o jornal de Edmundo Bittencourt entregava o fac-símile de uma delas na primeira página. Assim começou a luta que iria abalar o país, com a agitação política, com as paixões levadas ao paroxismo. [...] O espetáculo era inédito: um político de natural reservado era colocado como alvo da mais terrível campanha difamatória a que o país já assistira, aparecendo em caricaturas e charges as mais torpes, recebendo os apelidos

Artur Bernardes foi eleito presidente da República em 1º de março de 1922. A tensão política, no entanto, não arrefeceu, obrigando o novo presidente a governar o Brasil em estado de sítio durante quase todo o seu mandato.

Contrariando a maior parte da imprensa brasileira, o *Correio da Manhã* foi um dos poucos periódicos a demonstrar simpatia pelos “tenentes” e pelos movimentos militares de 1922 e 1924, e, por esse motivo, depois de ser acusado pelo governo de imprimir em suas oficinas o folheto clandestino tenentista *Cinco de Julho*, foi proibido de circular em agosto de 1924, retornando às publicações normais apenas em maio de 1925.<sup>109</sup>

Em março de 1929, quando teve início a campanha sucessória de Washington Luís, Edmundo Bittencourt transferiu o controle e a direção do *Correio da Manhã* a seu filho, Paulo Bittencourt, de 34 anos de idade. Como o pai, o jovem jornalista também era bacharel em Direito e havia ingressado na folha como articulista e redator. Como administrador do jornal implantou um processo de modernização do parque gráfico e captação de novos investimentos em publicidade, ampliando os lucros e a tiragem do jornal.<sup>110</sup> Sob a gestão de Paulo Bittencourt, o *Correio da Manhã* também expandiu seu público, buscando alcançar as classes média e alta<sup>111</sup>, e consolidou-se como o principal diário matutino do país.<sup>112</sup>

Desde o início da campanha da AL, o *Correio da Manhã*, fiel à sua tradição oposicionista, apoiou a candidatura de Vargas e, mais tarde, o movimento revolucionário que o conduziu ao poder. No dia da deposição de Washington Luís, o jornal estampou na primeira página de uma edição extraordinária a seguinte manchete, em grandes letras vermelhas:

#### TRIUNFOU A REVOLUÇÃO

O sr. Washington Luís intimado a deixar o poder, pelos generais de terra e mar, renunciou afinal. A população carioca, em verdadeiro delírio de entusiasmo, percorre as ruas da cidade [...]<sup>113</sup>

---

mais soezes. E tudo isso, sem qualquer dúvida, derivava da força com que a imprensa, capitaneada pelo *Correio da Manhã*, lançou tal campanha, cegando de ódio todos aqueles que, agora, concentravam em um homem, vitimando-o, toda a amargura de tantos decênios de farsa política, a farsa que as oligarquias haviam reduzido o regime republicano [...]”

<sup>109</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã* (verbete)..., p.6.

<sup>110</sup> Em sua edição de 16 de fevereiro de 1930, o *Correio da Manhã* comemorou o estabelecimento do recorde de tiragem do jornal, que atingiu a cifra de 158.732 exemplares.

<sup>111</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50...*, p.64.

<sup>112</sup> RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, p.398.

<sup>113</sup> TRIUNFOU a revolução. *Correio da Manhã*, Edição extraordinária, Rio de Janeiro, 24 out. 1930, p.1.

No prosseguimento da matéria, o texto destacava como os moradores da Capital Federal celebraram o fim de um governo classificado como “detestável” e “criminoso”. O editorial aproveitou para denunciar a censura sofrida por ordem do presidente deposto, acrescentando que “a censura policial, que o sítio opressor meteu nas redações dos jornais livres e com opinião altiva, nada deixava publicar.”<sup>114</sup> Em sua análise política, o periódico justificou a Revolução de 1930 nos seguintes termos:

É na estrutura econômica e social da Primeira República que se encontra a explicação dos acontecimentos que em poucos meses deram origem ao movimento revolucionário de 1930. A política partidária, a direção dada às atividades econômicas prepararam o país, lenta e seguramente, para a revolução.<sup>115</sup>

O jornal apontava, como causa da revolução, duas razões essenciais, que encampavam as demandas do movimento tenentista: o sistema político oligárquico, que impunha a hegemonia dos estados mais expressivos, e os problemas econômicos decorrentes da crise da economia cafeeira e do tratamento dado a ela por Washington Luís.

Nos primeiros anos do Governo Provisório o *Correio da Manhã* apoiou parcialmente Getúlio Vargas, algo inédito na trajetória do periódico pautada pelo oposicionismo. O jornal, contudo, defendeu a realização de eleições sem interferência governamental.<sup>116</sup> Um dos primeiros editoriais após Vargas se instalar no poder advertia: “a Revolução foi em nome da Lei, que o governo havia banido. É preciso, pois, que essa Lei volte a dominar, gerando confiança total no futuro da Nação.”<sup>117</sup>

Desde 1929, Paulo Bittencourt, filho do fundador, exercia o controle do jornal, cuja direção executiva era exercida por Manoel Paulo Filho, que ocupou o cargo de Presidente da Associação Brasileira de Imprensa entre 1928 e 1929. Após o falecimento de Leão Veloso Filho, em outubro de 1923, que, sob o pseudônimo de Gil Vidal, desempenhou por muitos anos a chefia da redação, assumiu o cargo o senador e jornalista alagoano Pedro da Costa Rego.<sup>118</sup> Em sua gestão implantou modificações na redação, centralizando ações que ajudaram a

---

<sup>114</sup> Ibid., p.1.

<sup>115</sup> Ibid., p.1.

<sup>116</sup> LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã* (verbete)..., p.7.

<sup>117</sup> TRIUNFOU a revolução. *Correio da Manhã*, ..., p.1.

<sup>118</sup> Cf CPDOC-FGV, “Pedro da Costa Rego nasceu em Pilar-AL no dia 12 de março de 1889. Em 1907 iniciou-se na carreira jornalística como colaborador da *Gazeta de Notícias* e do *Correio da Manhã*, ambos no Rio de Janeiro, trabalhando como revisor e depois como repórter. Elegeu-se deputado federal por Alagoas em 1915 e 1918. Após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), viajou em 1919 para Paris como representante do

constituir uma linguagem e estrutura mais coesas. Costa Rego lia todas as matérias, selecionava as colunas, e definia o momento oportuno para serem publicadas.

Em 1932 o jornal era o maior e o mais popular entre os leitores da Capital Federal, cujo público-alvo incluía representantes da pequena burguesia urbana, escalões médios da sociedade, comerciantes, militares e proprietários de pequenas empresas.<sup>119</sup>

Além dos editoriais assinados por Edmundo Bittencourt e Costa Rego, o *Correio da Manhã* contava com uma coluna dedicada à “classe acadêmica” e um espaço “para falar de coisas militares e fazer ecoar as vozes dos quartéis”.<sup>120</sup> Uma seção intitulada “Vida Operária” abria espaço para a publicação de cartas enviadas por leitores que se identificavam com tal segmento, concedendo aos trabalhadores um espaço para a manifestação de suas ideias.<sup>121</sup> Acompanhando a tendência de outros periódicos, poucos anos depois de sua fundação o *Correio da Manhã* abriu espaço para dar voz aos moradores da periferia da cidade do Rio de Janeiro.<sup>122</sup> Outra frente priorizada pelo periódico era o noticiário policial, que o tornaria famoso entre os contemporâneos pelas extensas e detalhadas notícias de crimes. Sua linguagem direta, que beirava o sensacionalismo, chamou a atenção de Lima Barreto, que satirizou as reportagens policiais do *Correio da Manhã* no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.<sup>123</sup> Diante da variedade de abordagens, é possível verificar que o jornal procurava alcançar um pluralismo de vozes, reunindo leitores de classes sociais das mais diferenciadas. Uma das colunas que mais empolgava os leitores do *Correio da Manhã* era “Pingos e respingos”, criada pelo cearense Antônio Salles que, com sua pena afiada e linguagem irônica, provocava incômodo aos ocupantes de cargos públicos e influenciava na política.

A questão da reconstitucionalização do Brasil levaria São Paulo às armas contra o Governo Provisório em 1932 e faria com que o *Correio da Manhã* adotasse uma posição am-

---

*Correio da Manhã* a fim de acompanhar os trabalhos da Conferência da Paz. Em 1923 tornou-se redator-chefe do *Correio da Manhã*, função que exerceria pelo resto da vida com algumas interrupções. Elegeu-se governador de Alagoas em 1924. Em 1928 ocupou, de outubro a dezembro, uma cadeira na Câmara dos Deputados, e, no ano seguinte, elegeu-se senador por Alagoas. Entretanto, teve o mandato interrompido após a Revolução de 1930, que dissolveu os órgãos legislativos do país. PEDRO da Costa Rego (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

<sup>119</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50...*, p.64.

<sup>120</sup> Ver VIDA Acadêmica. *Correio da Manhã*, n.8, Rio de Janeiro, 22 jun. 1901, p.2; e CORREIO da Caserna, *Correio da Manhã*, n.27, Rio de Janeiro, 11 jul. 1901, p.2, respectivamente.

<sup>121</sup> Ver VIDA Operária, *Correio da Manhã*, n.374, Rio de Janeiro, 23 jun. 1902, p.3; e VIDA Operária, *Correio da Manhã*, n.375, Rio de Janeiro, 24 jun. 1902, p.2.

<sup>122</sup> PELOS subúrbios. *Correio da Manhã*, n.965, Rio de Janeiro, 4 fev. 1904, p.3.

<sup>123</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ática, 1995 [1909]. No romance, o jornal aparece com o nome fictício de *O Globo*.

bígia em relação a Getúlio Vargas, oscilando entre o apoio ao presidente e a simpatia por algumas pautas dos paulistas, conforme será visto mais adiante.

#### 1.4 SÃO PAULO: UMA CULTURA POLÍTICA EM EVIDÊNCIA

Mal havia triunfado a Revolução de 1930, as profundas diferenças entre as diversas correntes que compunham a AL começaram a se revelar. Enquanto integrantes do PD e outros grupos mais moderados defendiam uma reforma política gradual e pacífica, os combativos “tenentes” postulavam que a revolução deveria se constituir em uma ruptura radical com o passado, representado pelas velhas oligarquias. Os democráticos paulistas, que apoiaram a aliança e ajudaram a preparar a revolução em São Paulo, pretendiam desempenhar um papel de destaque na administração do estado sob o novo regime. Francisco Morato, presidente do partido, pleiteava ser nomeado para o governo paulista, e chegou a ocupar o cargo por breve período, a pedido da junta militar que destituiu Washington Luís. Os “tenentes” que haviam liderado as tropas revolucionárias, no entanto, consideravam que o PD agira muito passivamente por ocasião das eleições de 1930 e que, durante a conspiração revolucionária, contribuiria apenas com palavras e não com ações.<sup>124</sup> Além disso, entendiam que as manobras dos velhos políticos paulistas que possibilitaram a eleição de Júlio Prestes precisavam receber a merecida e justificada punição.

Em oposição ao ideário liberal do PD e à defesa pela autonomia dos estados, os “tenentes” adotavam como premissa o fortalecimento do poder central e a submissão dos estados ao Governo Provisório, inclusive e particularmente São Paulo. No grupo dos “tenentes”, dois revolucionários históricos e antigos companheiros da Coluna de 1925-1927, Miguel Costa e João Alberto Lins de Barros, passaram a disputar o poder no estado, situação que somente seria resolvida após intervenção do próprio Getúlio Vargas.

Entre a vitória da revolução e o início do ano de 1931, os “tenentes”, que se autointitulavam “revolucionários autênticos”, procuraram se organizar politicamente criando agremiações semelhantes a partidos, como a Legião Revolucionária e o Clube 3 de Outubro, com o objetivo de sistematizar as propostas do grupo e unificar sua atuação.<sup>125</sup>

Pressionado pelos “tenentes”, Vargas afastou a possibilidade de o PD governar e, em 24 de novembro, nomeou o “tenente” João Alberto como interventor no Estado de São Paulo.

<sup>124</sup> HILTON, Stanley. *1932 ...*, p.23.

<sup>125</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932 ...*, p.13.

Natural de Pernambucano e sem nenhuma ligação com São Paulo, a elite política paulista recebeu-o como um estrangeiro em suas terras. Capelato assinala o descontentamento e o ressentimento dos democráticos com a nomeação do militar, pois, “em acordo preliminar com Getúlio Vargas, ficara assentado que a direção de São Paulo seria entregue a um de seus membros. Dessa maneira, a Revolução já começava para o PD sob o signo da traição.”<sup>126</sup>

Ressentimentos a parte, alguns integrantes do PD assumiram cargos no secretariado de João Alberto, assim como elementos de confiança do jornal *O Estado de S. Paulo*, como Plínio Barreto, José Carlos de Macedo Soares e José Maria Whitaker. Apesar de não manifestar clara oposição ao novo interventor, o jornal estampou a apreensão causada pela nomeação de um “tenente” oriundo de Pernambuco, completamente estranho à classe política do estado: “Conquanto esta decisão já viesse sendo anunciada há vários dias, causou sensação nos meios políticos desta capital, onde está sendo muito comentada”.<sup>127</sup>

No Rio de Janeiro o *Correio da Manhã* publicou uma breve entrevista com o novo interventor, que deu o tom da gestão que pretendia empreender em São Paulo e contendo um claro recado às elites do estado:

– Acaba de ser assinado pelo dr. Getúlio Vargas o decreto para a minha nomeação para o cargo de interventor federal no estado de São Paulo. No desempenho do mesmo prosseguirei na minha ação e continuarei a política iniciada e que tem sido deturpada pelos interesses contrariados de terceiros.<sup>128</sup>

João Alberto sinalizava que sua gestão seria inflexível para impor à São Paulo, especialmente às suas elites políticas, as quais considerava que representavam ainda a “velha política oligárquica”, a agenda da nova ordem de poder instituída no país pelos revolucionários. São Paulo deveria ser “enquadrado” pela Revolução.

Com efeito, logo as medidas restritivas de controle sobre o estado, no sentido de “integrar São Paulo na ordem revolucionária nascente”<sup>129</sup> e sua postura perante as elites políticas paulistas, levaram o novo interventor se indispor com o secretariado, provocando sua renúncia em bloco. Com a saída dos secretários, o clamor pela presença de um paulista no governo de São Paulo ganhou corpo e contou com a adesão de *O Estado de S. Paulo*, que passou a criticar

---

<sup>126</sup> Ibid., p.14.

<sup>127</sup> O CORONEL João Alberto nomeado interventor em S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 1930, p.1.

<sup>128</sup> CONTINUAREI a política iniciada e que tem sido deturpada por interesses contrários de terceiros. *Correio da Manhã*, n.11.022, Rio de Janeiro, 25 nov. 1930, p.1.

<sup>129</sup> HILTON, Stanley. 1932 ..., p.27.

o interventor nomeado por Getúlio Vargas e a reforçar a ideia de que o estado havia sido “invadido”. Um manifesto sem assinatura, publicado na “Seção Livre” do jornal sob o título “Apelo ao chefe do Governo Provisório”, reclamou que “Pelo Brasil, pela tranquilidade dos brasileiros, pela Revolução que não representava o domínio de hordas de invasores incultos sobre terras vencidas, é preciso restituir aos paulistas o governo de São Paulo.”<sup>130</sup> (grifo nosso)

Ao longo de todo o processo de desgaste entre os políticos paulistas e o governo de Vargas, ocorrido entre novembro de 1930 e o início do movimento de 1932, é possível perceber como a imprensa paulista, em nosso caso *O Estado de S. Paulo*, atuou para fortalecer uma cultura política própria, que já preexistia no estado. Nas publicações do jornal estão presentes diversos dos elementos característicos dessa cultura política, como o personalismo e a superioridade.<sup>131</sup> No manifesto acima mencionado, fica claro, na expressão “hordas de invasores incultos”, o posicionamento dos grupos políticos paulistas, que arvoram para si uma espécie de superioridade moral sobre os próceres do Governo Provisório oriundos de outros estados da federação.

A chegada do ano de 1931 não arrefeceu a crise instalada em São Paulo, ao contrário, fez acelerar o processo de ruptura. O governo extremamente impopular de João Alberto levou o PD a romper com o interventor no dia 7 de abril, resultando na demissão de todos os integrantes do partido que ainda ocupavam cargos públicos.<sup>132</sup> *O Estado de S. Paulo* publicou novo manifesto do PD, que dizia ser São Paulo “um território militarmente ocupado” e sua análise política sobre a ruptura, que se dava no plano estadual, visto que o partido ainda procurava manter uma relação política, ainda que precária, com Getúlio Vargas. Dizia a análise que

É com tristeza, e não é sem apreensões, que vemos o Partido Democrático separar-se do governo que a Revolução colocou em São Paulo. Companheiros das lutas que antecederam o movimento armado, era natural que, assegurado o triunfo, companheiros continuassem, pelo menos até a definitiva reconstrução política que se iniciou. Perdeu o Partido vários postos que conquistou, mas, balançadas as coisas, mais perdeu o governo, ficando sem o seu concurso.<sup>133</sup>

<sup>130</sup> APELO ao chefe do Governo Provisório. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1931, p.11.

<sup>131</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira ..., p.17.

<sup>132</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932* ..., p.15.

<sup>133</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 abr. 1931, p.3.

Com a escalada da insatisfação no estado, em 28 de abril o 6º Batalhão e o Corpo Escola da Força Pública de São Paulo (FPSP) sublevaram-se, mas o movimento foi prontamente sufocado pelo governo. No Rio de Janeiro o *Correio da Manhã* publicou o comunicado de João Alberto ao povo paulista

Ao povo – Hoje pela manhã, devido a intrigas políticas e boatos tendenciosos, houve em um dos corpos da Força Pública ligeiro movimento de insubordinação. Imediatamente foram tomadas as providências que se faziam mister para evitar a perturbação da ordem. O general Miguel Costa assumiu o comando geral da Força Pública, sendo prontamente presos os militares insubordinados.<sup>134</sup>

É interessante observar que *O Estado de S. Paulo* não deu publicidade ao comunicado, precisando o interventor recorrer a um jornal do Rio de Janeiro para divulgar sua proclamação à população. Embora João Alberto procurasse minimizar o movimento em seu comunicado, o Governo Provisório realizou uma onda de prisões e tomou providências para evitar que levantes análogos se repetissem. O comandante da FPSP, coronel Joviniano Brandão, foi demitido, e, em seu lugar, assumiu Miguel Costa. Com a suspeita de que o comandante da 2ª Região Militar, general Isidoro Dias Lopes, revolucionário histórico, estava envolvido na organização do movimento, foi substituído no comando pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, liderança da total confiança de Vargas.<sup>135</sup> Além do oficial, a conspiração civil-militar contou com a participação de Francisco Morato, líder máximo do PD, e Júlio de Mesquita Filho, diretor de *O Estado de S. Paulo*, que não chegaram a ser presos. Assim como fez com a proclamação de João Alberto, o jornal silenciou a respeito das prisões.

O episódio marcou também uma reorientação da campanha desenvolvida pela oposição, que passou a defender o retorno das “formas legais” e a levantar a questão da constitucionalização do país.<sup>136</sup> O constitucionalismo surgiu como uma bandeira com o objetivo de unir os paulistas em torno da luta por uma constituição liberal que garantisse a autonomia dos entes da federação, sob a liderança de seu estado de “maior valor”: São Paulo.

Além do constitucionalismo, o ideário paulista de 1932 possuía uma corrente minoritária que pregava a separação do estado da federação nacional. O separatismo, no entanto, não foi utilizado como bandeira pelos revoltosos e tampouco teve grande penetração popular. Ao

---

<sup>134</sup> UM COMUNICADO do interventor João Alberto. *Correio da Manhã*, n.11.154, Rio de Janeiro, 29 abr. 1910, p.1.

<sup>135</sup> DONATO, Hernani. *A revolução de 1932*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982, p.44-45.

<sup>136</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932 ...*, p.16.

contrário, as lideranças esforçaram-se para desvincular a ideia de separação do movimento de 1932. O separatismo ficou restrito a alguns intelectuais e artistas de prestígio na época, dentre os quais figuravam os escritores Monteiro Lobato e Guilherme de Almeida. Seria utilizado muito mais pela propaganda do governo federal na campanha de mobilização contra São Paulo do que ideologicamente pelos paulistas.

O agravamento das tensões no estado e a vigorosa oposição que postulava um interventor “civil e paulista” tornaram a permanência de João Alberto no cargo insustentável, e este solicitou seu afastamento da interventoria em julho. Miguel Costa, líder da Legião Revolucionária e comandante da FPSP almejava o posto, mas, pressionado pelo PD e pelo PRP, Vargas indicou Plínio Barreto, editor-chefe do jornal *O Estado de S. Paulo*, escolha vista com bons olhos pelos paulistas. Preterido, Miguel Costa e seus legionários se opuseram fortemente ao nome de Barreto, alegando que este havia publicado, em 1922, por ocasião da revolta do Forte de Copacabana, um editorial que atacava o movimento tenentista. Diante dos protestos dos “tenentes”, Vargas nomeou como interventor federal em São Paulo o desembargador Laudo de Camargo, um político civil e paulista. *O Estado de S. Paulo* aprovou a escolha do magistrado e Plínio Barreto, mesmo tendo sido ele mesmo apeado da interventoria, escreveu um editorial no qual não poupou elogios ao novo interventor:

O governo que se constituiu não tem colorido partidário. É um verdadeiro governo de homens de boa vontade sem outro objetivo que o de servir a interesses da coletividade. À sua frente encontra-se um magistrado de largo espírito de justiça, amante da sua terra e impermeável às paixões subalternas [...]. Um governo assim organizado está, naturalmente, aparelhado para realizar uma administração calma e fecunda.<sup>137</sup>

Mas, apesar de ter agradado parcela da classe política paulista, Laudo de Camargo sofreu forte oposição dos “tenentes”, particularmente devido à ação de Miguel Costa, e, em meados de novembro, apenas quatro meses após assumir a interventoria, renunciou ao cargo, deixando o governo, interinamente, nas mãos do coronel Manoel Rabelo, outro homem da confiança de Vargas.<sup>138</sup> A tentativa de constituir um governo civil e paulista fracassou, provocando ainda mais insatisfação e ressentimento. Em sinal de protesto, os ministros paulistas que ocupavam cargos no Governo Provisório se demitiram. Até a demissão de Laudo de Ca-

<sup>137</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 jul. 1931, p.3.

<sup>138</sup> Cf Figueiredo (1977, p.24), “A deposição [de Laudo de Camargo], pela forma branda por que se deu, mas traiçoeiramente, mostrou que o caso de São Paulo não se resolveria somente com a designação de um ‘interventor civil e paulista’, mas que seria preciso remover dos postos de mando os caudilhos que teimavam em neles permanecer. E isto não convinha ao governo ditatorial.”

margo, a oposição paulista evitava criticar Vargas diretamente e dirigia suas insatisfações contra os “tenentes” que atuavam no estado, especialmente João Alberto e Miguel Costa. Mas, a partir de novembro de 1931, a hostilidade das elites paulistas passou a ser dirigida contra o próprio chefe do Governo Provisório, sob a alegação de que este desejava se perpetuar no poder.<sup>139</sup> Para eles, a reconstitucionalização do país tornava-se ainda mais urgente.

Logo no início de 1932, o PD rompeu formalmente com Getúlio Vargas, já considerado um inimigo pessoal de São Paulo. No dia 16 de janeiro o partido fez publicar um duro manifesto, rompendo com o Governo Provisório. *O Estado de S. Paulo* transcreveu o manifesto e publicou não só sua análise política, como a de outros periódicos cariocas que apoiavam a causa paulista.<sup>140</sup> Mais uma vez, os textos e o discurso veiculado pela imprensa revelam alguns elementos constitutivos da cultura política paulista, como o sentimento de superioridade manifesta na liderança econômica nacional e na pretensa “superioridade moral” do estado.

Já alguns matutinos de hoje publicaram, na íntegra, o manifesto que à nação acaba de dirigir o Partido Democrático desse estado. A sensação causada por esse documento foi profunda. [...].

*A Noite* reproduz longos trechos do manifesto [...] e, no seu artigo principal da edição de hoje, ocupa-se com a situação política, traçando entre outros os seguintes comentários:

“O caso de S. Paulo não é insolúvel, nunca o foi. [...] Pedia S. Paulo apenas que lhe fosse dado um governo que estivesse, pela exata compreensão dos seus deveres, à altura das suas tradições de estado líder da União durante quatro decênios, [...] que é o centro e a base da vida econômica da nação [...]. Não pedia S. Paulo, como se vê, nada de impossível. Pedia administração honesta e inteligente, que assegurasse a ordem imprescindível ao trabalho [...] Essa decisão firme e justa é apenas dar a S. Paulo um governo paulista e civil, à inteira altura da grande tarefa que ele tem de realizar politicamente [...]”<sup>141</sup> (grifo nosso).

Em 25 de janeiro, o movimento oposicionista ganhou as ruas da capital paulista. Um grande comício comemorando a fundação da cidade evoluiu para um ataque a um centro gaúcho e a derrubada da bandeira riograndense, simbolicamente um claro desafio à autoridade de

<sup>139</sup> HILTON, Stanley. 1932 ..., p.32.

<sup>140</sup> *O Estado de S. Paulo* transcrevia trechos dos jornais cariocas *A Noite* e *O Globo*.

<sup>141</sup> AINDA o “caso” paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 jan. 1932, p.1.

Vargas.<sup>142</sup> O jornal *O Estado de S. Paulo* deu ampla cobertura ao comício, em um editorial que clamava por autonomia

S. Paulo exalou, anteontem, na gigantesca reunião da praça da Sé, a sua queixa profunda contra a ditadura. [...] S. Paulo não está apenas descontente, está ferido na sua sensibilidade. [...] O que a revolução lhe pediu, ele lho deu de coração aberto e mãos generosas. Por que a revolução tara em restaurá-lo na posse de sua autonomia e no governo direto de seus filhos?<sup>143</sup>

A partir de então, diversos comícios e reuniões populares, cada vez maiores, seriam realizados até a eclosão do movimento militar em julho de 1932.

Desde novembro de 1931 o PD buscou apoios em outros estados e, no início de 1932, estabeleceu uma aliança com o PRP, seu adversário histórico, dando origem à FUP. No Rio Grande do Sul e em Minas Gerais também foram formadas frentes únicas contra o Governo Provisório, já então classificado como uma ditadura.<sup>144</sup> É interessante assinalar que o *Correio da Manhã*, apoiador de Getúlio Vargas, também se referia ao Governo Provisório como uma ditadura, visto que os próprios detentores do novo regime também o consideravam como tal. No dia 7 de dezembro de 1930, o jornal trouxe em sua primeira página uma entrevista com Oswaldo Aranha, um dos próceres mais influentes do novo governo e líder de primeira hora da revolução, que assim definiu o novo regime:

Definamos esse governo, sem medo das palavras: um governo armado de poderes discricionários, uma ditadura em suma. [...] A ditadura, nesta etapa da vida brasileira, é o único meio eficiente para emendar os erros do regime legal que a revolução depôs. Como instrumento excepcional, utilizado para realizar uma determinada finalidade, a ditadura deverá ser transitória, durando apenas o tempo indispensável para sanar os males que, dentro da observância constitucional, foram e serão insusceptíveis de correção.<sup>145</sup>

<sup>142</sup> McCANN, Frank. *Soldados da pátria...*, 2009, p.398.

<sup>143</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 1932, p.3.

<sup>144</sup> *O Estado de S. Paulo* classificou o Governo Provisório como uma ditadura pela primeira vez, quando publicou uma carta do coronel Bertholdo Klinger, então chefe de polícia do Distrito Federal, para o próprio Getúlio Vargas. Embora tornada pública quase dois meses mais tarde, a carta era datada de 3 de novembro de 1930 (data da posse do novo chefe de governo) e advertia: “A ditadura, o exercício do poder por um homem único, discricionariamente, é um atentado à dignidade nacional, e é praticamente inexequível porque não há, nem nunca houve, nem haverá jamais um homem de tão desmedida capacidade.” A partir de então, o jornal passaria a se referir ao Governo Provisório como uma ditadura cada vez com mais intensidade. Ver UMA carta até agora conservada inédita do coronel Klinger ao sr. Getúlio Vargas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1930, p.14.

<sup>145</sup> O Sr. Oswaldo Aranha narra como se preparou a revolução, *Correio da Manhã*, n.11.033, Rio de Janeiro, 7 dez. 1930, p.1.

Maria Helena Capelato destaca que “os dois tradicionais partidos gaúchos (Republicano e Libertador) se uniram e credenciaram João Neves da Fontoura a realizar entendimentos em Minas, São Paulo e Rio para organizar movimentos contra o governo federal.”<sup>146</sup> A bandeira da constitucionalização, levantada pelos paulistas, alcançava vários grupos e correntes políticas, em diferentes estados do país.

Serge Berstein postula que a cultura política realiza “uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado [...], uma concepção de sociedade ideal tal como a vêem os detentores dessa cultura [...]”<sup>147</sup> As ideias conservadoras e liberais que circulavam em São Paulo desde a segunda metade do século XIX levavam parcela das elites do estado a considerarem uma raça específica: a “raça paulista”. De acordo com essa visão, o paulista revestia-se de características únicas, como força, altivez, independência, resistência e insubmissão.<sup>148</sup> Tais marcas identitárias de uma cultura política específica frequentemente remetiam ao passado e à história do estado, por meio da representação do Bandeirante. Essa figura redimira o passado colonial e atribuíra aos paulistas um protagonismo e um papel de relevo na história, a quem era creditada a constituição do amplo território nacional. Suas características, que por analogia eram legadas a todos os paulistas do passado e de 1932, davam à “raça paulista” uma condição de superioridade e uma capacidade de elevar o Brasil ao seu lugar entre os países civilizados e modernos.

Também o movimento modernista, gestado no terço final do século XIX e intensificado na década de 1920, contribuiu para a construção e idealização de uma identidade própria em São Paulo. De acordo com os estudos de Mônica Veloso, Cassiano Ricardo, em sua obra poética lançada em 1926 *Martim Cererê*, apresenta o herói paulista também corporificado na figura do Bandeirante. Partindo de São Paulo, Cererê ingressa no território para desbravar os sertões do Brasil e, após isso, retorna ao ponto de origem. Seu trajeto, São Paulo – Brasil – São Paulo, reforça no imaginário o valor do estado e o coloca na condição de referência nacional, mitificando a figura do Bandeirante, do qual descenderia a “raça paulista”.<sup>149</sup>

Geralmente apresentado como protagonista de um tempo glorioso em São Paulo, o Bandeirante servia como base “filosófica” para o movimento. Ao realizar a cobertura do

---

<sup>146</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932 ...*, p.17.

<sup>147</sup> BERSTEIN, Serge. *A cultura política...*, p.351.

<sup>148</sup> ADDUCI, Cássia. Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira. *Lutas sociais*. São Paulo: Niels – PUC-SP, v. 11-12, p. 72-84, 2004, p.82.

<sup>149</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.375.

grande comício realizado na capital paulista em 25 de fevereiro de 1932, *O Estado de S. Paulo* reproduziu um trecho do discurso proferido por Antônio Prado, representante do PRP, associando a sociedade da época com o passado glorioso dos desbravadores do interior do país: “Paulistas! Bandeirantes no passado, no presente e no futuro. No passado para a integração geográfica da pátria; no presente, para a grandeza material e moral da nação [...]”.<sup>150</sup>

O movimento em São Paulo expressava um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos presentes no contexto social daquele momento histórico. Aglutinando realidade e mitos, a população estava imersa em um sentimento de superioridade, muito bem caracterizado pela ideia de que São Paulo era como uma “locomotiva” que, com sua força econômica e moral, carregava os demais estados do país como se fossem vagões.<sup>151</sup> Essa ideia nascera tanto do pioneirismo colonial do Bandeirante, quanto do predomínio político e econômico do estado durante a República Velha.

Ainda em 1887, Alberto Salles publicou em seu livro *A Pátria Paulista* que “[...] os relevos orográficos do solo, por um lado, e a constituição étnica da população, por outro, nos impõem aquela convicção. Eis o que representa para nós a Pátria Paulista.”<sup>152</sup>

A massiva presença de imigrantes europeus que, com o tempo, haviam ascendido socialmente e prosperado financeiramente, geralmente trabalhado duro nas lavouras de café e na indústria nascente, reforçavam a ideia do trabalho como base para o sucesso e o enriquecimento pessoal.

No imaginário social paulista, o “sucesso” paulista não era fruto do acaso, mas sim do trabalho árduo, o que acarretava críticas com forte teor contra outros estados da federação, particularmente do Norte do país. Um panfleto apócrifo elaborado com base na paródia do poema *Ser Paulista*, de Martins Fontes, deixa clara a noção de superioridade do estado, pelo menos de parcela de sua elite, enquanto diminui os estados e a população do Norte<sup>153</sup> e as lideranças do Governo Provisório:

Ser nortista! É ser zero no passado,  
É não ter glória alguma no presente!  
É ser a imagem viva do pecado,  
Destilando o veneno da serpente  
[...]

<sup>150</sup> REIVINDICANDO o regime da Lei. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 fev. 1932, p.3.

<sup>151</sup> Para saber mais sobre o imaginário de superioridade econômica, moral e social de São Paulo, ver LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

<sup>152</sup> SALLES, Alberto. *A Pátria paulista*. Brasília: UNB, 1983, p.110.

<sup>153</sup> Na visão da década de 1930, genericamente, o Norte remetia às atuais regiões Norte e Nordeste.

Ser nortista! É viver como vilão!  
 Ser Antônio Silvino! Ser Lampião!  
 Para vergonha do Brasil inteiro!

Ser nortista! É ser filho de mulata!  
 Viver com sede, ser cabeça-chata!  
 Ser “retranca”, Juarez ou Gosmonteiro.<sup>154</sup>

O prolongamento da interinidade do coronel Manuel Rabelo na interventoria de São Paulo e a relutância de Vargas em nomear um governante que fosse “paulista e civil” fizeram crescer a animosidade no estado, e os jornais passaram a tratar a questão como “o caso paulista”. Em sua irônica coluna “Pingos e Respingos”, assinada por Antônio Salles, o *Correio da Manhã* fez troça dessa indefinição, comparando a questão em São Paulo com a Alemanha, onde um político nascido em outro país despontava: Adolf Hitler. Dizia assim o jornal:

Hitler, austríaco de nascimento naturalizou-se cidadão alemão e será candidato à presidência da República, em oposição ao marechal Hindenburgo. Um consolo para São Paulo. O partido nacional socialista da Alemanha também não encontra um alemão civil...<sup>155</sup>

Pressionado pelo aumento da insatisfação e, principalmente, pela adesão popular à causa paulista, Getúlio Vargas assinou uma nova Lei Eleitoral em 24 de fevereiro, e, no dia seguinte, nomeou como interventor o embaixador Pedro de Toledo<sup>156</sup>, civil e paulista, um homem já idoso e há muito ausente dos círculos políticos do estado. O grupo dos “tenentes” recebeu mal a nomeação, e, em resposta, um grupo de militares filiados ao Clube 3 de Outu-

<sup>154</sup> SER Nortista. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>155</sup> PINGOS e respingos. *Correio da Manhã*, n.11.414, Rio de Janeiro, 28 fev. 1932, p.2.

<sup>156</sup> Cf PEDRO de Toledo (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, Pedro Manuel de Toledo nasceu em São Paulo, em 1860 em uma família de enorme tradição política. Advogado, estudou nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife, por onde se diplomou em 1884. Era maçom e participou do movimento republicano. Com a proclamação da República, em 1889, assumiu interinamente o cargo de chefe de polícia em São Paulo. Ainda nos primeiros anos do novo regime, colaborou no combate à Revolução Federalista, desencadeada no sul do país contra o governo do presidente Floriano Peixoto, sendo agraciado, por conta disso, com a patente de coronel da Guarda Nacional. Em 1895, elegeu-se deputado estadual pelo PRP. Afastado por alguns anos da vida política, em 1905 voltou ao Legislativo paulista, reelegendo-se dois anos depois. Nesse período, em 1910, deu apoio à candidatura presidencial do marechal Hermes da Fonseca, contrariando a posição do PRP, que aderiu à campanha civilista de Rui Barbosa. Com a vitória de Hermes, foi nomeado ministro da Agricultura, cargo que exerceria até 1913. Entre os meses de janeiro e fevereiro de 1912, acumulou interinamente aquela pasta com a de Viação e Obras Públicas. Em maio de 1914 iniciou longa carreira diplomática, que o levou à chefia das embaixadas brasileiras na Itália (1914-1917), Espanha (1917-1919) e Argentina (1919-1926). Nesse último país, concedeu tratamento cordial aos exilados que haviam participado das rebeliões tenentistas de 1924, o que lhe valeu a antipatia do presidente Artur Bernardes, que acabou afastando-o do cargo. Voltou, então, ao Brasil e afastou-se da vida política. Retornou ao cenário político apenas quando foi nomeado interventor em São Paulo.

bro empastelou o jornal *Diário Carioca*, periódico que lhes fazia oposição.<sup>157</sup> Mesmo contando com a oposição dos “tenentes”, o *Correio da Manhã* encarou a nomeação de Pedro de Toledo como a solução para os problemas em São Paulo e, equivocadamente, anunciou o fim do “caso de São Paulo”: “O caso de São Paulo teve ontem, afinal, o seu desfecho, com a nomeação do dr. Pedro de Toledo, ex-ministro da Agricultura e ex-embaixador na Argentina, para substituir, na interventoria do grande estado, o honrado coronel Manoel Rabelo.”<sup>158</sup>

Mas, se no Rio de Janeiro o *Correio da Manhã* apontava para o desfecho do problema, em São Paulo a imprensa – em particular *O Estado de S. Paulo* – já não mais acreditava que Vargas devolveria a autonomia ao estado, portanto, seguiu conclamando a população para a “defesa de São Paulo” e pela “volta à constituição”.<sup>159</sup>

Outra característica da cultura política<sup>160</sup> paulista tornou-se evidente na etapa que conduziu à revolução fica evidente no exame das publicações da imprensa paulista: o discurso. Mesmo com a nomeação de Pedro de Toledo, o discurso incluía palavras-chave e ideias que buscavam legitimar a causa paulista e enfatizava as razões pelas quais deveriam lutar: pela Lei e por São Paulo.

Segundo a visão do jornal *O Estado de S. Paulo*, a ditadura de Vargas era uma ameaça ao estado, que precisava ser defendido do regime que usurpara sua autonomia:

Joga-se, neste momento, a sorte de um Estado que, pela sua riqueza e pela sua cultura e por outros predicados, é uma verdadeira nação. Na mesa onde o jogo se trava não tem assento, entretanto, o povo desse Estado. [...] Enquanto vigorar a ditadura, continuaremos a ser a coisa de toda gente, menos de nós mesmos. Não teremos força para defender os nossos interesses, para proteger os nossos direitos, para salvaguardar a nossa dignidade [...] <sup>161</sup> (grifo nosso)

O discurso em favor da Lei, ou seja, da reconstitucionalização do país, era o mais presente nos jornais paulistas, e, reproduzido repetidamente, constituiu uma base filosófica e doutrinária que forjou a cultura política<sup>162</sup> em São Paulo. Para as lideranças políticas desse es-

<sup>157</sup> HILTON, Stanley. 1932 ..., p.37.

<sup>158</sup> A NOMEAÇÃO do sr. Pedro de Toledo para interventor federal de São Paulo. *Correio da Manhã*, n.11.417, Rio de Janeiro, 3 mar. 1932, p.1.

<sup>159</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino...*, p.43.

<sup>160</sup> Para Berstein (1998, p.351), “um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.”

<sup>161</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1932, p.3.

<sup>162</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política..., p.350.

tado, somente uma nova Constituição poderia restituir aos paulistas a autonomia perdida. Um exemplo desse discurso em favor da Lei pode ser claramente observado neste editorial de *O Estado de S. Paulo*:

Pode o país continuar a viver e prosperar sem Constituição? Se pode, não se convoque a Constituinte; mas se não pode, convoque-se imediatamente. Essa pesquisa preliminar já está feita, e os seus resultados são concludentes. São estes: o Brasil não pode mais viver e prosperar sem Constituição [...].<sup>163</sup>

Em sentido oposto, os partidários de Vargas, principalmente os “tenentes” mais radicais se contrapunham ao discurso paulista, criticando o projeto de constitucionalização imediata do país. O *Correio da Manhã* publicou um artigo do major Miguel Mendes de Moraes, comandante do 4º Batalhão de Engenharia de Itajubá, atacando o movimento constitucionalista e fazendo uma vigorosa defesa do Governo Provisório:

Enganam-se aqueles que supõem estar a solução da crise nacional na imediata constitucionalização, como se a simples passagem do regime ditatorial para o regimental fosse capaz de operar uma metamorfose [...] É preciso, portanto, liquidar com essa gente, corrigi-la, para depois dotar o Brasil de uma regular Constituição [...].

Agora fazer-se uma revolução que transformou o país tão profundamente, transtornando a vida nacional, paralisando certas atividades, gastando-se centenas de milhares de contos, para reforma-se a constituição e voltar-se ao regime decaído com uma lei básica feita às pressas, para os mesmos homens, os mesmos bacharéis, os mesmos políticos, francamente, não valia a pena tantos sacrifícios.<sup>164</sup>

Em razão de suas desavenças com Miguel Costa, em 6 de maio o general Góis Monteiro solicitou seu afastamento do comando da 2ª Região Militar e partiu para o Rio de Janeiro, para assumir o cargo de comandante da 1ª Região Militar.<sup>165</sup> Em São Paulo, Pedro de Toledo manteve por um tempo o secretariado herdado de seu antecessor, mas a insistência da FUP levou-o a articular a organização de um novo governo, composto por políticos mais alinhados à causa paulista.

No dia 22 de maio de 1932, Oswaldo Aranha dirigiu-se à São Paulo, a mando de Vargas, para influenciar a escolha de um novo secretariado que fosse aceitável pelo Governo

<sup>163</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1932, p.3.

<sup>164</sup> MORAIS, Miguel Mendes. Constituição, agora? *Correio da Manhã*, n.11.412, Rio de Janeiro, 25 fev. 1932, p.2.

<sup>165</sup> HILTON, Stanley. 1932 ..., p.38.

Provisório e excluísse os políticos do PRP. A missão de Aranha, no entanto, foi descoberta e enfureceu a população da capital paulista. Boletins de propaganda impressos apressadamente e distribuídos nas ruas deram o tom da indignação contra Getúlio Vargas e seu regime: “Paulistas! Mais uma vez o ministro Oswaldo Aranha, como enviado especial do ditador, vem a São Paulo com o intuito de arrebatar ao povo paulista o sagrado direito de escolher seus governantes.”<sup>166</sup> A população da capital concentrou-se no centro da cidade, reivindicando que o secretariado fosse organizado com base nos quadros da FUP e exigindo que Pedro de Toledo “governe São Paulo com São Paulo”.<sup>167</sup> Assim como em oportunidades anteriores, *O Estado de S. Paulo* alertou para a crise política e para a exaltação de ânimos que se configuravam: “[...] graves ocorrências estavam se desenrolando em S. Paulo. [...] Era intuitivo que havia chegado o momento afinal, em que estava esgotada a paciência dos paulistas.”<sup>168</sup>

No dia seguinte, 23, Pedro de Toledo nomeou um secretariado composto por políticos pertencentes ao PD e ao PRP, levando a população ao êxtase, que, mais uma vez, reuniu-se no centro da capital em uma manifestação gigantesca.<sup>169</sup> Ao cair da noite, a multidão depredou a sede do jornal tenentista *A Razão* e convergiu para o prédio onde funcionava o Partido Popular Progressista, criado por Miguel Costa a partir da Legião Revolucionária. Nesse local, os legionários receberam os manifestantes a tiros, deixando quatro mortos e dezenas de feridos, fato que foi registrado pelo *O Estado de S. Paulo*: “Durante os acontecimentos de ontem, à noite, foram feridas numerosas pessoas [...] por ocasião do ataque de populares à *Razão* e às demais ao ataque contra a sede do Partido Popular Paulista, ex-Legião Revolucionária. [...]”<sup>170</sup>

Os quatro manifestantes mortos no enfrentamento foram Mario Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade.<sup>171</sup> *O Estado de S. Paulo* publicou uma ampla reportagem sobre o funeral de Mário Martins de Almeida, no qual destacou o texto de um boletim que foi distribuído na ocasião, conclamando o povo a partir para o sacrifício e para a luta:

---

<sup>166</sup> Ibid., p.39.

<sup>167</sup> FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1977, p.43-45.

<sup>168</sup> A SITUAÇÃO em S. Paulo – Medidas militares. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 mai. 1932, p.1.

<sup>169</sup> Um dos primeiros atos do novo Secretário de Justiça foi demitir Miguel Costa do comando da FPSP, nomeando em seu lugar o coronel Júlio Marcondes Salgado.

<sup>170</sup> A SITUAÇÃO no país. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 mai. 1932, p.1.

<sup>171</sup> Inquérito policial nº 1802/1932, da 2ª Delegacia Auxiliar de Polícia. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Um quinto ferido, o estudante Orlando de Oliveira Alvarenga, morreria três meses depois.

### CONSTITUIÇÃO OU MORTE!

Glória ao Brasil! Já soa, enfim, a hora da paz da liberdade! [...]

– “Paz? Mas que paz?” Clama ainda uma vez a grande voz da democracia, que nem a morte logrou calar [...].

Alerta, brasileiros! Constituição ou morte!<sup>172</sup>

A morte violenta dos quatro jovens deu à “causa da Constituição” seus primeiros mártires<sup>173</sup>, que logo foram elevados à condição de mitos políticos. Com base nos estudos de Raoul Girardet sobre mitologias políticas, Angélica Müller destaca que “o mito político pode ser encarado como uma fabulação, deformação ou ainda uma interpretação objetivamente recusável do real. Como narração de fatos legendários, o mito político exerce uma função explicativa”.<sup>174</sup> Os anônimos jovens mortos, simples trabalhadores ou estudantes, tornaram-se a verdadeira representação da causa paulista, “a grande voz da democracia, que nem a morte logrou calar”.

As mortes em praça pública serviram para eliminar as poucas diferenças partidárias que ainda persistiam e para aglutinar a sociedade paulista. A sigla formada pelas iniciais de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, os nomes dos estudantes mortos, se tornou sinônimo do sacrifício por São Paulo.<sup>175</sup> Formou-se a sociedade MMDC, uma organização civil clandestina que, entre outras atividades, oferecia treinamento militar e desenvolveu intensa campanha de propaganda e alistamento voluntário em diversos postos distribuídos pelo estado.<sup>176</sup>

<sup>172</sup> OS FUNERAIS do estudante Mário Martins de Almeida. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 1932, p.3.

<sup>173</sup> De acordo com GUEDES, Ivan Pereira. Mártir: origem e significado. *Historiologia Protestante*. Disponível em <http://historiologiaprotestante.blogspot.com.br/2017/04/verbete-martir-origem-e-significado.html>. Acesso em 8 set. 2017, a palavra "mártir significa literalmente ‘testemunha’”. Em um primeiro momento o significado desta palavra não necessariamente implicava em morrer por causa do testemunho da fé cristã, ainda que cedo na história do cristianismo se descobrisse que para cumprir o mandato de Jesus haveria de se pagar um alto preço. As páginas da história cristã não foram escritas apenas por palavra, mas também com sangue! [...] A associação de testemunho e sangue aparecem logo nas primeiras páginas neotestamentárias do livro de Atos. O recém-eleito diácono Estevão é o primeiro cristão a enfrentar a morte pró-causa de seu testemunho da mensagem de Cristo (Atos 6 e 7), de onde se formulara ao longo dos séculos o conceito de mártir cristão: o testemunho auricular confessando Jesus Cristo como Senhor e Salvador é ratificado com o próprio sangue da testemunha." O termo pode ser utilizado também no sentido laico, associado a alguém que sacrifica sua vida por uma causa.

<sup>174</sup> MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p.184. Para maior aprofundamento acerca do mito político, ver GIRARDET, Raoul. *Mythes et mythologies politiques*. Paris: Seuil, 1986.

<sup>175</sup> Cf MONTENEGRO, Benedicto; WEISSOHN, Alberto Aguiar (Orgs.). *Cruzes paulistas: os que tombaram, em 1932, pela glória de servir São Paulo*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1936, p.32, na ocasião um quinto manifestante, Orlando de Oliveira Alvarenga, também foi ferido gravemente por arma de fogo, vindo a falecer no dia 12 de agosto de 1932.

<sup>176</sup> O surgimento dessa organização em meio à crise corrobora a característica da cultura política estabelecida por Berstein (1998, p.355), para quem surge como “resposta dada a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história”

Uma análise semiótica<sup>177</sup> dos diferentes cartazes de propaganda elaborados pela Sociedade MMDC para mobilização e, principalmente, recrutamento de pessoal para a guerra que se avizinhava, permite identificar diversas representações de características que podem formar uma cultura política específica, na qual ritos e símbolos próprios desempenham papel significativo de um discurso codificado.<sup>178</sup>

Figura 1 – Cartaz MMDC “Você tem um dever a cumprir”



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 2 – Cartaz MMDC “Eles estão a sua espera”



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

O cartaz da Figura 1, claramente inspirado em uma peça de recrutamento estadunidense utilizado na Primeira Guerra Mundial no qual aparecia a figura do “Tio Sam”, mostra um soldado constitucionalista apontando diretamente para quem o lê, indicando uma responsabilidade individual para com a causa paulista, esta representada pela bandeira alvinegra do estado ao fundo. A mensagem veiculada é de um forte apelo emocional, remetendo à consciência

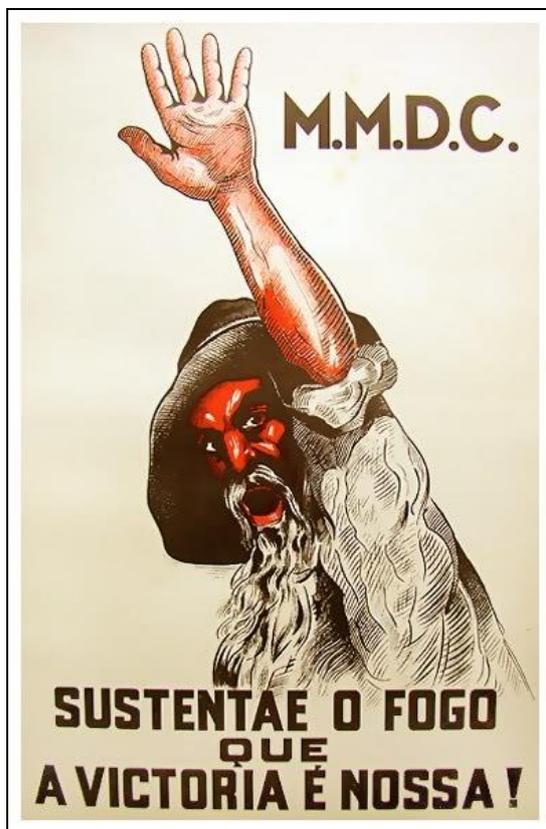
<sup>177</sup> Surgida no início do século XX, a Semiótica configura-se como uma disciplina recente no campo das Ciências Humanas, não usufruindo, segundo Joly (1996, p.29), da “legitimidade” das disciplinas mais antigas, como a Filosofia, a Matemática ou a Física. Para Santaella (1985, p.78), a Semiótica é a ciência que tem por objeto o exame dos modos de construção de todo e qualquer fenômeno de produção e significação de sentido.

<sup>178</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política..., p.351.

de cada um e o dever a cumprir em prol do movimento. Também é possível fazer uma leitura de um alinhamento dos liberais de São Paulo com a referência mundial em liberalismo, os Estados Unidos da América (“Tio Sam”), em oposição à ditadura varguista.

O segundo cartaz (Figura 2) estampa uma mensagem explícita de recrutamento trazendo uma expressão que termina com um verbo no imperativo afirmativo: “Para completar o batalhão, ALISTE-SE.” A bandeira do Brasil diante da paulista procura mostrar que o movimento não tem caráter separatista, mas representa uma correção nos rumos que o país vinha tomando com o Governo Provisório. A chamada à responsabilidade também se faz presente, informando ao leitor do cartaz que “eles”, os soldados que já se alistaram, “estão à sua espera”. Todos os soldados representados possuem o mesmo rosto, induzindo a sociedade paulista a se alistar e se comportar como um só corpo na luta contra o Governo Provisório. Os quatro soldados também remetem aos quatro mártires da causa paulista: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, que inspiraram a criação do MMDC.

Figura 3 – Cartaz MMDC “Sustentai o fogo que a vitória é nossa”



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 4 – Cartaz MMDC “Paulista, eu já cumpri o meu dever. E você?”



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

O cartaz da Figura 3 faz uma dupla referência ao passado histórico, remetendo a grandes períodos da história:<sup>179</sup> no centro da imagem, a figura do Bandeirante paulista em uma postura viril e belicosa, representando um passado de glória e destemor da “raça paulista”. Arrematando o instrumento de propaganda, uma consagrada frase de efeito atribuída ao almirante Barroso durante a Batalha do Riachuelo, em 1865 – “sustentai o fogo que a vitória é nossa” – conclamando os paulistas a manterem a posição e resistirem às investidas do Governo Provisório.

O cartaz reproduzido na Figura 4 traz como temática central uma jovem com vestimentas de enfermeira, com a mão direita no peito e o dedo indicador da mão esquerda apontando para cima. A representação remete à honra pessoal (mão junto ao coração) e à voluntariedade (dedo indicador levantado, como quem se apresenta) e a um compromisso já assumido: “Paulista! Eu já cumpri o meu dever.” A figura feminina lembra que a luta não se restringe apenas aos homens, mas deve ser um compromisso de toda a sociedade paulista. Finalizando o cartaz, a jovem enfermeira, que já cumpriu o seu dever alistando-se, pergunta a seus interlocutores em tom provocativo e até impositivo: “E você?”

Analisando os cartazes, verifica-se que todos possuem alguns elementos em comum, como a carga emocional, o chamado à responsabilidade, a valorização da causa e o legado MMDC. O material de propaganda atua no sentido de construir um discurso<sup>180</sup> capaz de sustentar simbolicamente a sociedade paulista e levá-la a viver uma experiência coletiva.

Como em toda cultura política em construção, o movimento paulista necessitava de um porta-voz que fosse capaz de difundir o movimento normatizando, com o auxílio da mídia, suas representações. Esse papel coube ao promotor de justiça Ibrahim Nobre, que, por seu ativismo e qualidades de oratória, foi elevado à condição de tribuno popular da causa paulista. Sua participação no cenário político intensificou-se por ocasião da grande manifestação do dia 23 de fevereiro, e chamou a atenção do *Correio da Manhã*

Findo o comício monstro os manifestantes, empunhando um pavilhão nacional, se encaminharam para o Q[uartel].G[eneral]. da 2ª Região Militar, a fim de solicitar a confraternização da tropa federal para o movimento que encabeçavam. [...] Lá chegando, o sr. Ibrahim Nobre [...] transpondo o portão principal daquela praça de guerra encaminhou-se para o lado esquerdo, onde existe uma escada com caramanchão, e do alto do muro, após receber uma

<sup>179</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política..., p.351.

<sup>180</sup> Ibid., p.361.

bandeira que lhe foi dada [...], dirige-se ao povo e dali mesmo pronuncia um violento discurso de ataque à Revolução e à Ditadura.<sup>181</sup>

Ao tribuno, a quem a multidão ouvia emocionada, somaram-se elementos comuns que permitiram definir uma forma de identidade coletiva partilhada<sup>182</sup> pela sociedade paulista. Maria Helena Capelato esclarece que “A Rádio Record [...] organizou a Cadeia de Emissoras Paulistas (Record, Educadora e Cruzeiro), para divulgação da Revolução de 32. César Ladeira ficou conhecido como o locutor oficial do Movimento paulista.”<sup>183</sup> Quando a Rádio Record anunciou o falecimento dos quatro jovens manifestantes que, com sua morte, passaram a simbolizar o MMDC, executou como música de fundo a marcha militar *Paris-Belfort*.<sup>184</sup> O tema musical passou a ser reprisado sempre nas locuções de César Ladeira, Nicolau Tuma e Renato Macedo sobre o desenvolvimento da guerra, e tornou-se o hino informal do movimento de 1932. O poeta Guilherme de Almeida, um dos ideólogos do movimento paulista, letrou a melodia francesa, exaltando os valores e as virtudes da “raça paulista” e apontando para uma guerra justa:

Nove de Julho é a luz da Pátria  
Data mortal deste berço augusto  
Dos bandeirantes denodados  
Deste São Paulo vanguardeiro e justo  
Nove de Julho é a Glória do Brasil

Cantado por São Paulo sob um lindo céu de anil  
Nove de Julho é a luz da Pátria  
Data mortal deste berço augusto  
Dos bandeirantes denodados  
Deste São Paulo vanguardeiro e justo

Nove de Julho heroica e bela data  
Marco inicial da jornada democrata  
Piratininga terra do trabalho  
Onde são Reis a enxada e o malho

Pá pa ra pa ra pa rara ra ra pa pa ra pa ra  
Seu povo altivo vai espalhando

<sup>181</sup> A AGITAÇÃO política em S. Paulo, *Correio da Manhã*, n.11.488, Rio de Janeiro, 25 mai. 1932, p.1.

<sup>182</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política..., p.361.

<sup>183</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932 ...*, p.37.

<sup>184</sup> A marcha militar *Paris-Belfort*, com arranjo de Antonin-Xavier Farigoul, era executado pelas bandas de música do Exército Francês e foi trazido para o Brasil pela Missão Militar Francesa na década de 1920.

Amor pela pátria e vai cantando  
Solo querido terra amorosa  
Pátria de bravos sempre formosa.<sup>185</sup>

Outras representações contribuíram para o fortalecimento da cultura política em São Paulo, como a onipresente bandeira alvinegra paulista, a iconografia própria e os cartazes motivacionais impressos e distribuídos aos milhares por todo o estado.

Na constituição de um ambiente revolucionário, diversos hinos foram compostos durante a guerra de 1932, e algumas canções e cânticos de guerra da Revolução de 1930 também foram utilizados. Além da marcha *Paris Belfort*, outros hinos e marchas marciais se popularizaram nas trincheiras paulistas.

Com o pseudônimo de Marcelo Tupinambá, o músico Fernando Lobo compôs a *Marcha da Liga de Defesa Paulista*, mais conhecida como *O Passo do Soldado*. A letra, também escrita pelo poeta Guilherme de Almeida, associava o "passo do soldado" com o "compasso seguro de um passado, um presente e um futuro". O soldado deveria reconhecer sua grandiosidade, e ver que toda a terra se atiraria a seus pés; deveria, portanto, estremecer de orgulho e erguer os braços, erguendo ao mesmo tempo braços de poeira aos seus pés. Dizia o refrão da música:

Marcha, soldado paulista,  
Marca o teu passo na História!  
Deixa na terra uma pista:  
Deixa um rastilho de glória!<sup>186</sup>

A ideia da redenção estava no centro da marcha *São Paulo Invicto*, cuja letra foi obra de um não identificado F.C.S. e a melodia de Ruy Botti Cartolano. De acordo com a peça, os Bandeirantes paulistas saíam em busca de louros, para alcançar a redenção do País. Morreria, sem tremer, a parte melhor de São Paulo, que assim, reviveria os grandes feitos esquecidos do passado. São Paulo seria invicto na guerra, tal como sempre fora na paz. O povo bandeirante deveria ir avante, sempre avante, vencer com fé pelo bem do Brasil. Seria da “energia paulista” que o Brasil esperaria o seu grande futuro:

<sup>185</sup> MÚSICA da Revolução de 32. *MMDC Leste: Juventude Constitucionalista*. Disponível em <<http://www.mmdcleste.com.br/site/musica-da-revolucao-de-32/musica-da-revolucao-de-32>> Acesso em 7 set. 2017.

<sup>186</sup> HINOS de 32. *Novo Milênio*, Santos, 13 jan. 2013. Disponível em <<http://www.novomilenio.inf.br/festas/1932sp39.htm>>. Acesso em 27 fev. 2017.

É da tua força,  
 oh! Povo Paulista  
 Que o Brasil hoje espera a conquista  
 De um futuro radioso de glória  
 Que lhe darás com a tua vitória<sup>187</sup>

Também na literatura, guerra e cultura se entremearam para fortalecer a cultura política paulista e mobilizar a sociedade para o conflito. No poema *Nossa Bandeira*, o poeta Guilherme de Almeida realiza uma verdadeira apologia ao Estado de São Paulo, remetendo à glória dos Bandeirantes, à pujança econômica, à invencibilidade de seus soldados e, até mesmo, a um “destino manifesto” de Deus para com a liderança paulista (grifos nossos). Alguns versos da obra:

Bandeira de Bandeirantes,  
 Branca e rôta de tal sorte,  
 Que entre os rasgões tremulantes,  
 Mostrou as sombras da morte.  
 [...]  
 Página branca pautada  
Por Deus numa hora suprema,  
 Para que, um dia, uma espada  
 Sobre ela escrevesse um poema:  
 [...]  
 Mapa da pátria guerreira  
 Traçado pela vitória:  
Cada lista é uma trincheira;  
Cada trincheira é uma glória!  
 [...]  
 São os dois rápidos brilhos  
 Do trem de ferro que passa:  
 Faixa negra dos seus trilhos  
 Faixa branca da fumaça.  
 [...]  
 Bandeira que é o nosso espelho!  
 Bandeira que é a nossa pista!  
 Que traz, no topo vermelho,  
 O Coração do Paulista!<sup>189</sup>

Esse “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas” expressava uma identidade coletiva e fornecia leituras comuns do passado<sup>190</sup>, bem como serviu como inspiração para o desenvolvimento do projeto Constitucionalista.

<sup>187</sup> Ibid.

<sup>189</sup> ALMEIDA, Guilherme de. *Margem*. São Paulo: Annablume; Casa Guilherme de Almeida, 2010.

João Neves da Fontoura, líder gaúcho que tinha estreito contato com os políticos paulistas, fez um comentário revelador: “A São Paulo já não interessa apenas a realização do pleito. Ocupado militarmente, talado, humilhado, martirizado, ele deseja, mais do que uma eleição, uma verdadeira reparação pelas armas.”<sup>191</sup>

Desde o Período Colonial até o ano anterior à deflagração da guerra paulista, em razão de suas especificidades e de sua constituição histórica, São Paulo possuía características que forjaram uma cultura política própria. A pujança econômica e o sentimento de superioridade cultural e social deram origem ao imaginário de que seus cidadãos eram revestidos dos mesmos valores de intrepidez dos Bandeirantes, constituindo uma verdadeira “raça paulista” e levando o estado a se constituir na “locomotiva do Brasil”, unidade da federação que estava predestinada à liderança do país e arcava com o peso dos demais entes da federação.

O movimento de 1932 reforçaria essas características, ao mesmo tempo em que introduziria novos elementos constituintes dessa cultura política específica, como os mártires MMDC, a produção literária e musical e o discurso da luta pela Lei e pela democracia, discussão que será retomada na última parte da pesquisa.

Embasados por uma cultura política própria, os paulistas iriam se bater pela Lei e por São Paulo. As trincheiras estavam prontas e a honra deveria ser lavada com sangue. O sangue correu em 9 de julho de 1932 e os dois jornais cobriram as ações de combate, cada um a seu modo, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>190</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira ..., p.11-12.

<sup>191</sup> HILTON, Stanley. 1932 ..., p.40.

## CAPÍTULO 2

### COMBATENDO NAS TRINCHEIRAS

*“Se a sorte das armas nos for adversa, teremos perdido uma batalha. Mas uma batalha não é a guerra. Esta, havemos de ganhar, porque o S. Paulo dos Bandeirantes ressuscitou e nunca mais será crucificado.”*

Manoel da Costa Manso

Sendo os jornais de maior circulação na Capital Federal e na capital paulista, o *Correio da Manhã* e o *Estado de S. Paulo* não poderiam ficar à margem dos acontecimentos. Com expressiva tiragem e elevada capacidade de circulação, os periódicos constituíam-se em importantes veículos de propaganda e mobilização.

Em São Paulo, o jornal de Júlio Mesquita Filho desempenharia papel central, trabalhando para aglutinar a opinião pública em torno dos ideais constitucionalistas. Em nome do “sacrifício” representado pelo MMDC, eram convocados os bravos paulistas, trabalhadores e herdeiros do “espírito Bandeirante”.

No Rio de Janeiro, o diário dirigido por Paulo Bittencourt daria voz ao Governo Provisório e, embora com menor ênfase do que seu concorrente paulista, apoiaria as forças governamentais e os grupos políticos alinhados com Getúlio Vargas. O periódico daria ao conflito uma feição nacional, apresentando para seus leitores uma luta de todo o Brasil contra o estado rebelado.

Os jornais chamariam para a luta e procurariam manter elevado o moral dos soldados durante os meses de conflito, mesmo que para isso omitissem dados e informações. Um embate de palavras, ideias e informações seria desencadeado em suas páginas, transformadas em verdadeiras trincheiras de papel.

#### 2.1 SOB O MANTO DA CENSURA

Para que se possa compreender como atuou a imprensa durante o conflito de 1932 é necessário analisar, ainda que brevemente, o papel desempenhado pela censura. Conforme

postula Tânia de Luca, “não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento.”<sup>192</sup> Nessa perspectiva, tanto o Governo Provisório quanto as lideranças paulistas exerceram o controle das publicações nos jornais sob sua jurisdição, exaltando vitórias, ocultando insucessos e, por vezes, maquiando o noticiário.<sup>193</sup> As informações liberadas para os periódicos geralmente falavam de avanços, sucessos e heroísmo, com o objetivo de manter elevado o moral das tropas e assegurar o comprometimento da população.

Desde julho de 1931 o Governo Provisório instituiu o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), com o objetivo de fornecer informações referentes às ações do regime, tanto na imprensa escrita quanto a radiodifusão. A criação do novo órgão provocou protestos entre os jornalistas, que receavam ser ele mais um organismo de censura e opressão, como ocorreu durante o estado de sítio do governo de Artur Bernardes e com Washington Luís.<sup>194</sup> Sob a direção de Francisco Antônio Rodrigues de Sales Filho, o DOP mantinha representantes nas redações dos jornais, com o objetivo de orientar a execução de deliberações do governo, e, na prática, evitar a publicação de matérias inconvenientes.

Com a eclosão da guerra paulista, as medidas de censura adotadas pelo Governo Provisório se intensificaram para que não houvesse prejuízo para as operações militares nem comprometessem o moral da sociedade. A informação de que as notícias referentes ao movimento seriam censuradas no Rio de Janeiro causaram apreensão na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), levando seu presidente, Herbert Moses, a buscar um entendimento com as autoridades do Governo Provisório, conforme noticiou o *Correio da Manhã*

Aquela primeira autoridade [o chefe de polícia da capital] declarou ao presidente da A.B.I. que tudo faria para facilitar a missão jornalística, fornecendo frequentemente informações fiéis e dando à sua seção um caráter regulador e não compressor.<sup>195</sup>

<sup>192</sup> LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos ..., p.129.

<sup>193</sup> O cientista social Quincy Wright, que estudou os conflitos e formulou um aparato teórico sobre os conflitos em sua obra *A guerra*, postula que “uma manifestação adicional de guerra é representada pelas mudanças legais, sociais e políticas na comunidade beligerante visando a uma integração mais efetiva, uma eliminação de conflitos internos e uma solução mais simples dos problemas relativos ao conflito [...]. Impõe-se a censura e os órgãos de comunicação mais importantes passam a ser controlados pelo governo.” Ver WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1988, p.13.

<sup>194</sup> Ver ESPOSITO, Katia Adriana Falcão Pereira. *Departamento de Imprensa e Propaganda: a história concisa da imprensa e da propaganda do governo Vargas (1930-1945)*. 2015, 149 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, Rio de Janeiro, 2015, p.54.

<sup>195</sup> A CENSURA e a Associação de Imprensa. *Correio da Manhã*, n.11.530, Rio de Janeiro, 12 jul. 1932, p.4.

Mas, apesar das promessas governamentais, a censura predominou sobre a liberdade de imprensa. Ao longo dos três meses em que durou o conflito, o *Correio da Manhã* publicou mais de 350 fotografias, mas não houve uma única sequer retratando manifestações públicas na Capital Federal, fossem contra ou a favor do Governo Provisório,<sup>196</sup> e elas ocorreram em grande número, sendo duramente reprimidas pela polícia de Getúlio Vargas.

Em Minas Gerais, o secretário do Interior Gustavo Capanema também baixou uma Portaria regulamentando a censura à imprensa na capital e no interior do estado, nas seguintes condições:

1) A censura à imprensa da capital do estado será feita, durante o movimento revoltoso, por um corpo de cinco censores que trabalharão no gabinete do secretário do Interior.

[...]

3) Na imprensa do interior do estado, a censura será feita pelos delegados de polícia que, para isso, se orientarão pelas instruções que lhes forem dadas pelo chefe de polícia.<sup>197</sup>

Também as tropas federais em campanha realizavam sua própria atividade de censura, procurando restringir as informações julgadas sensíveis que pudessem prejudicá-las ou trazer vantagem para o inimigo. No princípio do movimento, o coronel Manuel Daltro Filho, comandante da vanguarda federal na frente do Vale do Paraíba, emitiu um boletim dirigido aos moradores da cidade de Resende

Por medida lógica, imposta pelas operações militares [...] fica esta cidade de Resende, a partir desta data, militarmente ocupada pela força sob meu comando. [...] Como medida de previdência, determino que fiquem expressamente proibidos:

- a saída de qualquer boato que se relacione com as operações militares; [...]  
- a recepção de quaisquer notícias transmitidas pelas estações transmissoras de rádio do Estado de São Paulo.<sup>198</sup>

Em São Paulo, as ligações de Júlio de Mesquita Filho e de Plínio Barreto com o PD e o posicionamento destes como articuladores do movimento levaram Barreto a assumir a che-

<sup>196</sup> PAULA, Jeziel de. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: UNICAMP, 1997, p.38.

<sup>197</sup> REGULAMENTADA, em Minas, a censura à imprensa. *Correio da Manhã*, n.11.540, Rio de Janeiro, 23 jul. 1932, p.4.

<sup>198</sup> Boletim do Cel Manuel Daltro Filho, de 12 de julho de 1932. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

fia do serviço de censura das forças paulistas.<sup>199</sup> A nomeação de seu redator-chefe nesse importante cargo deu ao jornal *O Estado de S. Paulo* uma condição privilegiada de dispor, em primeira mão, das notícias de interesse em São Paulo.

Atuando de modo análogo ao Governo Provisório, a censura paulista visava à preservação do moral entre os soldados e a população, bem como a salvaguarda dos interesses das operações militares de suas tropas. Uma análise de documento emitido pelo governo instalado em São Paulo, que sistematizava as orientações dadas para a difusão de publicações e notícias, mesmo oficiais, permite que se perceba o motivo das propagandas de guerra e das notícias (ou ausência delas) terem sido do jeito que foram.

#### INSTRUÇÕES PARA NOTÍCIAS, PUBLICAÇÕES E IRRADIAÇÕES

Em notícias (sic) de movimento de tropas

NÃO SE DEVE INDICAR:

- a) o efetivo dos batalhões
- b) os nomes dos comandantes
- c) o rumo que tomam
- d) o armamento que levam
- e) o local e hora da partida

Mesmo em publicações e textos oficiais, evitar qualquer das indicações supra referidas.

Em todas as notícias

INSISTIR SOBRE:

- a) constituição,
- b) nacionalismo,
- c) confraternidade,
- d) manter o entusiasmo e o moral da população,
- e) estimular adesões,
- f) donativos,
- g) assistências,
- h) alistamentos para a polícia civil, das pessoas que não se possam incorporar às fileiras dos combatentes.

EVITAR SEMPRE:

- a) indicar a sede dos comandos, quartéis e alojamento de tropas, fábricas de armas, depósitos de munições, etc.
- b) linguagem violenta,
- c) menções e alusões pessoais injuriosas,

---

<sup>199</sup> MAYER, Jorge Miguel. Plínio Barreto (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

- d) fomento de paixões partidárias,
- e) qualquer notícia que possa abater o moral da população,
- f) mesmo com referência a notícias que não tenham caráter militar, não acentuar cores sombrias, no sentido de impedir a superexcitação nervosa da população.<sup>200</sup>

Na mesma medida em que as publicações – inclusive os jornais – deveriam evitar aspectos negativos, era imperativo fomentar o voluntariado, participar da mobilização e insistir em temas caros ao movimento, como a Constituição e o nacionalismo.

Mesmo diante do natural desejo de noticiar, presente em qualquer órgão de imprensa, o engajado *O Estado de S. Paulo* demonstrou compreender a importância do controle das informações de combate e, de certa forma, assimilou como legítima e necessária a prática da censura.

Há quem se queixe de escassez de notícias sobre o movimento de tropas. É uma queixa infundada. O movimento de tropas deve ser ocultado ao público, não porque o público não mereça saber o que se passa, mas para evitar que, com a divulgação das notícias, os adversários tirem proveito para si.<sup>201</sup>

A difícil busca por informações protegidas pela censura por vezes gerava notícias falsas ou exageradas. Foi o que ocorreu com o *Correio da Manhã* que, em matéria de primeira página, precisou se explicar perante seus leitores e anunciar a suspensão de um de seus colaboradores

[...] Suspendemos, ainda, o nosso correspondente em Ouro Preto, que, por três dias seguidos, nos enviou a notícia de um combate que, a princípio, durara seis horas e, por fim, atingiu quarenta e oito, e que se feriu a um tempo nas proximidades de Bananal, de Formoso e de Barreiro, e onde, além do mais, não se registrou uma só baixa. Notícias dessa ordem, que aliás só prejudicam aqueles a quem querem favorecer, não podem ter abrigo nesta folha.<sup>202</sup>

A censura e a restrição de veiculação de notícias, no entanto, foram burladas em diversas oportunidades. Com a eclosão do movimento, um dos primeiros atos do Governo Provisório foi proibir a circulação de jornais paulistas fora do estado, mas, no dia 11 de julho,

<sup>200</sup> Instruções para notícias, publicações e irradiações. Acervo do Museu da Imagem e do Som de São Paulo.

<sup>201</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 1932, p.5.

<sup>202</sup> O CORREIO da Manhã e a verdade sobre os acontecimentos. *Correio da Manhã*, n.11.543, Rio de Janeiro, 27 jul. 1932, p.1.

para surpresa das autoridades e da população do Rio de Janeiro, um avião que havia decolado de São Paulo despejou sobre o bairro de Copacabana 50 mil folhetos e 5 mil exemplares dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *A Gazeta*, que traziam publicações explicando as razões do movimento.<sup>203</sup>

Durante a guerra, contudo, tanto em São Paulo como no Rio as autoridades permaneceram atentas às publicações que escapavam ao crivo da censura. Foi o que aconteceu no princípio de setembro, quando toda uma edição do *Diário da Noite* foi apreendida na capital por trazer uma caricatura em que figuravam, dentre outras coisas, uma janela com traços que, em se dobrando o jornal, formavam a frase “Viva S. Paulo!”<sup>204</sup>

Sob esse manto da censura é que o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* publicaram (ou não) suas notícias durante o movimento de 1932, e procuraram dar sua contribuição para as tropas em operações e para manterem a sociedade engajada na luta em suas respectivas frentes de atuação.

## 2.2 CONSPIRAÇÃO

Com o crescimento do movimento constitucionalista no primeiro semestre de 1932, os paulistas começaram a articular uma rede conspiratória clandestina que chegou a envolver o próprio interventor gaúcho, Flores da Cunha, o qual prometeu pegar em armas contra o Governo Provisório. João Neves da Fontoura e Júlio de Mesquita Filho, dono de *O Estado de S. Paulo*, em entendimento preliminar aceito por Minas Gerais, estipularam o prosseguimento da aliança entre as três frentes únicas (São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) até que fosse possível implantar um governo constitucional. De acordo com o coronel Euclides Figueiredo, incumbido de traçar o planejamento militar, “nada será possível, materialmente, sem o concurso do Rio Grande do Sul, pelo menos. Ainda a despeito da cooperação de Minas, talvez.”<sup>205</sup>

<sup>203</sup> DONATO, Hernani. *A revolução de 1932 ...*, p.192.

<sup>204</sup> NOTÍCIAS do Rio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 set. 1932, p.1.

<sup>205</sup> FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932 ...*, p.56. Conforme relatou após o conflito, Figueiredo contou com o concurso direto do proprietário de *O Estado de S. Paulo* nas tratativas preliminares do movimento, utilizando, inclusive, imóvel de propriedade da família. De acordo com Figueiredo (1977, p.34), “para colher os efeitos necessários pedi a Júlio de Mesquita Filho que me fosse pondo em contato mais direto com os civis e os militares do Exército e da força estadual com os quais já podíamos conversar.”

No Rio Grande do Sul, políticos de expressão como Borges de Medeiros, Raul Pilla, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura tentaram atrair Flores da Cunha para o movimento, mas este absteve-se de se comprometer. Em Minas Gerais, enquanto o ex-presidente da República Artur Bernardes clamava pela união das frentes únicas no sentido de exigir a constitucionalização do país, o presidente do estado Olegário Maciel também não garantiu adesão formal.

A costura dessa difícil negociação foi percebida pelo *Correio da Manhã*, que publicou matéria sobre o assunto “Somente ontem é que o sr. João Neves viu concluídas as suas démarches para estender a Minas o entendimento preliminar que já consolida as frentes únicas do Rio Grande e São Paulo.”<sup>206</sup>

Mas, da mesma forma que o jornal abria espaço para a cobertura de uma articulação que ameaçava o Governo Provisório, também era veículo para os defensores do regime Vargasista, como os “tenentes” do Clube 3 de Outubro, que publicaram uma forte crítica às frentes únicas, às quais classificava como “politicalha”, “exploradores” e “parasitas”:

As frentes únicas da politicalha nacional quiseram substituir por uma junta de políticos carcomidos o sr. Getúlio Vargas que a Nação, em armas, elevou à chefia do Governo Provisório. [...] Mas enganam-se os industriais da política. A Nação já de sobra os conhece. E não será desta vez ludibriada pelos seus velhos exploradores. [...]

E vós – revolucionários de todo o Brasil: – De pé e unidos contra o parasitismo político que desgraçou a nossa Pátria!<sup>207</sup>

As articulações para a luta armada vinham sendo feitas desde o início do ano, inclusive na Capital Federal. No Rio de Janeiro a polícia monitorava discretamente o movimento dos conspiradores na residência do capitão Joaquim Alves Bastos, de modo que, na visão de Stanley Hilton, “quando surgiu a crise político-militar, o regime já estava em estado de semialerta.”<sup>208</sup>

A rede conspiratória estabeleceu sua cadeia de comando para a preparação do movimento. As ligações militares e políticas ficaram a cargo do general Isidoro Dias Lopes, que mantinha contatos com lideranças de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Em fevereiro e março formou-se o Estado-Maior Revolucionário, no qual o general Bertholdo Klinger foi

<sup>206</sup> CONTINUA o entendimento das frentes únicas do Rio Grande do Sul, de S. Paulo e Minas. *Correio da Manhã*, n.11.504, Rio de Janeiro, 12 jun. 1932, p.1.

<sup>207</sup> “DE pé e unidos contra o parasitismo político”. *Correio da Manhã*, n.11.515, Rio de Janeiro, 25 jun. 1932, p.1.

<sup>208</sup> HILTON, Stanley. *1932 ...*, p.65.

escolhido comandante militar da Revolução e o coronel Euclides Figueiredo<sup>209</sup> como responsável pelo planejamento das operações militares.<sup>210</sup>

Ao mesmo tempo em que se organizava o movimento político-militar, Raul Pilla, com o aval da Frente Única Rio-grandense, definiu um rol de eventos possíveis que os conspiradores considerariam como *casus belli*.<sup>211</sup> Para o grupo, as forças constitucionalistas iniciariam o conflito caso ocorresse algum dos seguintes fatos:

- a) Qualquer tentativa de depor ou modificar o governo instituído por São Paulo a 23 de maio, por um movimento de união popular;
- b) a demissão do general Bertholdo Klinger do comando da Circunscrição Militar do Mato Grosso;
- c) o afastamento do general Eurico de Andrade Neves do comando da 3ª Região Militar no Rio Grande do Sul.<sup>212</sup>

Em junho de 1932 o Ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, enfraquecido por desentendimentos com os “tenentes”, pediu demissão do cargo.<sup>213</sup> Para substituí-lo Getúlio Vargas nomeou o general Augusto Inácio Espírito Santo Cardoso, na reserva desde 1923, considerado pelos paulistas como ligado ao Clube 3 de Outubro. Como resultado da escolha do novo ministro, as frentes únicas, que buscavam uma conciliação, decidiram romper com Vargas, em um comunicado elaborado por João Neves da Fontoura e publicado em *O Estado de S. Paulo*:

As Frentes Únicas, cuja orientação conta com o sufrágio da imensa maioria da opinião pública [...] estão seguras de haverem envidado todos os esforços no sentido de ser restituída a confiança da nação no governo provisório. Naufragados os seus patrióticos empenhos, retiram-se elas com serenidade de ânimo para as posições que ocupavam antes de suas tentativas de composição com o governo provisório.<sup>214</sup>

<sup>209</sup> Cf Figueiredo (1977), a conspiração não se deu sem percalços entre os chefes e, pelo menos uma vez, Isidoro e Figueiredo tiveram grave desinteligência acerca das medidas preparatórias do movimento, sendo necessária a intervenção de Júlio de Mesquita Filho para apaziguar a situação e permitir que o planejamento tivesse continuidade.

<sup>210</sup> OS CHEFES do movimento. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1932, p.3.

<sup>211</sup> *Casus belli* é uma expressão latina para designar um fato considerado suficientemente grave por um estado ofendido, para declarar guerra ao ofensor.

<sup>212</sup> DONATO, Hernani. *A revolução de 1932 ...*, p.59.

<sup>213</sup> Cf PECHMAN (2010), Leite de Castro foi exonerado do Ministério da Guerra, devido às contestações à sua autoridade e, ainda, à pressão dos próprios tenentistas, que, considerando-o politicamente desgastado, desejavam substituí-lo por um representante pertencente a seu próprio grupo.

<sup>214</sup> O MOMENTO político. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 1932, p.1.

O novo ministro da Guerra tinha sido reformado havia cerca de dez anos, não possuía o curso de estado-maior e não havia ascendido ao generalato na ativa, mas fora promovido por dispositivo legal quando passou para a reserva. Um aspecto que aparentemente deveria ficar limitado à esfera militar, contudo, acabou por precipitar o início do movimento em São Paulo. Em 1º de julho, o general Bertholdo Klinger, um dos principais líderes e articuladores da conspiração constitucionalista, enviou um ofício ao novo ministro da Guerra em termos deselegantes e insultuosos, questionando o fato de este ser idoso, não possuir curso de estado-maior, virtudes morais, competência ou condições físicas para o desempenho da função ministerial.<sup>215</sup> O *Correio da Manhã* deu destaque à provocação de Klinger naquele que foi o mais agressivo documento enviado por um oficial-general a um ministro no Brasil, que, dentre outras desqualificações, dizia: “Um civil, ou um militar que de militar tem apenas a lembrança e a pensão, embora esta já de bastante tempo majorada graças a uma estranha chamada à atividade, semelhante detentor da pasta será ministro apenas na aparência [...]”<sup>216</sup>

O ato de indisciplina resultou na destituição do comando da Circunscrição Militar do Mato Grosso e na reforma administrativa compulsória do general Klinger. Conforme deliberado pelas frentes únicas, estava estabelecido o motivo para o início das hostilidades.<sup>217</sup>

O plano traçado pelas lideranças paulistas era tão simples quanto difícil de ser executado, pois dependia da costura de uma complicada teia de apoios e alianças entre São Paulo e outros estados da federação. Em linhas gerais, os paulistas pretendiam marchar com suas tropas para o Rio de Janeiro, onde deporiam Getúlio Vargas, instaurariam um novo governo e convocariam uma Assembleia Constituinte. Para dar certo, São Paulo esperava contar com o apoio de Minas Gerais, do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, além da adesão da população e de unidades militares no Rio de Janeiro em favor da Constituição.

Era para ser uma guerra de uma só frente no Vale do Paraíba, contando com a neutralidade de Minas Gerais, ao norte, e o apoio do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. As expectativas paulistas, todavia, não se confirmaram, e a situação se alterou completamente. No Sul, satisfeito com as medidas apaziguadoras adotadas por Vargas antes do início do movimento, o interventor gaúcho, general Flores da Cunha, que anteriormente dera inúmeras demonstrações de apoio aos constitucionalistas, modificou sua posição e manteve-se alinhado ao

<sup>215</sup> Cf McCann (2009, p.409), “o novo ministro tinha 64 anos, estava longe do modelo de profissionalismo que [...] Klinger, homem de meia-idade, desejava ver na liderança do Exército.”

<sup>216</sup> O ÚLTIMO ofício do general Klinger ao Ministro da Guerra. *Correio da Manhã*, n.11.530, Rio de Janeiro, 12 jul. 1932, p.4.

<sup>217</sup> FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932* ..., p.86.

Governo Provisório, neutralizando com sua Brigada Militar os dissidentes ainda fiéis à causa paulista. No dia 7 de julho, o interventor gaúcho telegrafou a Vargas afirmando sua lealdade: “Aqui mantereí a ordem custe o que custar. Só depois de morto tomarão conta do estado. Estou tomando as primeiras providências.”<sup>218</sup> Embora no início do movimento as lideranças paulistas continuassem aguardando o apoio do Rio Grande do Sul, já em 26 de julho *O Estado de S. Paulo* reconheceu em qual trincheira os gaúchos haviam se instalado. Plínio Barreto, em editorial, reclamou atribuindo o não alinhamento do estado sulino aos seus governantes:

Enquanto o povo do Rio Grande palpita como o de São Paulo o mesmo anseio de liberdade e, como o de São Paulo, estua de ardor guerreiro, o governo daquele estado, divorciando-se do sentimento popular, contrariando as aspirações da gente de sua terra, coloca-se a serviço incondicional da ditadura.<sup>219</sup>

Com a aliança já comprometida, o presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, prudentemente ficou ao lado de Vargas de início, permitindo a passagem de tropas federais procedentes do norte do País e, em seguida, empenhando sua própria Força Pública para dar combate aos constitucionalistas. A guerra de uma frente única na qual São Paulo teria o apoio de outros estados transformou-se em um confronto em que este se encontraria sozinho e contra todos.

### 2.3 AS TRINCHEIRAS ABREM FOGO – COMEÇA A GUERRA

“Verificou-se ontem, em São Paulo, um movimento de caráter constitucionalista.”<sup>220</sup> Com essa manchete *O Estado de S. Paulo* tornou público, em 10 de julho de 1932, o início da rebelião irrompida na capital paulista na madrugada anterior. Considerando o exíguo tempo decorrente desde os acontecimentos até a publicação – apenas umas poucas horas – e do envolvimento de Júlio de Mesquita Filho na conspiração, é lícito supor que o jornal já tinha conhecimento prévio da deflagração do movimento.

Ao contrário do que ocorreu durante a conspiração, que, em função de seu caráter clandestino, pouco foi noticiada nos jornais, com a irrupção do movimento a imprensa paulis-

<sup>218</sup> Telegrama do interventor Flores da Cunha ao Presidente Getúlio Vargas, de 7 de julho de 1932. Arquivo Oswaldo Aranha. Acervo do CPDOC/FGV.

<sup>219</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1932, p.5.

<sup>220</sup> VERIFICOU-SE ontem, em São Paulo, um movimento de caráter constitucionalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 1932, p.3.

ta esmerou-se em dar plena publicidade do fato e aproveitou as páginas dos jornais para explicar a natureza do movimento e legitimá-lo. Nesse sentido, as edições de *O Estado de S. Paulo* da semana que sucedeu o 9 de julho publicaram diversos pronunciamentos, manifestos e comunicados, no intuito de ratificar o posicionamento de São Paulo e tentar atrair outros estados da federação para a causa constitucionalista.

Em meio a uma grande manifestação, Pedro de Toledo renunciou ao cargo de interventor federal e foi aclamado governador constitucionalista de São Paulo. *O Estado de S. Paulo* registrou o clima festivo reinante na cerimônia:

O dr. Waldemar Ferreira, ao lado do governador, pede silêncio à multidão e dirigindo-se a esta, diz: “Atendendo às aspirações do povo, do exército e da Força Pública, o dr. Pedro de Toledo é aclamado neste momento governador do Estado de São Paulo”. As últimas palavras do secretário da Justiça são abafadas por uma série de vivas, aplausos entusiásticos e demonstrações outras do inaudível contentamento popular [...] <sup>221</sup>

As referências à expressiva participação popular e ao contentamento produzido pela adesão do ex-interventor, agora governador, podem ser lidas como uma forma de angariar o máximo apoio popular ao movimento que se iniciava. Nesse sentido, em uma abordagem mais afetiva, o jornal destacou o apoio de primeira hora das mulheres paulistas: “Merece especial registro o interesse com que as senhoras acompanham o desenrolar dos fatos. Os nossos telefones não param de tilintar e, a cada passo, uma voz feminina pedia informações sobre a luta.” <sup>222</sup>

Tão logo tomou posse como governador, Pedro de Toledo redigiu um manifesto “ao povo brasileiro” para explicar o movimento como sendo de interesse nacional, bem como rebater as recorrentes acusações de separatismo, que os partidários do Governo Provisório vinham há tempos proclamando. *O Estado de S. Paulo* deu publicidade ao documento:

[...] Vamos prosseguir na luta para satisfazer a mais alta aspiração nacional que é restituir ao povo brasileiro o direito de dispor de seus destinos e de se organizar constitucionalmente, contando com o apoio dos estados do Rio Grande, de Minas Gerais e outros. S. Paulo não tem outra aspiração senão a ordem legal, a paz, o trabalho, dentro da grande pátria brasileira, uma e indivisível, governada pelo voto livre de todos os brasileiros.

<sup>221</sup> O Sr. Pedro de Toledo foi aclamado governador do estado de São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1932, p.1.

<sup>222</sup> A TARDE e a noite de ontem. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1932, p.1.

Não se trata de um movimento separatista, como caluniosamente propalam, e São Paulo jamais cogitou de quebrar a integridade nacional. Está de pé pelo Brasil unido e com o Brasil.<sup>223</sup>

Apesar do discurso de Pedro de Toledo em favor do “interesse nacional”, o posicionamento político do Estado de São Paulo e de sua classe política durante a Primeira República apontam para uma imbricação dos interesses do país aos estaduais, sobretudo econômicos. Por ocasião da manutenção da atividade cafeeira, Winston Fritsch assinala que “no caso do suporte federal à valorização do café, o interesse nacional e os da indústria cafeeira se confundem”<sup>224</sup>, normalmente privilegiando os cafeicultores paulistas.

Outro exemplo da sobreposição dos interesses regionais pode ser verificado quando da criação da Liga Nacionalista de São Paulo. Fundada na capital paulista do final do ano de 1916 sob inspiração de Olavo Bilac, a agremiação nasceu para realizar campanhas em prol do que seus integrantes chamavam de “reerguimento do caráter nacional”, por meio de intensa propaganda e da realização de palestras e conferências na capital e no interior de São Paulo. No entanto, ainda que em tese exaltasse o “caráter nacional”, o projeto de regeneração política da Liga, baseado em boa medida na doutrina liberal, era orientado e idealizado a partir de São Paulo para o Brasil.<sup>225</sup> Aos “homens de saber” de São Paulo, unidade “mais evoluída” da Nação, cabia assumir a liderança na “remodelação” do país.

Enquanto os políticos buscavam legitimar o movimento, os militares serviram-se de *O Estado de S. Paulo* para arregimentar voluntários para a luta e transmitir uma sensação de segurança para a sociedade paulista. Assim o fez o coronel Júlio Marcondes Salgado, comandante da FPSP, em manifesto endereçado aos “paulistas!”, mais uma vez fazendo referência aos Bandeirantes:

Na mais vibrante manifestação de civismo, na mais pujante prova de amor ao Brasil e a São Paulo, na mais heroica atitude de heroísmo, de abnegação e de renúncia, na madrugada de hoje, o Exército, a Força Pública e o Povo de São Paulo lançaram aos quatro ventos da terra bandeirante o grito de revolta pela Pátria redimida.

Na primeira arrancada, a vitória foi imponente. [...]

<sup>223</sup> MANIFESTO do governador paulista ao povo brasileiro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1932, p.2.

<sup>224</sup> FRITSCH, Winston. Aspectos da Política Econômica no Brasil, 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia Brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.299-300.

<sup>225</sup> LEVI-MOREIRA, Sílvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História da USP*, São Paulo, n.116, p.67-74, 1984, p.74.

Hoje, em São Paulo, amparada pelas armas e pela vontade indomável da população paulista, a ideia reivindicadora não poderá mais sofrer os vesgos imperativos de uma ditadura de anarquia e de descrédito para o Brasil. [...] Paulistas!  
Para diante! Continuai a cruzada redentora!<sup>226</sup>

Tanto o manifesto de Pedro de Toledo quanto o do coronel Marcondes Salgado trazem, no discurso, elementos constitutivos de uma cultura política própria em São Paulo, como “a ordem legal”, a referência à “terra bandeirante” e o sentimento de superioridade (“vontade indomável da população paulista”).<sup>227</sup> Finaliza o manifesto do comandante da FPSP convocando os paulistas para participarem de uma “cruzada redentora”, fazendo alusão à luta dos cristãos europeus para expulsar os “infiéis” da Terra Santa entre os séculos XI e XIII. Uma luta do bem contra o mal.

Fruto do trabalho de preparação e cooptação realizado pelo coronel Euclides Figueiredo, as unidades militares pertencentes à 2ª Região Militar aderiram ao movimento em sua totalidade, sendo aprisionados os poucos oficiais e praças que manifestaram posicionamento em contrário. O general Isidoro Dias Lopes nomeou o próprio coronel Euclides Figueiredo para comandar a 2ª Região Militar. *O Estado de S. Paulo* não perdeu tempo em tornar pública a adesão das tropas federais à revolução: “Pela madrugada já haviam aderido todas as guarnições federais, inclusive Quitaúna.”<sup>228</sup>

Não dispondo de informações antecipadas, como seu congênere de São Paulo, o *Correio da Manhã* somente noticiou os eventos ocorridos na capital paulista na edição do dia 11, na primeira página: “Em São Paulo, de anteontem para ontem, declarou-se um movimento político-militar contra o Governo Provisório.”<sup>229</sup> Enquanto em São Paulo os jornais procuravam legitimar o movimento, o periódico carioca apresentou-o como um golpe, em viés completamente oposto e alinhado com a visão do Governo Provisório:

Mas em pouco se sabia do movimento, em parte. Tratava-se de um grande golpe, dado pelo general Isidoro, que tomara conta do governo de São Paulo, depondo o governo do secretariado paulista, deixando, no comando das forças revoltadas, o coronel Euclides de Figueiredo, que, então, se lembrava de

<sup>226</sup> PAULISTAS! *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1932, p.2.

<sup>227</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política..., p.361.

<sup>228</sup> ESTÁ vitorioso, em todo o estado, o movimento revolucionário de caráter constitucionalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1932, p.3.

<sup>229</sup> EM São Paulo, de anteontem para ontem, declarou-se um movimento político-militar contra o Governo Provisório. *Correio da Manhã*, n.11.529, Rio de Janeiro, 11 jul. 1932, p.1.

ter sido o nome apontado para a chefia da casa militar do presidente Júlio Prestes.<sup>230</sup>

O *Correio da Manhã*, nessa matéria, omitia qualquer referência à reconstitucionalização do país ou à mobilização da sociedade paulista, pelo contrário, classificava o movimento como um golpe liderado pelo general Isidoro, uma ação reacionária contra a revolução liderada por Getúlio Vargas em 1930. Além disso, procurou ligar o coronel Figueiredo à Júlio Prestes, visto como um dos expoentes das velhas oligarquias, com o intuito de associar o movimento paulista às práticas obsoletas e arcaicas da Primeira República.

Como ocorreu em São Paulo, Getúlio Vargas lançou mão do jornal de maior circulação na Capital Federal para se posicionar perante o movimento, dirigindo-se ao exército e aos demais estados da federação e antecipando uma dura repressão:

Soldados da ordem, na nossa história, vanguardeiros dos destinos da Pátria, a Nação e o governo tudo esperam de vossa lealdade [...]

As forças mineiras em perfeita colaboração com as do Exército, já se movimentam contra os rebeldes. No Rio Grande do Sul o interventor, general Flores da Cunha e o comandante da Região mobilizam rapidamente as suas tropas, marchando em defesa do governo instituído pelo movimento nacional de outubro. [...] Todo o norte se agita e oferece os seus contingentes de auxílio.<sup>231</sup>

Ao se dirigir especificamente aos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, Vargas buscava consolidar as articulações que havia entabulado no sentido de neutralizar o movimento constitucionalista nessas unidades da federação e comprometer os apoios esperados por São Paulo. Alheios às manobras do chefe do Governo Provisório, os paulistas nesse princípio do movimento político-militar ainda esperavam poder contar com o auxílio dos dois estados e mais o Mato Grosso, o que foi consignado em editorial de *O Estado de S. Paulo*: “A aliança patriótica que o Rio Grande e São Paulo firmaram, e que aderiram forças políticas de Minas Gerais, de Mato Grosso e de outros estados do Brasil, produziu, com o movimento de anteontem, o seu primeiro fruto” [...] <sup>232</sup>

Preocupado com a lealdade nas fileiras do Exército, cujas unidades em São Paulo haviam aderido ao movimento, Vargas recorreu a pessoas de sua confiança para comandarem

<sup>230</sup> Ibid., p.1.

<sup>231</sup> UMA PROCLAMAÇÃO do chefe do Governo Provisório. *Correio da Manhã*, n.11.529, Rio de Janeiro, 11 jul. 1932, p.1.

<sup>232</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1932, p.3.

a repressão das tropas legalistas. Nomeou o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro para o comando do Exército Leste e pôs à frente das tropas do Exército Sul o tio de sua esposa, o general reformado Waldomiro Castilho de Lima, que foi reconvocado para o serviço ativo.<sup>233</sup>

Apesar das esperanças paulistas, apenas três dias após o movimento o *Correio da Manhã* noticiou que o presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, “estava tomando providências de caráter militar [...] já tendo seguido vários contingentes da força policial com objetivo de atingir com a máxima urgência as fronteiras paulistas.”<sup>234</sup> Poucos dias depois, Olegário emitiu um manifesto “ao povo de Minas” definindo e esclarecendo, de uma vez por todas, a posição de seu estado junto ao Governo Provisório:

Minas ainda uma vez cumprirá o seu dever. E o dever de Minas, neste momento, é aquele mesmo sagrado impulso que a compeliu, a 3 de outubro de 1930, para a revolução. [...] A esse governo [Vargas], que por ser concretização da ordem revolucionária, Minas deu até agora, invariavelmente, o seu apoio. Minas não lhe faltará na hora perigosa em que ele reclama a sua fidelidade.<sup>235</sup>

Vargas teve um cuidado todo especial para manter o interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, fora da esfera do grupo constitucionalista, bastante organizado e influente naquele estado. Para desalento das lideranças paulistas, o interventor logo deixou clara sua lealdade ao Governo Provisório em uma proclamação ao povo gaúcho, devidamente reproduzida pelo *Correio da Manhã*: “Colhido de surpresa [...] pelo movimento sedicioso, instalado em São Paulo, cumpre-me declarar ao Rio Grande do Sul que me conservarei fiel aos deveres de delegado do governo provisório, nesta grave e dolorosa emergência [...]”<sup>236</sup>

Depois de falar aos estados e a seus soldados, Getúlio Vargas dirigiu uma proclamação à Nação na qual, após classificar o movimento como ilegítimo e tecer considerações sobre a articulação militar para debelá-lo, prometeu uma repressão “inflexível”, ao mesmo tempo em que sinalizou uma posterior acomodação, aliás, outra característica da cultura política brasileira que, ao fim da revolução, também se aplicaria a São Paulo:

<sup>233</sup> McCANN, Frank. *Soldados da pátria...*, p.414.

<sup>234</sup> MINAS e a situação do Governo Provisório. *Correio da Manhã*, n.11.530, Rio de Janeiro, 12 jul. 1932, p.1.

<sup>235</sup> MANIFESTO do presidente Olegário Maciel ao povo de Minas. *Correio da Manhã*, n.11.533, Rio de Janeiro, 15 jul. 1932, p.4.

<sup>236</sup> UMA PROCLAMAÇÃO do general Flores da Cunha ao povo do Rio Grande do Sul. *Correio da Manhã*, n.11.530, Rio de Janeiro, 12 jul. 1932, p.3.

Fortalecido pela profunda convicção de estar cumprindo um alto dever de patriotismo, serei inflexível na minha ação e sereno ao executá-la. Jamais capitularei à imposição dos rebeldes em armas, mas usarei de benignidade para com os que se submeterem e abandonarem a luta.<sup>237</sup>

Depois de ser removido de seu comando em Mato Grosso e ter sido reformado administrativamente, o general Bertholdo Klinger chegou à capital paulista no dia 12 de julho, fato que rendeu uma matéria de primeira página no *O Estado de S. Paulo*: “O general Bertholdo Klinger foi entusiasticamente recebido pela população paulista, tendo ontem mesmo assumido o comando da Segunda Região Militar.”<sup>238</sup> Mas, apesar do clima de festa, Klinger, ao desembarcar, informou que com ele não viriam os 5.000 soldados que prometera do Mato Grosso<sup>239</sup>, visto que, com sua destituição do comando, não houve tempo hábil para mobilizá-los.<sup>240</sup>

Com o fracasso das frentes únicas, a dificuldade em mobilizar tropas no Mato Grosso e a lealdade da guarnição da Capital Federal, as lideranças políticas paulistas viram-se na contingência de iniciarem o movimento sozinhas. Fazendo troça dessa dificuldade, Antônio Salles publicou em sua coluna “Pingos e respingos” no *Correio da Manhã*: “O movimento em São Paulo – disse em uma entrevista o general Góis Monteiro – foi devido a uma precipitação. É isso mesmo: a frente única precipitou-se do alto do edifício Matarazzo, sem paraquedas.”<sup>241</sup>

Os aliados com que contavam, ao contrário de se unirem para selar o destino da ditadura, correram para garantir sua sobrevivência e se posicionaram ao lado do Governo Provisório.<sup>242</sup> Praticamente sem apoio externo, os líderes paulistas procuraram mobilizar soldados e organizar seus batalhões para dar andamento à luta, e *O Estado de S. Paulo* seria um dos protagonistas dessa campanha.

## 2.4 MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL

Mesmo sendo uma potência econômica, sem apoio dos demais estados os líderes do movimento paulista se depararam com a necessidade de enfrentar uma guerra desigual contra

<sup>237</sup> O CHEFE do governo provisório fala à Nação. *Correio da Manhã*, n.11.530, Rio de Janeiro, 12 jul. 1932, p.1.

<sup>238</sup> NOVAS manifestações de apoio acentuam o caráter nacional do movimento em prol da constituinte. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jul. 1932, p.1.

<sup>239</sup> McCANN, Frank. *Soldados da pátria...*, p.408.

<sup>240</sup> DONATO, Hernani. *A revolução de 1932 ...*, p.104.

<sup>241</sup> PINGOS e respingos. *Correio da Manhã*, n.11.531, Rio de Janeiro, 13 jul. 1932, p.2.

<sup>242</sup> HILTON, Stanley. *1932 ...*, p.100.

o Governo Provisório, que tinha à sua disposição os recursos militares e as forças policiais de praticamente todas as unidades da federação.

A realidade de que precisaria contar somente com seus próprios meios criava perspectivas sombrias para os paulistas. Embora suas unidades tivesse aderido em massa à “causa paulista”, a 2ª Região Militar contava com cerca de 7.000 militares e pouco mais de 12.000 reservistas, enquanto a FPSP tinha à sua disposição aproximadamente 8.000 homens.<sup>243</sup> Do lado oponente, Vargas ameaçava empregar todos os recursos armados do país para debelar a rebelião.

Para ter alguma chance de sucesso, os paulistas precisariam contar com o voluntariado e, para isso, se serviriam de características componentes de sua cultura política própria, que propagava uma luta “pela Lei e por São Paulo”, e contariam com o apoio da imprensa, particularmente o jornal *O Estado de S. Paulo*, que realizaria intensa campanha em prol do alistamento.

O alistamento de voluntários civis ficou a cargo da Sociedade MMDC<sup>244</sup>, que, antes mesmo da eclosão do movimento, organizou comissões de propaganda cívica e alistamento por todo o estado, contando com o apoio das prefeituras e da polícia. Uma semana antes da precipitação dos acontecimentos em São Paulo, o *Correio da Manhã* publicou uma dessas ações de propaganda, ocorrida em Jundiaí e realizada com o apoio de um avião: “Um avião militar, que evoluiu sobre Jundiaí, distribuiu, em profusão, boletins convidando o povo para se alistar em batalhões civis.”<sup>245</sup>

O MMDC conclamava os soldados à batalha; as “esposas, mães e irmãs” ao trabalho voluntário na confecção de uniformes, ou como enfermeiras; os jovens a trabalharem na fabricação de capacetes e armamentos, entre outras atividades; e as crianças eram incentivadas a se organizarem em “batalhões” mirins. Aos homens coube o papel principal de combaterem pela “causa da Lei”.

A partir do momento em que estampou como manchete de capa “O movimento revolucionário constitucionalista empolga a consciência cívica de S. Paulo”<sup>246</sup>, *O Estado de S. Paulo* iniciou sua campanha de mobilização. Nesse sentido, o jornal inaugurou colunas diá-

<sup>243</sup> Memória n° 3-Estado Maior do Exército (Efetivo existente na 2ª Região Militar), de 8 de julho de 1932. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

<sup>244</sup> De acordo com CARVALHO (1933, p.147), o anedotário corrente no Rio de Janeiro dizia que MMDC significava “Mata Mineiro, Degola Carioca”.

<sup>245</sup> ORGANIZAÇÃO de batalhões provisórios em São Paulo. *Correio da Manhã*, n.11.522, Rio de Janeiro, 3 jul. 1932, p.4.

<sup>246</sup> O MOVIMENTO revolucionário constitucionalista empolga a consciência cívica de S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1932, p.1.

rias, como a “Milícia Civil MMDC”, que registrava os trabalhos de recrutamento realizados pela organização, e publicou, até o final do conflito, apelos à consciência cívica da sociedade paulista. A título de exemplo, em 15 de julho o jornal publicou na coluna um relatório sobre a mobilização nas cidades do interior do estado

Assim é que ontem, somente de 22 cidades, ela [a comissão de alistamento do MMDC] pôs à disposição da Segunda Região Militar e do comando da Força Pública 3.526 homens, cujo transporte está sendo providenciado [...]. Chegam notícias do interior de que é indiscutível o entusiasmo em toda a parte.<sup>247</sup>

Ainda que esses números não possam ser comprovados à luz da documentação disponível, uma breve análise da matéria permite visualizar a amplitude e o alcance do trabalho do MMDC e da mobilização cívica empreendida pelo jornal. Em apenas um dia, em algumas poucas cidades do interior paulista, a campanha obteve o alistamento de cerca de 50% do efetivo inicial das unidades da 2ª Região Militar.

Na capital paulista o alistamento voluntário atingiu cifras significativas, também com o apoio do jornal. Anúncios de diversas categorias e entidades publicados resultaram na formação de batalhões de voluntários classistas, como o da Associação de Funcionários Públicos, que dizia: “Os associados que quiserem alistar-se no ‘Batalhão da Associação’, devem dirigir-se à sede social [...] onde se encontrarão todos os dias pessoas incumbidas do alistamento [...]”<sup>248</sup> Outro da Associação Paulista de Medicina conclamava os médicos a trabalharem em prol da revolução: “Continua aberta na secretaria da Associação Paulista de Medicina uma lista de inscrição para os associados que desejarem oferecer os seus serviços à causa revolucionária.”<sup>249</sup>

Outro artifício utilizado pelo jornal foi a publicação de anúncios solicitando a inscrição de voluntários, como o mostrado na Figura 5 pedindo o alistamento para a Escola de Granadeiros e Guarnições para Morteiros, um serviço especializado, porém, arriscado.

<sup>247</sup> MILÍCIA civil MMDC. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1932, p.4.

<sup>248</sup> BATALHÃO da Associação dos Funcionários Públicos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1932, p.2.

<sup>249</sup> NA ASSOCIAÇÃO Paulista de Medicina. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1932, p.3.

Figura 5 – Anúncio solicitando voluntários para a Escola de Granadeiros e Guarnições para Morteiros



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 set. 1932, p.2

Com efeito, foram organizados diversos batalhões de voluntários, nomeados de acordo com a origem de seus integrantes, com eventos ligados ao próprio movimento, ou, ainda, fazendo referência à história paulista, em particular aos Bandeirantes, um apelo recorrente às características componentes de sua cultura política.<sup>250</sup> Nomes como Batalhão Esportivo, Batalhão de Ferroviários, Batalhão de Operários de Santos, Batalhão Acadêmico, Batalhão 9 de Julho, Batalhão Amador Bueno, Batalhão Borba Gato, Batalhão Paes Leme, dentre outros. Algumas dessas unidades foram integralmente organizadas com recursos das entidades de classe, como foi o caso do Batalhão 9 de Julho, composto por 480 homens, completamente equipados pelo Instituto do Café.<sup>251</sup>

<sup>250</sup> BERSTEIN, Serge. *A cultura política...*, p.361.

<sup>251</sup> PARTIDA do Batalhão “9 de julho”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1932, p.4.

Tão logo foi organizado o exército paulista, *O Estado de S. Paulo* publicou um pronunciamento do governador Pedro de Toledo no qual agradecia o voluntariado e expressava sua confiança na vitória:

Soldados da Constituição!

[...] [O Governo de São Paulo] com justificado orgulho sente a vibração entusiástica com que o povo paulista segue vossa vitoriosa avançada, verificando cada cidadão exultar por possuir entre vós um amigo, um filho, um irmão. Vê, comovido, o ardor com que, junto dos postos de recrutamento, todos procuram disputar lugar de honra e glória que vos coube [...].<sup>252</sup>

Carregado de apelo emocional, o discurso do governador trazia um duplo sentido: ao mesmo tempo em que declarava o orgulho pelos voluntários já alistados, lembrava aos ainda não alistados a importância do voluntariado, marcado pela exultação das famílias que já haviam ofertado seus filhos para a guerra.

A toada cívica e festiva que conseguiu arregimentar milhares de voluntários, no entanto, diminuiu de ímpeto conforme a luta foi avançando e as baixas em combate crescendo. Sob o ponto de vista de alguns soldados na trincheira, era preciso que fosse ampliada a parcela de contribuição pela sociedade paulista. Uma impactante e veemente carta de um soldado, que não teve o nome revelado, foi publicada na primeira página de *O Estado de S. Paulo*, com o objetivo claro de estimular o alistamento e levar alguns a fazerem a passagem da retórica para a trincheira:

Soldado da 9ª Companhia do 5º RI [regimento de infantaria], que há dias se encontra no “front” paulista, por intermédio desse matutino faço um apelo veemente à mocidade paulista para que se inscreva, imediatamente, no Exército ou na Força Pública a fim de, nas trincheiras, conseguirmos a redenção do Brasil. Deixemos de discurso, de apoios aos batalhões patrióticos e de festas. Precisamos de ação.

Ficarão em casa os covardes e os inválidos. Os próprios velhos farão a defesa das cidades. Deixemos o instinto de conservação e teremos em breve a vitória.<sup>253</sup>

Utilizando o mesmo tom elevado, um editorial publicado no início de agosto, quando a situação do exército constitucionalista não era das mais favoráveis, comparou a omissão a

<sup>252</sup> SAUDAÇÃO do governo de S. Paulo ao exército constitucional. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1932, p.1.

<sup>253</sup> UMA VOZ nas trincheiras. *O Estado de S. Paulo*, S. Paulo, 21 jul. 1932, p.1.

uma traição a São Paulo: “Não haverá, por isso, perdão para quem quer que [...] se deixe ficar à margem da corrente e não ponha a totalidade de suas energias ao serviço da causa que S. Paulo defende. A indiferença será, nesta hora, um começo de traição.”<sup>254</sup>

O assunto do voluntariado voltou a ser tema de editorial de Plínio Barreto, que explicou a necessidade de manter o fluxo de alistados devido à extensão da guerra e à necessidade de repletamento de pessoal.

Com a renovação constante das tropas em combate, o sacrifício geral fica reduzido a proporções mínimas. Além disso, é grande a extensão do território paulista em que se trabalha para prover a necessidade da guerra. Em todas as regiões faz-se mister número elevado de combatentes.<sup>255</sup>

Apesar de algumas resistências, a campanha desenvolvida pelo MMDC e pelo jornal *O Estado de S. Paulo* foi bem sucedida, e possibilitou a rápida mobilização de reservistas e voluntários, que engrossaram as fileiras do exército constitucionalista que chegou a possuir 20.000 combatentes.<sup>256</sup> Na realidade, havia mais soldados do que armas disponíveis, motivando outras campanhas de mobilização de material, também com participação intensa do jornal, que trataremos mais adiante.

Ao contrário da situação em que se encontrava São Paulo, Getúlio Vargas pôde dispor da maior parte do exército, da totalidade da Marinha e das forças policiais de praticamente todos os estados do país para fazer frente ao movimento paulista. Assim, diferente com o que ocorreu com *O Estado de S. Paulo*, no Rio de Janeiro o *Correio da Manhã* não foi utilizado para fazer campanha pelo alistamento de voluntários, mas apoiou a causa do Governo Provisório noticiando os apoios recebidos e, principalmente, a chegada de tropas para combater os paulistas.

A solidariedade dos interventores espalhados por todo o território nacional materializou-se por meio do envio de tropas do exército sediadas nos estados e de suas polícias, além de um considerável número de batalhões provisórios, formados por voluntários. Na edição de 13 de julho, o *Correio da Manhã* publicou matéria de capa registrando a chegada do 3º BC (batalhão de caçadores), procedente do Espírito Santo, ao Rio de Janeiro. Também divulgou telegrama do capitão Nelson de Mello, interventor interino de Pernambuco, relatando as providências iniciais tomadas por seu estado:

<sup>254</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 ago. 1932, p.5.

<sup>255</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1932, p.4.

<sup>256</sup> HILTON, Stanley. 1932 ..., p.104.

Situação Pernambuco ótima, 21° BC deverá embarcar hoje para aí, a bordo “Itapagé”, estando diante do quartel uma multidão que deseja alistar-se para também seguir.

Brigada Militar está pronta para atender à primeira ordem.<sup>257</sup>

Considerando a necessidade de ocultar do adversário os movimentos das tropas e unidades militares e o poder exercido pelos censores, a deliberada publicação no jornal do deslocamento de tropas de todo o Brasil para a região de operações pode ser interpretada como uma forma de o Governo Provisório pressionar os paulistas, uma demonstração de força no sentido de retirar sua disposição em prosseguir com o movimento.

Outro compromisso veio do Rio Grande do Sul, um dos estados que os paulistas esperavam a cooperação, com um telegrama do interventor Flores da Cunha para o ministro Oswaldo Aranha, também devidamente tornado público pelo *Correio da Manhã*: “Avise a chegada aí do 9° Regimento de Infantaria. [...] Amanhã pelo ‘Pará’ seguirão mais três regimentos. Precisarão de mais alguns? Temos quantos quiserem.”<sup>258</sup>

Olegário Maciel também teve sua cooperação registrada pelo jornal, oferecendo a Força Pública de Minas Gerais (FPMG) e organizando batalhões de voluntários para combater a rebelião:

Vivamente empolgado em organizar nesse estado, para cooperar na manutenção da ordem nacional, cinte batalhões patrióticos, que deverão cooperar com a Força Pública, e pretendendo mobilizar vinte mil homens, dentro de poucos dias [...].<sup>259</sup>

Apesar de não conseguir atingir essa meta, em fins de julho Minas Gerais havia mobilizado e enviado para a zona de operações 8.000 homens da FPMG, que correspondiam ao efetivo de dez batalhões, e mais de 4.000 voluntários enquadrados em batalhões provisórios.<sup>260</sup>

<sup>257</sup> A SOLIDARIEDADE de Pernambuco ao Governo Provisório. *Correio da Manhã*, n.11.531, Rio de Janeiro, 13 jul. 1932, p.3.

<sup>258</sup> FORÇAS gaúchas à disposição do governo federal. *Correio da Manhã*, n.11.534, Rio de Janeiro, 16 jul. 1932, p.1.

<sup>259</sup> TELEGRAMAS trocados entre os srs. Getúlio Vargas e Olegário Maciel. *Correio da Manhã*, n.11.534, Rio de Janeiro, 16 jul. 1932, p.3.

<sup>260</sup> O NÚMERO de soldados mineiros mobilizados. *Correio da Manhã*, n.11.539, Rio de Janeiro, 22 jul. 1932, p.3.

Incentivados por Juarez Távora, o “tenente” nomeado por Vargas para coordenar as interventorias do Nordeste do país, muitos estados da região enviaram tropas federais e polícias estaduais para darem combate aos revoltosos. No fim de julho, o *Correio da Manhã* noticiou a chegada ao Rio de Janeiro de parcela dessas tropas:

Desembarcaram ontem, nesta capital, procedentes do norte do país, diversos contingentes que se destinam aos setores em operações. Essas tropas, vindas do norte, são as seguintes: 24° BC, do Maranhão; 1.053 praças [...] de Alagoas e Pernambuco. Os contingentes desses dois estados nordestinos se destinam a completar o efetivo de guerra do 20° BC e 21° BC.<sup>261</sup>

O contato entre tropas paulistas e nordestinas expôs de maneira inequívoca a faceta do sentimento de superioridade característico da cultura política de São Paulo. Em editorial de 31 de julho, *O Estado de S. Paulo* publicou o seguinte:

Como [São Paulo] se bate por essa causa? Mandando para as fronteiras, para as linhas de fogo, a flor de sua mocidade [...]. E a ditadura? Despejando contra a mocidade de S. Paulo, contra os estudantes, os médicos, os advogados, os engenheiros, os comerciantes, os fazendeiros, os homens de trabalho e os homens de inteligência uma jagunçada colhida nos sertões, arrebanhada nas fronteiras e aliciada até fora do país. Contra um povo civilizado lança levadas de facínoras.<sup>262</sup> (grifos nossos)

Nessa visão reducionista e preconceituosa, o Governo Provisório estaria lançando desqualificados “jagunços”, “facínoras”, contra o povo “civilizado” de São Paulo, no texto caracterizado por profissionais liberais, “homens de trabalho” e “homens de inteligência”. Uma luta da barbárie contra a civilização que mal disfarçava a superioridade da “raça paulista”.

Até o último dia do movimento, o Governo Provisório mobilizou tropas e enviou unidades para combater os paulistas. Estima-se que o exército federal tenha reunido cerca de 55.000 soldados para enfrentar aproximadamente 30.000 constitucionalistas. No dia 28 de setembro, poucos dias antes da rendição dos paulistas, embarcou em Porto Alegre com destino ao Rio de Janeiro o 7° BC, unidade sediada no estado do Rio Grande do Sul.<sup>264</sup>

<sup>261</sup> MAIS tropas que chegam a esta capital. *Correio da Manhã*, n.11.547, Rio de Janeiro, 31 jul. 1932, p.1.

<sup>262</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 jul. 1932, p.5.

<sup>264</sup> VEM para a zona de operações o 7° de Caçadores. *Correio da Manhã*, n.11.597, Rio de Janeiro, 28 set. 1932, p.1.

Durante todo o período em que durou a revolução, o *Correio da Manhã* publicou o constante fluxo de tropas que afluíam de todo o país, inclusive estampando em sua primeira página diversas fotografias dos contingentes que chegavam ao Rio de Janeiro, pressionando os adversários do Governo Provisório e contribuindo, a seu modo, com a mobilização de pessoal para o exército federal.

## 2.5 MOBILIZAÇÃO LOGÍSTICA E INDUSTRIAL

Com o início da revolução e com a defecção de seus aliados, da noite para o dia os paulistas viram-se na contingência de fardar, alimentar, transportar, armar e municiar um exército de mais de 25.000 homens, soldados na maior parte inexperientes que se bateriam, nas frentes de combate, com um adversário cinco ou seis vezes superior em número e em material. Em cerca de 72 horas, mais de 10.000 voluntários se apresentaram nos postos do MMDC, um contingente valioso, mas que seria inútil sem equipamento, munição e armamentos adequados para a luta. Para atender a essas demandas, todo um aparato logístico militar precisou ser organizado.<sup>265</sup>

As lideranças paulistas não podiam contar com aliados, com artilharia, com aviação, com navios de guerra ou outros materiais bélicos, pois os que pertenciam à FPSP haviam sido confiscados pelo Governo Provisório logo após a Revolução de 1930, na operação de desmanche do aparato militar do estado. Havia também o isolamento, decorrente dos bloqueios impostos pelas tropas governistas.

Para levar adiante o movimento, os líderes do movimento político-militar paulista precisaram apelar ao voluntariado e à mobilização, principalmente para abastecer as tropas, e acionaram seu parque industrial para a produção de armas e munições. Como ocorreu com a arregimentação de soldados voluntários, *O Estado de S. Paulo* atuou intensamente na mobili-

---

<sup>265</sup> O termo logística, hoje corrente no mundo industrial e corporativo, tem suas origens nas organizações militares. A etimologia da palavra tem suas raízes na França – proveniente do verbo *loger* (alojar). De acordo com Paulo Teixeira de Souza (2002), “a logística originou-se no século XVIII, no reinado de Luiz XIV, onde existia o posto de Marechal – General de Lógis – responsável pelo suprimento e pelo transporte do material bélico nas batalhas”. O sistema de logística militar foi desenvolvido com o intuito de abastecer, transportar e alojar tropas – propiciando que os recursos certos estivessem no local certo e na hora certa. Este sistema operacional permite que as campanhas militares sejam realizadas e contribui para a vitória das tropas nos combates. Ver SOUZA, Paulo Teixeira. *Logística interna para empresas prestadoras de serviço*. 2002. Disponível em: <<http://guialog.com.br/ARTIGO350.htm>>. Acesso em: 22 out. 2016.

zação desses recursos, realizando subscrições, campanhas de doações e prestando contas à população paulista.

De igual forma, mas em sentido oposto, o Governo Provisório encontrava-se diante de grandes dificuldades para suprir as necessidades das dezenas de milhares de soldados, policiais e voluntários reunidos nos mais distantes estados da federação, que precisavam ser deslocados para a zona de operações e devidamente abastecidos para a guerra. Embora de maneira mais discreta, no Rio de Janeiro o *Correio da Manhã* também deu seu apoio à mobilização realizada pelo governo Vargas. Mesmo não encabeçando campanhas como o seu congênere paulista, o jornal carioca noticiou diversas atividades ligadas ao abastecimento das tropas e à aquisição de equipamentos e armas.

“Um exército marcha sobre seu estômago”.<sup>266</sup> O famoso aforisma atribuído a Napoleão Bonaparte mostra a importância da alimentação para o soldado em campanha, e como as operações militares podem ser afetadas ou limitadas pela dificuldade de abastecimento. Com o repentino crescimento de seu exército, não restou alternativa aos líderes paulistas senão apelar para o espírito voluntário da sociedade, e solicitar a doação de alimentos para as tropas.

Desde os primeiros dias do movimento, *O Estado de S. Paulo* engajou-se na campanha pela doação de alimentos realizada conjuntamente com organizações civis, como o MMDC e a Cruz Vermelha, na qual a participação feminina foi intensa. As senhoras da dita “alta sociedade” se envolveram profundamente no movimento e dirigiam os grupos assistenciais que auxiliavam no esforço de guerra. Elas atuaram como cozinheiras, costureiras, coletoras de donativos e propagandistas. A participação feminina foi tema da cobertura do jornal, apenas três dias após o início do levante: “Agora são as senhoras paulistas que, tendo à frente uma comissão, estão desenvolvendo intensa atividade no sentido de angariar gêneros [alimentícios] e mercadorias com que abastecer as forças constitucionistas em operações.”<sup>267</sup>

Diante da boa acolhida entre a população e da expressiva quantidade de donativos, o jornal decidiu agradecer à sociedade e prestar contas à população, publicando diariamente extensas listagens de doadores e bens doados: “Nós registraremos com prazer todas as contribuições feitas nesse sentido, devendo as mesmas ser dirigidas diretamente às instituições interessadas”.<sup>268</sup> Com essa prática, realizada até o final do movimento, *O Estado de S. Paulo*

<sup>266</sup> KELLET, Anthony. *Motivação para o combate: o comportamento do soldado na luta*. Rio de Janeiro: Bibli-Ex, 1987, p.270.

<sup>267</sup> ABASTECIMENTO das forças em operações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1932, p.3.

<sup>268</sup> A GENEROSIDADE paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1932, p.4.

manteve aberto um canal de incentivo para novas doações, estimulando a população e mantendo viva a causa paulista.

Figura 6 – Publicidade do Leite Moça  
“Vigor e resistência.”



**Vigor e Resistencia**  
*são os resultados de uma  
alimentação rica em vitaminas!*

O LEITE puro é conhecido como uma das mais preciosas matérias na alimentação, em qualquer idade. No leite condensado Moça todos os elementos nutritivos do leite fresco estão conservados vivos e intactos. V. S. deve ter sempre uma reserva de algumas latas de leite Moça. É um alimento concentrado, de alto valor nutritivo e sempre pronto para usar. Dois pequenos furos na lata, um oposto ao outro, bastam para deixar escorrer a quantidade desejada. Depois tampam-se com dois pedacinhos de papel, enroscados. Dura, assim, muitos dias.



**LEITE  
MOÇA**

Mande uma lata de leite Moça como dádiva aos soldados!

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 5 ago. 1932

Figura 7 – Publicidade do Leite Moça  
“Nas trincheiras ou no lar.”



**Nas Trincheiras  
ou no Lar!**

NENHUM alimento é tão benéfico, pratico e nutritivo como o leite condensado Moça. Preparado com leite fresco dos mais puros e saudios, o leite Moça tem ainda a vantagem de ser concentrado sob vacuo, a baixa temperatura e conter no estado natural vivas e intactas todas as vitaminas do leite fresco. Na calma do seu lar, em apreciáveis passeios domingueiros ou agora, no tumulto das trincheiras, uma lata de leite condensado Moça é uma reserva preciosa de energias que mal se abre já está pronta para uso. Não deixe que a sua casa sinta a falta de algumas latinhas de leite condensado Moça.



**LEITE  
MOÇA**

Mande uma lata de Leite Moça como dádiva aos soldados!

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 1932

Outro expediente utilizado pelo jornal foi a veiculação de anúncios da Sociedade Nestlé, cuja fábrica localizava-se em Araras, convocando as pessoas a doarem uma lata de Leite Moça “como uma dádiva aos soldados”. De acordo com as propagandas, o produto produzia “vigor e resistência” (Figura 6) e era adequado para o consumo “nas trincheiras e no lar” (Figura 7), trazendo implícita uma mensagem de que tanto os soldados como a população deveriam resistir ao cerco do Governo Provisório com todo o vigor.

Ao final do primeiro mês da revolução, no entanto, o periódico publicou editorial manifestando sua preocupação com o prolongamento do conflito e apresentou algumas sugestões para manter a produção de alimentos e o abastecimento das tropas:

É provável que a luta termine logo, mas também não é improvável que dure muito. Ora, na prevenção de luta prolongada, convém que tomemos provi-

dências a fim de que nada nos falte em recursos de boca. Convém, na perspectiva de um combate por longos meses, que os agricultores não deixem de povoar os campos e não descurem das sementeiras. Quanto maior for a produção de gêneros comestíveis, melhor será para a tropa que combate e para a população [...].<sup>269</sup>

Com o deslocamento de numerosas tropas federais e estaduais para o Rio de Janeiro, o Governo Provisório criou a Comissão de Abastecimento que tinha, como atribuição evitar a especulação e a elevação dos preços, além de garantir o abastecimento do Distrito Federal e das tropas. Para tal, a comissão realizava um controle rigoroso dos estoques, tabelava preços e fiscalizava a capacidade de suprimento dos mercados. Essas medidas de controle desagradaram muitos comerciantes da Capital Federal, gerando protestos públicos. O diretor do *Correio da Manhã*, Manuel Paulo Filho, defendeu o governo e a necessidade das medidas em editorial do jornal: “Fica entendido que, assim agindo, o governo não constrange o comércio e ainda menos lhe restringe a liberdade de ação. Acautela o consumidor e o próprio abastecimento das forças em operação.”<sup>270</sup>

Nos três meses em que durou a campanha, o jornal carioca abordou mais o abastecimento do Distrito Federal do que propriamente o das tropas, realizado a cargo dos serviços de intendência das Regiões Militares. Mas, no princípio de agosto, uma reportagem de um correspondente enviado para Resende, provavelmente escapada à censura, mostrou a dificuldade em se abastecer, no tempo e no espaço corretos, as numerosas tropas que chegavam à área do Destacamento de Exército Leste, comandado pelo general Góis Monteiro:

As tropas nortistas ultimamente chegadas, talvez pela desorganização inevitável dos serviços ferroviários, pelo desencontro dos trens ou por qualquer outro motivo, na viagem do Rio a Resende não lograram ser alimentadas convenientemente nas paradas intermediárias.<sup>271</sup>

As campanhas e cruzadas promovidas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no sentido de contribuir com o esforço de guerra e prover o abastecimento das tropas paulistas ocorreram nas mais diversas áreas, como as do pão de guerra, das capas impermeáveis, das garrafas térmicas, a cruzada do ovo, a cruzada dos livros raros. Para todas elas foram criadas colunas no

<sup>269</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 jul. 1932, p.4.

<sup>270</sup> FILHO, Manuel Paulo. Problema do reabastecimento. *Correio da Manhã*, n.11.545, Rio de Janeiro, 29 jul. 1932, p.4.

<sup>271</sup> NA ZONA de operação do Exército de Leste. *Correio da Manhã*, n.11.553, Rio de Janeiro, 5 ago. 1932, p.1.

jornal onde eram publicados os doadores e suas respectivas ofertas para a causa paulista. Algumas, no entanto, por sua amplitude, merecem destaque especial.

A tarefa de fardar o enorme contingente de voluntários que se apresentaram para a luta se mostrou um desafio, e, para resolver o problema, as mulheres paulistas se mobilizaram para obter doações e confeccionar uniformes para os soldados e roupas de cama para os hospitais. Anúncios, como este, de 19 de julho, foram publicados pelo jornal:

A sra. Carlota Sampaio, professora da Escola de Aplicação “Caetano de Campos”, encarregada de angariar fazendas para confecção de roupas para os soldados paulistas, pede, por nosso intermédio, às mães dos alunos daquela escola, um auxílio que poderá ser em peças de algodão alvejado, metros de flanela branca, brim cáqui.<sup>272</sup>

Os apelos do jornal foram recompensados, e, em fins de agosto, praticamente todo o contingente de voluntários já se encontrava devidamente fardado e equipado. Em um balanço parcial da campanha, o jornal publicou que o número de “senhoras e senhoritas trabalhando nas redes das oficinas e registradas para executarem trabalhos em seus domicílios [era de] 6.845; [...] o número de peças de fardamentos e outras, entregues aos departamentos militares, hospitais, etc, [era de] 440.185.”<sup>273</sup>

Uma campanha na qual *O Estado de S. Paulo* participou diretamente e por sua iniciativa foi pela doação de binóculos. Justificando que os instrumentos eram necessários para os oficiais e observadores, particularmente no terreno montanhoso ao norte do estado, o jornal solicitou que as doações fossem feitas na própria redação: “[...] como há falta desses instrumentos, pede-se a quem os possua e os queira ceder em favor da causa nacionalista, o obséquio de entregar à redação do ‘Estado’, que os fará chegar às mãos necessárias.”<sup>274</sup> Menos de uma semana mais tarde o jornal publicou os primeiros resultados da campanha: “Ainda ontem recebemos mais de 39 [binóculos], que, somados aos anteriormente recebidos, perfazem um total de 320”.<sup>275</sup>

Inspirada em cruzada semelhante realizada durante a Grande Guerra<sup>276</sup>, a Associação Comercial de São Paulo, o MMDC, o governo constitucionalista e outras entidades, contando

<sup>272</sup> CONFECÇÃO de roupas para os soldados. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 jul. 1932, p.2.

<sup>273</sup> O TRABALHO nas oficinas de costura. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 1932, p.3.

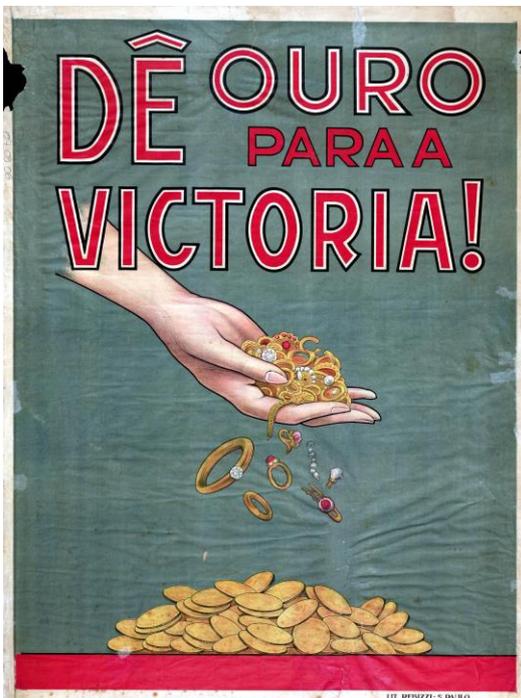
<sup>274</sup> BINÓCULOS para a campanha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 ago. 1932, p.1.

<sup>275</sup> BINÓCULOS para a campanha. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 ago. 1932, p.1.

<sup>276</sup> Nome pelo qual ficou conhecida a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até a ocorrência da Segunda, em 1939.

com o apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, lançaram a campanha “ouro para a vitória”, visando à “mobilização da maior parte possível das reservas de ouro e outros metais preciosos que, em objetos de toda a espécie, se encontrem em poder dos particulares [...]”<sup>277</sup> A doação de ouro, joias, alianças e outros metais preciosos tinha por propósito financiar o esforço de guerra e, para motivar a participação da sociedade, o jornal passou a publicar diariamente, em sua primeira página, um balanço das ofertas. Como fizera com o recrutamento, o MMDC providenciou cartazes de propaganda (Figura 8) e certificados de participação na campanha (Figura 9).

Figura 8 – Cartaz MMDC  
“Dê ouro para a vitória.”



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Figura 9 – Certificado de participação  
na Campanha do Ouro



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Um editorial do jornal ressaltou a importância das doações e seu papel para o comprometimento da sociedade civil com o conflito:

Nela [campanha do ouro] tomam parte pessoas de todas as idades e sexos. Até as crianças desembaraçam-se de moedinhas e joias para que os pais as levem aos bancos. [...] Se ainda alguém puder duvidar da força e da unanimidade do sentimento paulista e da energia com que o povo resolveu empenhar armas para combater a ditadura, teria agora que ceder à evidência

<sup>277</sup> OURO para a vitória. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1932, p.1.

A divulgação e a prestação de contas feitas pelo jornal resultaram em uma campanha muito bem-sucedida, levando à doação de enorme quantidade de objetos, tais como alianças de casamento, joias, pratarias, troféus, dentre outros, para o esforço de guerra. Em um balanço final, nos 23 dias em que durou a campanha (até o final do conflito), foram realizadas mais de 88.000 ofertas, perfazendo cerca de 5.000 contos de réis.<sup>278</sup>

Outra cruzada encampada pelo jornal foi a lançada no início de agosto pelo MMDC e pela Associação Comercial de São Paulo, idealizada também em decorrência da experiência da Grande Guerra, com o objetivo de “dotar cada soldado constitucionalista com um capacete de aço, que o proteja dos estilhaços de granadas e balas de fuzil”.<sup>279</sup> Mais uma vez mulheres – e até crianças – lançaram-se às oficinas para produzirem os equipamentos de proteção, enquanto a sociedade doava recursos para viabilizar o projeto.

A “campanha do capacete de aço” possibilitou equipar, com sobra, todo o exército constitucionalista, conforme observou um balanço publicado em *O Estado de S. Paulo* na última semana da guerra: “Já foram fornecidos aos exércitos constitucionalistas cerca de 70.000 capacetes de aço e igual número de coberturas de lona para os mesmos [...]”.<sup>280</sup>

Uma necessidade fundamental para os numerosos contingentes de voluntários era o suprimento de armas e munições. Em agosto diversos leitores de *O Estado de S. Paulo* resolveram, por iniciativa própria, entregar na redação armas e munições para serem distribuídas aos soldados na linha de frente.<sup>281</sup> O jornal absorveu a ideia e passou a intermediar o recebimento desses materiais entre a população e a 2ª Região Militar. Para prestar contas, foi criada a coluna diária “armas e munições”, que publicava as doações de armas das mais variadas, tais como: “De Hermann Fries, um cinturão com 21 balas calibre 32; da menina Zilda Cabral de Moura Coutinho e de A.B.C., 2 cápsulas de granadas; do nosso assinante Francisco Sampaio Leite, uma espada do tempo de Floriano Peixoto [...]”.<sup>282</sup>

Os estojos para as granadas de artilharia eram itens de difícil reposição e, por poderem ser reciclados após o uso, o jornal chegou a publicar anúncios pedindo que a população doasse esse tipo de material (Figura 10):

<sup>278</sup> OURO para a vitória. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 set. 1932, p.1.

<sup>279</sup> CAPACETES de aço para os soldados da constituição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 ago. 1932, p.1.

<sup>280</sup> CAPACETES de aço para os soldados da constituição. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 set. 1932, p.1.

<sup>281</sup> MUNIÇÕES e armas para os combatentes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 ago. 1932, p.1.

<sup>282</sup> ARMAS e munições. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 1932, p.2.

Figura 10 – Anúncio solicitando a entrega de estojos de granadas de artilharia



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 1932, p.1

Como as forças enviadas pelo Governo Provisório para combater os paulistas tinham à sua disposição todo o aparato logístico das forças armadas e milícias estaduais, não se realizaram campanhas de mobilização no sentido de equipar as tropas, embora carências existissem. Refletindo essa situação, o *Correio da Manhã* limitou-se a noticiar algumas atividades de suporte material, como requisições, compras e transporte de tropas, como, por exemplo, a requisição de caminhões pelo general Góis Monteiro, comandante do Exército Leste: “Ontem, pela manhã, aquele oficial general requisitou, no teatro das operações, mais 50 caminhões de carga, a fim de emprega-los no transporte de pessoal e material de campanha [...]”<sup>283</sup> Também noticiou, em meados de agosto, a aquisição de cavalos para os soldados realizada no Rio Grande do Sul: “desembarcaram ontem, no cais do porto, de bordo do ‘Sergipe’, 101 cavalos procedentes do Rio Grande do Sul. Essa cavallhada é destinada aos corpos montados que estão em operações no Setor de Leste.”<sup>284</sup>

Em um cenário de carências logísticas, as tropas federais utilizaram, por mais de uma vez, de itens de armamento e equipamento capturados dos paulistas. Uma reportagem do *Correio da Manhã*, na qual o capitão Amador Cysneiros descreveu o combate de Buri, mostra o aproveitamento de material apresado para suprir suas próprias tropas:

<sup>283</sup> MAIS caminhões requisitados pelo general Góis Monteiro. *Correio da Manhã*, n.11.533, Rio de Janeiro, 15 jul. 1932, p.3.

<sup>284</sup> CHEGARAM 101 cavalos comprados no Rio Grande do Sul. *Correio da Manhã*, n.11.559, Rio de Janeiro, 14 ago. 1932, p.1.

Fizemos 68 prisioneiros, além da apreensão de material bélico profuso, como metralhadoras leves e pesadas. Inclusive cerca de duzentos capacetes, com os quais se muniram nossos soldados, especialmente das brigadas pernambucana e gaúcha.<sup>285</sup>

Antevendo um conflito prolongado, o Governo Provisório, que não possuía um parque industrial de relevo à sua disposição, tratou de adquirir armamento e munição no exterior, particularmente nos Estados Unidos. Como forma de pressionar os paulistas, o *Correio da Manhã* tornou pública a aquisição de aviões de combate<sup>286</sup> e de um carregamento de material bélico, destinado às forças do general Waldomiro Lima que combatia o movimento no Setor Sul.<sup>287</sup>

O esforço de guerra empreendido pelos paulistas atingiu um significativo nível de organização e desenvolvimento para o então nascente parque industrial do estado. Tendo à frente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e contando com a participação da Associação Comercial, Escola Politécnica e Instituto de Engenharia, dentre outros, foi organizado todo um aparato técnico para a mobilização industrial<sup>288</sup>, em que máquinas foram adaptadas e armamentos e munições desenvolvidos, bem como organizados os estoques e a distribuição.

Um dos grandes entusiastas da mobilização, o presidente da FIESP Roberto Simonsen, também professor da Politécnica, criou junto com o comando da Força Pública o Departamento Central de Munições (DCM). Rapidamente, as indústrias colaboraram no engajamento de 740 engenheiros e 340 técnicos. *O Estado de S. Paulo*, sempre atento às informações de interesse do movimento, cobriu uma reunião entre Simonsen e o prefeito da capital paulista, dr. Godofredo da Silva Telles, na qual o industrial manifestou seu entusiasmo pela empreitada: “São Paulo graças aos seus estabelecimentos fabris poderia fabricar, com intensidade e perfeição, tudo quanto um exército em armas reclama [...]”.<sup>289</sup>

A Politécnica, por meio de seu Laboratório de Ensaio de Materiais, tornou-se um centro de produção de armamento e munição. Desde o início do conflito, Roberto Mange, passou a reproduzir máquinas da Fábrica Nacional de Munições do grupo Matarazzo, para

<sup>285</sup> COMO é descrita a batalha de Buri pelo capitão Cysneiros. *Correio da Manhã*, n.11.566, Rio de Janeiro, 23 ago. 1932, p.3.

<sup>286</sup> O DIA no Ministério da Guerra. *Correio da Manhã*, n.11.534, Rio de Janeiro, 16 jul. 1932, p.1.

<sup>287</sup> MATERIAL bélico para o sul. *Correio da Manhã*, n.11.565, Rio de Janeiro, 21 ago. 1932, p.3.

<sup>288</sup> De acordo com Quincy Wright, “em tempo de guerra ou ameaça de guerra, a indústria bélica e a produção de matérias-primas com aplicação militar são normalmente as primeiras atividades econômicas reguladas ou controladas pelo governo. Ver WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1988, p.13-14.

<sup>289</sup> MOBILIZAÇÃO industrial. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 jul. 1932, p.1.

instalá-las na Escola Politécnica e triplicar a produção. Chegou-se assim à marca da fabricação de 160.000 cartuchos por dia, elemento essencial para a resistência paulista.<sup>290</sup> Além de armamento leve e munições, a indústria paulista produziu granadas de mão, reparos de metralhadora, munição para canhões, lança-chamas, carros blindados e, até mesmo, um trem blindado, que operou na Frente Sul.

Mas, apesar dos esforços e das campanhas, os paulistas lutavam sozinhos e não puderam superar os recursos significativamente superiores reunidos pelo Governo Provisório para sufocar o movimento constitucionalista.

## 2.6 O COMBATE NAS PÁGINAS DOS JORNAIS – A PROPAGANDA DE GUERRA

A tecnologia disponível para a edição de jornais no princípio do século XX possibilitava a disseminação de informações de forma relativamente rápida e era capaz de alcançar um grande público, o que abriu espaço para a construção da propaganda. A partir da Guerra da Crimeia (1853-1856) e da Guerra Civil Americana (1861-1865), primeiros conflitos cobertos por jornalistas presencialmente nos campos de batalha, as autoridades começaram a tentar controlar o fluxo de informações durante todo o tempo de guerra, com o objetivo de assegurar o apoio da população.<sup>291</sup>

Nessa perspectiva, censura e propaganda caminham juntas nos jornais, porém em sentido contrário. Enquanto a primeira procura ocultar os fatos negativos ou prejudiciais, como derrotas, retiradas, prisioneiros, massacres, dentre outros, a segunda busca exaltar as conquistas, os sucessos, os avanços, as ações bem-sucedidas e as vitórias. Tais fatores crescem de importância quando se trata de guerras civis ou revoluções. Os jornais são publicados na mesma língua dos oponentes e de suas populações e a informação está mais ou menos disponível para circulação.

Como vimos, durante a guerra paulista, tanto *O Estado de S. Paulo* como o *Correio da Manhã* estiveram sujeitos aos órgãos censores, embora o chefe do órgão em São Paulo fosse o próprio editor do diário paulista, Plínio Barreto. Da mesma forma, ambos os periódicos fizeram uso da propaganda de guerra, cada qual ao seu modo, no intuito de manter o apoio da sociedade e o moral das tropas.

<sup>290</sup> MARANHÃO, Ricardo. São Paulo, 1932: tecnologia a serviço da revolução. *História Viva*, São Paulo, v.81, jul.2010.

<sup>291</sup> PADDOCK, Troy. *World War I and propaganda*. Boston: Brill, 2014, p.7.

Além de veicularem os manifestos iniciais buscando adesões e avocando lealdades, os jornais se constituíram em terreno fértil para defender posicionamentos e desqualificar o adversário. Nesse sentido, as páginas do *Correio da Manhã* e de *O Estado de S. Paulo* figuraram como verdadeiras trincheiras ideológicas onde o embate de vontades ocorreu ao longo de todo o movimento.

Nos primeiros dias da revolução, o periódico carioca apresentou sua visão sobre os acontecimentos em São Paulo, reduzindo-o a uma mera disputa política balizada por interesses escusos. Para o jornal,

[...] o movimento que alarmou a nação, mergulhando-a na desordem, parece não encontrar outra justificativa senão essa que lhe emprestam os políticos de ofício, isto é, a necessidade de se substituir homens de governo por outros homens que querem governar. Domina o facciosismo e prevalece o rancor. A cobiça se assanha.<sup>292</sup>

Na mesma linha de pensamento, para desqualificar os paulistas, o Clube 3 de Outubro, organização controlada pelos “tenentes”, fez publicar um comunicado denunciando o caráter reacionário do movimento e lembrando as iniquidades da Primeira República: “Eles visam a reconquista das posições de que o povo os arrancou [...]. Querem de novo a corrupção, a compra de consciências, a submissão das massas populares à sua vontade e aos seus apetites insaciáveis.”<sup>293</sup>

Em sentido contrário, *O Estado de S. Paulo* esforçou-se para defender o movimento paulista e contestar as críticas e a propaganda negativa veiculada pela imprensa do Rio de Janeiro. O jornal publicou, na íntegra, um pronunciamento feito à rádio Cruzeiro do Sul pelo dr. Jorge Americano, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo rebatendo as acusações do Governo Provisório: “[...] algumas palavras tendentes a desfazer, fora de São Paulo, as informações falsas espalhadas pelo governo federal sobre a situação do movimento constitucionalista [...]”<sup>294</sup> Uma das colocações da propaganda federal que mais aborrecia as lideranças paulistas era a de que o movimento tinha caráter separatista, ou, menos frequentemente, comunista: “Na linguagem da ditadura o movimento de S. Paulo ou é separatista, ou é comunista. [...] O perigo do comunismo, se existe, foi criado pela ditadura e seus comparsas.”<sup>295</sup>

<sup>292</sup> ACORDO e patriotismo. *Correio da Manhã*, n.11.531, Rio de Janeiro, 13 jul. 1932, p.4.

<sup>293</sup> COMUNICADO do Clube 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, n.11.537, Rio de Janeiro, 20 jul. 1932, p.4.

<sup>294</sup> AO POVO brasileiro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1932, p.1.

<sup>295</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 set. 1932, p.3.

Constantemente o diário paulista publicava editoriais rechaçando as notícias veiculadas na Capital Federal e defendendo a legitimidade do movimento, como este do início de agosto:

A ditadura adotou para sua propaganda o sistema de duchas alternadas. Depois das ameaças aterrorizantes de há dois dias, tivemos ontem uma pregação quase untuosa por via aérea. Tudo isso é inútil. Com duchas frias ou com duchas quentes, a ditadura não conseguirá alterar o ânimo do povo.<sup>296</sup>

Consoante com o binômio censura–propaganda, os jornais procuraram ocultar as falhas dos governos e tropas dos quais eram porta-vozes e deram grande destaque às ações negativas perpetradas pelos adversários, expondo suas fraquezas e revelando supostos crimes. Dessa forma, uma série de pautas negativas, sempre com foco nos oponentes, fizeram-se presentes nas páginas da imprensa.

Um documento redigido pelo general Góis Monteiro, comandante federal no Setor Leste, veio a público no *Correio da Manhã*, dando conta que “[...] revoltosos levantaram bandeira branca, para receber nossas tropas com rajadas de metralhadoras. Além deste procedimento, hostilizaram transporte de feridos por nossos padioleiros.”<sup>297</sup> Crítica semelhante foi feita em editorial por Plínio Barreto, procurando lançar para o outro lado o mau comportamento no campo de batalha: “Protestos veementes provocam [...] os ataques da aviação [federal] a comboios da Cruz Vermelha, proeza que ainda anteontem se observou nas imediações do rio Atibaia [...]”<sup>298</sup>

Ainda fazendo propaganda com base nas ações de combate, em agosto o *Correio da Manhã* trouxe a público duas notícias que se destacam pelo objetivo implícito de assinalar a fraqueza moral das forças constitucionalistas. Segundo o jornal, dois prisioneiros de guerra paulistas capturados no Setor Sul “declararam ter ouvido em Itapetininga que os elementos remanescentes do Batalhão Patriótico Floriano Peixoto se haviam revoltado contra o seu comandante [...] assassinando-o, por considerarem-no militarmente incapaz” (grifo nosso).<sup>299</sup>

Em 10 de agosto, o jornal noticiou o suicídio de um oficial constitucionalista em plena trincheira no Setor Leste, o capitão Odoljan Galvão, nos seguintes termos:

<sup>296</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 ago. 1932, p.5.

<sup>297</sup> ENTRE a bandeira branca e a metralha. *Correio da Manhã*, n.11.536, Rio de Janeiro, 19 jul. 1932, p.2.

<sup>298</sup> NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 1932, p.3.

<sup>299</sup> A HISTÓRIA de um motim no Batalhão Floriano Peixoto. *Correio da Manhã*, n.11.554, Rio de Janeiro, 9 ago. 1932, p.4.

A certa altura, o capitão Galvão [...] pronunciou em altas vozes, violentíssimo discurso contra os federais, que continuaram quietos, por perceberem que se tratava de uma alucinação. No auge do entusiasmo, mas já pronunciando orações sem nexos, o capitão Odoljan Galvão sacou um revólver e, levando-o ao ouvido, fez a arma detonar.<sup>300</sup>

Embora tivessem a intenção de destacar as mazelas do exército paulista, observa-se que a primeira notícia se baseou em boatos não confirmados (“declararam ter ouvido ...”) e a segunda não passou de uma tragédia pessoal, que ceifou a vida de um oficial atormentado, situações nada fora do comum em uma guerra de atrito.

Em setembro a aviação federal lançou uma série de ataques a bomba contra Campinas, provocando a morte de um menino e provocando a ira entre a sociedade paulista.<sup>301</sup> Refletindo a indignação coletiva, *O Estado de S. Paulo* manifestou a repulsa dos paulistas aos “inomináveis atos de selvageria da aviação ditatorial.”<sup>302</sup> Os jornais da semana em que ocorreram os bombardeios registraram os protestos de diversas entidades, com o Instituto da ordem dos Advogados de São Paulo, Associação Comercial, Federação dos Escoteiros, dentre outras.<sup>303</sup>

Em tempo de guerra, poucas coisas são mais desmoralizantes para o soldado do que ver ou ter notícia da captura e aprisionamento de seus companheiros. *O Correio da Manhã* esmerou-se em utilizar esse fator psicológico como propaganda, estampando, sempre em primeira página, notícias como: “Chegou ontem mais uma leva de prisioneiros”<sup>304</sup>, “chegaram do Paraná vários oficiais prisioneiros”<sup>305</sup>, ou, ainda, “comboiado por um navio de guerra, chegou ontem a esta capital o pacote ‘Campos’, trazendo setecentos prisioneiros feitos em Buri e Capela da Ribeira”.<sup>306</sup> Reforçando tal atitude, o jornal publicou na edição de 26 de agosto uma fotografia, também na capa, mostrando dezenas de prisioneiros de guerra paulistas em um campo de internamento em Ponta Grossa (Figura 11)

<sup>300</sup> O EXÉRCITO de Leste prosseguindo a ofensiva. *Correio da Manhã*, n.11.555, Rio de Janeiro, 10 ago. 1932, p.1.

<sup>301</sup> DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Recife: EDUFPE, 2013, p.172.

<sup>302</sup> OS INOMINÁVEIS atos de selvageria da aviação ditatorial. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 1932, p.1.

<sup>303</sup> O BOMBARDEIO de Campinas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 1932, p.1.

<sup>304</sup> CHEGOU ontem mais uma leva de prisioneiros. *Correio da Manhã*, n.11.551, Rio de Janeiro, 5 ago. 1932, p.1.

<sup>305</sup> CHEGARAM do Paraná vários oficiais prisioneiros. *Correio da Manhã*, n.11.557, Rio de Janeiro, 12 ago. 1932, p.1.

<sup>306</sup> COMBOIADO por um navio de guerra, chegou ontem a esta capital o pacote ‘Campos’, trazendo setecentos prisioneiros feitos em Buri e Capela da Ribeira *Correio da Manhã*, n.11.563, Rio de Janeiro, 19 ago. 1932, p.1.

Figura 11 – Prisioneiros de guerra paulistas em Ponta Grossa



Um grupo de prisioneiros paulistas no campo de concentração de Ponta Grossa, no Paraná

Fonte: *Correio da Manhã*, n.11.569, Rio de Janeiro, 26 ago. 1932, p.1

Na mesma medida em que os aspectos negativos da campanha deveriam ser ocultados ou atribuídos ao adversário, quando as operações corriam bem era necessário exaltar os feitos das tropas e, se possível, evidenciar atos de heroísmo e coragem. *O Estado de S. Paulo*, em diversas oportunidades, deu destaque às ações bem sucedidas e aos feitos de seus soldados, como “distinguiram-se especialmente nesse combate o Batalhão Borba Gato, que, então, recebeu o seu batismo de fogo”<sup>307</sup>, ou “acaba de regressar o trem blindado, depois de haver posto em fuga as tropas da ditadura [...] as trincheiras ficaram juncadas de cadáveres [...]”<sup>308</sup> No dia 7 de setembro, um comunicado do jornal exaltou uma ação coordenada por um dos mais destacados soldados paulistas, o major da FPSP Romão Gomes:

Somente em São José do Rio Pardo realizou-se uma brilhante operação de guerra dirigida pelo major Romão Gomes. Devido às manobras inteligentes, precisas e firmes, [...] as tropas ditatoriais foram postas em debandada, deixando no campo da luta quatro mortos e cinco feridos. Doze prisioneiros, 20 fuzis e 6.000 cartuchos.<sup>309</sup>

<sup>307</sup> COMUNICADO das 18 horas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 1932, p.1.

<sup>308</sup> BRILHANTE feito das forças constitucionais no setor de Eleutério. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 ago. 1932, p.1.

<sup>309</sup> COMUNICADO das 24 horas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 set. 1932, p.1.

No Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* também noticiava o que dava certo na campanha, celebrando os sucessos coletivos e individuais, como a ação da coluna do general João Francisco que, em terceira pessoa, relatou; “Tomamos primeiro a ponte sobre a estrada de rodagem, enquanto nossa cavalaria cortava a retirada do inimigo, que defendia a ponte da estrada de ferro. Até agora não tivemos mortos.”<sup>310</sup> Um feito individual um tanto inusitado e marcado pela coragem de um soldado comum, ocorrido nas proximidades de Silveiras, também mereceu destaque no noticiário:

O músico do 2º BI [batalhão de infantaria] da Brigada Gaúcha, Manoel Dias, quando como padioleiro colocava o cadáver de um companheiro na respectiva padiola, foi alvejado por uma metralhadora paulista. Procurando defender-se, fugiu inadvertidamente para o campo paulista. Quando compreendeu que estava em terreno adversário, ocultou-se num ribeiro, ficando somente com a cabeça de fora. Ali passou dois dias e conseguiu ontem regressar ao 2º BI, depois de fazer observações valiosas.<sup>311</sup>

A divulgação de feitos notáveis como este contribuía para a elevação do moral dos soldados em campanha, e o jornal carioca não perdeu a oportunidade para demonstrar o espírito de luta dos soldados federais: “[...] no setor de Uberaba, os soldados demonstraram fortaleza de ânimo [...] os soldados do 4º BI, atravessando o rio Grande, cantavam canções patrióticas indiferentes ao tiroteio do adversário.”<sup>312</sup>

O uso dos jornais como instrumentos de propaganda de guerra levou os editores e repórteres, muitas vezes a se utilizarem de eufemismos ou meias-verdades para cobrirem acontecimentos que eram desfavoráveis à sua causa, resultando em notícias dissociadas da realidade.

No dia 12 de setembro de 1932, as forças do Exército Leste, comandadas pelo general Góis Monteiro, ocuparam a cidade de Cruzeiro, importante posição paulista localizada no coração do Vale do Paraíba e que abria o caminho para a capital paulista. Enquanto o *Correio da Manhã* divulgou a notícia de forma direta – “Numa arrancada violenta, todas as forças combinadas ocuparam Lavrinhas, o Túnel da Mantiqueira e Cruzeiro.”<sup>313</sup> –, *O Estado de S. Paulo* precisou realizar um verdadeiro malabarismo jornalístico para ocultar a derrota cons-

<sup>310</sup> A AÇÃO da coluna João Francisco. *Correio da Manhã*, n.11.552, Rio de Janeiro, 6 ago. 1932, p.3.

<sup>311</sup> O GENERAL Góis Monteiro em inspeção aos setores mineiros. *Correio da Manhã*, n.11.568, Rio de Janeiro, 25 ago. 1932, p.1.

<sup>312</sup> O MORAL da tropa federal em Minas. *Correio da Manhã*, n.11.590, Rio de Janeiro, 20 set. 1932, p.4.

<sup>313</sup> O EXÉRCITO de Leste completou os seus anunciados sucessos da véspera. *Correio da Manhã*, n.11.585, Rio de Janeiro, 14 set. 1932, p.1.

tragedora de seus leitores. No dia 13, com a manchete de capa assinalada foi “Energia e bravura do soldado constitucionalista”<sup>314</sup>, a edição do diário nada publicou a respeito, silenciando sobre o fato. No dia seguinte, em um breve e discreto comunicado, o jornal disfarçou a derrota afirmando que “ontem, dia 12, no Setor do Vale do Paraíba, retraiu-se a linha de Pinheiros – Silveiras, para outra de menor extensão, próxima da anterior.”<sup>315</sup>

Outra oportunidade em que notícias contrastaram com a realidade se produziu na última semana da revolução, quando uma esquadrilha de três aviões constitucionalistas atacou, de surpresa, os navios da Divisão Naval que bloqueavam o porto de Santos. O cruzador *Rio Grande do Sul* abriu fogo contra as aeronaves e conseguiu abater uma delas, perdendo a vida o piloto e o observador.<sup>316</sup> No dia seguinte, o *Correio da Manhã*, após receber informações do Ministério da Marinha, publicou que “os meios de defesa da 1ª divisão [naval] [...] entraram incontinenti em ação abatendo logo um dos aparelhos que teve o motor atingido, caindo na água em chamas.”<sup>317</sup> *O Estado de S. Paulo* utilizou-se de uma meia-verdade, atribuindo a morte dos aviadores a um desastre aéreo: “pereceram num desastre os aviadores João Gomes Júnior e Mário Bittencourt.”<sup>318</sup>

O profundo engajamento do jornal *O Estado de S. Paulo* na propaganda de guerra pode ser mensurado pela análise das manchetes de primeira página, que, contrastando com a sobriedade dos títulos praticados pelo *Correio da Manhã* (invariavelmente “Os acontecimentos de São Paulo”), eram sempre redigidas de forma a engrandecer o exército constitucionalista e, sempre que possível, faziam referências à causa “da Lei” e “da liberdade”. Assim, mesmo quando, a partir do mês de agosto, o movimento começou a dar mostras inequívocas de fracasso, o jornal paulista estampava em sua primeira página manchetes como: “As hostes da ditadura estão em franca retirada no Paraná”<sup>319</sup>, “Em todas as frentes é excelente o ânimo dos soldados da lei”<sup>320</sup>, “Os soldados da lei e da liberdade ampliam e consolidam as posições conquistadas”<sup>321</sup> ou “O denodo dos soldados da lei anula os desesperados esforços dos ditatori-

<sup>314</sup> ENERGIA e bravura do soldado constitucionalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 1932, p.1.

<sup>315</sup> COMUNICADO das 24 horas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 1932, p.1.

<sup>316</sup> DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento ...*, p.177.

<sup>317</sup> A DIVISÃO naval atacada por aviões paulistas. *Correio da Manhã*, n.11.595, Rio de Janeiro, 25 set. 1932, p.3.

<sup>318</sup> A MORTE de dois heróis. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 set. 1932, p.1. O jornal publicou o nome do piloto, José Ângelo Gomes Ribeiro, incorretamente, provavelmente por tê-lo confundido com seu pai, general João Gomes, à época comandante da 1ª Região Militar no Rio de Janeiro.

<sup>319</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 ago. 1932, p.1

<sup>320</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 1932, p.1

<sup>321</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 1932, p.1

ais”<sup>322</sup>. Em setembro, quando a situação das forças constitucionalistas já se apresentava crítica, as manchetes evocativas continuaram distanciando-se cada vez mais da realidade dos campos de batalha: “Excelente situação das forças constitucionalistas”<sup>323</sup>, “É magnífica a situação militar do exército constitucionalista”<sup>324</sup>, ou “O exército da lei é uma barreira inexpugnável”.<sup>325</sup>

## 2.7 AS TRINCHEIRAS REPOUSAM - ARMISTÍCIO

No final do mês de setembro tiveram início as negociações para um cessar fogo. No dia 27, o coronel Herculano de Carvalho, comandante da FPSP, sem consultar as lideranças do movimento, assinou uma paz em separado com o Governo Provisório, e rendeu seus comandados em troca do compromisso de as tropas federais não penetrarem no município de São Paulo. Para os demais comandantes militares, como Klinger, Isidoro e Euclides Figueiredo, foi uma traição imperdoável.<sup>326</sup> Os ânimos exaltados não estavam preparados para cenários que não tivessem como desfecho uma vitória contra o regime de Getúlio Vargas.

Dois dias mais tarde, tropas legalistas conquistaram Amparo e tornaram iminente a queda do dispositivo defensivo paulista. Ainda assim, embora São Paulo estivesse com seus recursos militares exauridos e cercado por todos os lados, a edição de 29 de setembro do jornal paulista apresentava, ainda, uma manchete desafiadora: “O exército da lei mantém valentemente suas posições.”<sup>327</sup> Embora se sentisse traído pela FPSP, com o colapso da defesa paulista, compreendendo a inutilidade de prosseguir na luta e com graves deficiências logísticas, o general Bertholdo Klinger resolveu solicitar a Getúlio Vargas o fim das hostilidades. *O Estado de S. Paulo* publicou uma proclamação do governador constitucionalista Pedro de Toledo conclamando a população a manter a ordem:

[...] dirigimos a toda a população paulista um apelo, no sentido de confiar na atuação das autoridades civis e militares. Conservar-se-á o Governo do Esta-

<sup>322</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 ago. 1932, p.1

<sup>323</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 1932, p.1

<sup>324</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 1932, p.1

<sup>325</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 1932, p.1

<sup>326</sup> VILLA, Marco Antônio. 1932 ..., p.62.

<sup>327</sup> *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1932, p.1

do no seu posto até que, assinado o armistício, sejam feitas e encerradas as negociações para o restabelecimento da paz.<sup>328</sup>

A rendição formal deu-se na cidade de Cruzeiro em 2 de outubro ao General Góis Monteiro e, quatro dias mais tarde, o general Waldomiro Lima, comandante do Exército Sul, chegou à capital paulista e foi nomeado interventor no Estado de São Paulo, interinamente. Posteriormente, depois de várias articulações políticas, Vargas designou um “civil e paulista” para o cargo de interventor em São Paulo: Armando Salles de Oliveira, cunhado de Júlio de Mesquita Filho. Terminava a guerra civil de 1932.

Analisando em retrospecto, é possível verificar que os dois jornais objetos do presente estudo representaram grupos políticos específicos, participaram, cada qual a seu modo, da mobilização da sociedade e contribuíram com o esforço de guerra.

Embora fosse favorável a algumas ideias defendidas pelos paulistas, o *Correio da Manhã* fez de suas páginas uma trincheira do Governo Provisório. Mantendo basicamente sua estruturação de tempo de paz, continuou a veicular notícias internacionais, culturais e sociais, em paralelo com o noticiário de guerra que, frequentemente, consumia de três a cinco páginas. Com manchetes sóbrias, deu publicidade a ofícios, telegramas e outros documentos oficiais, e não trouxe muitos editoriais de opinião. O jornal não empreendeu campanhas de mobilização, tendo em vista que o Governo Provisório, em que pese suas carências, não as realizou.

Sob o aspecto estrutural e gráfico, a primeira página foi reservada às notícias do conflito, geralmente, ilustrada por fotografias. Mesmo submetido à censura e praticando a propaganda de guerra, na cobertura do conflito o *Correio da Manhã* contou com um enviado especial à frente de combate, que atuou junto ao Exército Leste do general Góis Monteiro. Suas reportagens aproximaram o combate dos leitores e apresentaram, em cores vivas, a crueza da guerra.

*O Estado de S. Paulo* ocupou a trincheira oposta durante a revolução. Como seus dirigentes, Júlio de Mesquita Filho e Plínio Barreto, estavam diretamente ligados ao movimento constitucionalista, o jornal se converteu em verdadeiro instrumento de motivação, propaganda e mobilização. Seu tamanho foi reduzido para 4-5 páginas em média, nas quais a prioridade de publicação era dada às campanhas de mobilização e à prestação de contas à sociedade paulista. Diversas cruzadas foram apoiadas pelo periódico e se converteram em colunas regulares, como a do “ouro para a vitória”, “capacete de aço”, “armas e munições”, “pão de guerra”,

---

<sup>328</sup> AO POVO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 set. 1932, p.1.

“milícia civil MMDC”, “correio militar”, entre outras, nas quais eram publicadas as listas de doadores e donativos. Com a proibição de circular no Rio de Janeiro e o conseqüente fechamento de sua sucursal naquela cidade, a coluna “notícias do Rio” foi descontinuada e, nas raras oportunidades em que foi produzida, dependeu de viajantes e informantes. Diariamente, nas páginas interiores, era publicado o editorial “notas e informações”, normalmente redigido pelo próprio chefe de redação Plínio Barreto, no qual era feita a defesa e a legitimação do movimento, além de ataques ao Governo Provisório e mobilização de segmentos da sociedade.

A atualização das notícias relativas às operações militares foi assegurada com a publicação de três comunicados diários (11, 18 e 21 horas), que resumiam, na primeira página, as ações de combate. Por entender que não deveria servir como fonte de informação valiosa para o inimigo, o periódico quase nunca divulgou dados sobre o movimento de tropas, no entanto, facilitado pelo censor do movimento ser seu próprio redator-chefe, praticou intensamente a propaganda de guerra e foi um dos responsáveis por São Paulo, mesmo isolado, ter resistido por três meses contra todo o aparato bélico do Governo Provisório.

Finda a guerra, os dois jornais entrariam em uma nova fase, na qual a memória da guerra iria ser construída em São Paulo e virtualmente esquecida em boa parte do país, tema que será discutido no próximo capítulo.

### CAPÍTULO 3

## AS TRINCHEIRAS QUE FALAM - AS MEMÓRIAS DA GUERRA

*“A história só nasce para uma época quando ela está inteiramente morta. Assim, o domínio da história é o passado, o presente convém à política e o futuro pertence a Deus.”*

J. Thiénot

Tão logo os canhões e metralhadoras silenciaram no final de setembro de 1932, uma outra guerra teve início, não tão sangrenta, mas de igual importância: a batalha pela memória do movimento armado. Se por um lado os paulistas procuraram exaltar as virtudes do conflito, associando-o à luta “pela Lei” e, mais tarde, à “defesa da democracia”, em sentido oposto Vargas buscou diminuir sua importância e relacionar o movimento de 1932 com uma rebelião estadual contra a União.

Neste terceiro capítulo a investigação busca analisar como os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* noticiaram o pós-guerra de 1932, desde o seu término até os dias atuais, demonstrando em que medida se constituíram como instrumentos de disputa pela memória. Também será objeto de estudo a maneira como as publicações n’*O Estado de S. Paulo* contribuíram para reforçar uma cultura política própria no estado, já existente antes do movimento, cujas características podem ser percebidas até hoje.

Nessa etapa da pesquisa, procuro estudar a memória da guerra de 1932, não me limitando unicamente às lembranças dos acontecimentos, mas analisando como a memória foi utilizada pelas lideranças políticas de São Paulo através das décadas, como uma forma de cristalizar uma identidade de grupo e fortalecer uma cultura política própria. Acerca desse uso memorial com caráter político, Angélica Müller destaca que o “[...] uso pragmático da memória não significa maquiavelismo ou oportunismo, mas está relacionado a um cenário de luta entre diferentes atores, que atribuem diferentes sentidos ao passado.”<sup>331</sup>

A identidade de grupo e a coesão em torno de uma “paulistanidade”, ou de uma “raça paulista” também serão objeto de estudo do capítulo, e procuro demonstrar como a memória

---

<sup>331</sup> MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar ...*, p.173.

sobre o movimento de 1932 foi elaborada no sentido de fortalecer um sentimento de pertencimento da sociedade paulista. A esse respeito, dialogando com os estudos de Maurice Halbwachs, Pollak ensina que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social.<sup>332</sup>

O estabelecimento da “Revolução Constitucionalista” como o grande mito na história contemporânea de São Paulo encontrou significativo apoio na produção memorialística e na difusão de imagens que se cristalizariam como verdade, sobretudo a nível estadual. Em 1981, um levantamento feito pelo historiador Holien Bezerra contabilizou que, nos cinco anos imediatamente após o término do movimento, ou seja, até 1937, haviam sido editadas mais de 150 obras abordando diferentes aspectos da guerra paulista. Somente no ano de 1932, mal silenciados os canhões e metralhadoras, 46 livros foram publicados, um volume incomum para os padrões editoriais brasileiros da época.<sup>334</sup> Em trabalho mais recente, Raimundo Hélio Lopes mapeou, até o ano de 1998, 272 livros referentes ao movimento de 1932, sendo a ampla maioria escrita por memorialistas e literatos. De acordo com Lopes, praticamente todas as obras foram escritas por pessoas que participaram do conflito, seja contra ou a favor da “causa paulista”.<sup>335</sup>

Além das obras memorialísticas, os jornais da Capital Federal e de São Paulo, em que pese a censura que o governo Vargas imprimiu, também deram sua contribuição para a disputa pela memória do movimento de 1932, em um processo que atravessou as décadas.

Para analisar o amplo recorte temporal, que se estende desde o armistício de setembro de 1932 até os dias de hoje, sigo um percurso metodológico centrado nos periódicos selecionados como objeto da pesquisa nos cinco anos imediatamente após o término do movimento (1933-1937) e nos decênios subsequentes (1942, 1952, 1962, e assim por diante), além de algumas datas significativas, como o jubileu de prata da guerra civil e a instituição do feriado de 9 de julho. Com o suporte dos filtros disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, busco notícias relacionadas com algumas palavras/expressões-chave, tais como “Revolução de 1932”, “Revolução Constitucionalista”, “soldado paulista”, “mausoléu”, “guerra paulista”, dentre outras, com o propósito de caracterizar como a guerra civil paulista foi percebida com o passar do tempo e como ocorreu a construção e/ou a disputa pela memória.

---

<sup>332</sup> Ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006; e POLLAK, Michael. *Memória e identidade social. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

<sup>334</sup> Ver BEZERRA, Holien. *Artimanhas da dominação*. 1981. 296 f. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1981.

<sup>335</sup> LOPES, Raimundo Hélio. *Os batalhões provisórios ...*, p.13.

Ainda segundo essa perspectiva metodológica, recorro aos dados levantados nos arquivos para compor o *corpus* documental analítico da pesquisa, que divido em: culto aos mortos, locais de memória e a memória convocada, com base nos pressupostos teóricos estabelecidos por Paul Ricoeur.<sup>336</sup>

No que tange ao culto aos mortos, estudo as peregrinações cívicas aos cemitérios, a construção de mausoléus, o traslado de corpos, a constituição de um imaginário acerca dos homens que tombaram na guerra paulista, e a caracterização simbólica do combatente-herói, elevado à condição de mártir e mito.

Na seção que trata dos locais de memória, analiso a constituição de espaços que fortalecem a memória do movimento de 1932, destacadamente envolvendo a nomeação de logradouros, monumentos, museus que fazem referência à guerra civil paulista. O processo de construção do obelisco do Ibirapuera, na capital paulista, é objeto de análise sobre como essa obra de grande porte se constituiu no principal mausoléu, para o qual foram trasladados muitos dos restos mortais de soldados paulistas que tombaram no conflito. Embora metodologicamente seja analisado *per se*, a questão dos locais de memória possui ligação estrita com o estudo do culto aos mortos e a agenda de comemorações a eles associada.

Finalmente, neste capítulo final da pesquisa analiso, a partir dos estudos de Paul Ricoeur o resultado do embate entre memória e esquecimento. Se por um lado em São Paulo foi instituída uma memória bastante robusta, valorizando o movimento de 1932, nos demais estados predomina um apagamento da mesma. Discuto a instituição, em 2002, do 9 de Julho como data magna do Estado de São Paulo, a apropriação de tradições ligadas ao movimento pela Polícia Militar e outras iniciativas, eventos e referências à guerra 1932 a nível estadual. Também é objeto dessa parte do trabalho a análise do peso do movimento de 1932 na constituição de uma cultura política paulista.

Por abrangerem um período histórico de profundas modificações políticas e rupturas institucionais, é oportuno contextualizar e estabelecer algumas características acerca dos decênios considerados metodologicamente pela pesquisa e do posicionamento político dos jornais estudados.

Os cinco anos que sucederam a guerra de 1932 foram marcados pelo retorno ao ordenamento constitucional e pela efervescência política, que culminou com um autogolpe de estado perpetrado por Getúlio Vargas. Encerrado o conflito, Vargas não aplicou sanções severas aos líderes do movimento, que, ao invés da prisão, foram exilados em Portugal e na Ar-

---

<sup>336</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento* ..., p.72.

gentina.<sup>338</sup> Figuravam entre os exilados os principais jornalistas e diretores do jornal *O Estado de S. Paulo*, dentre os quais Júlio Mesquita Filho, Francisco Mesquita, Antônio Mendonça e Paulo Duarte. Apesar da supressão de sua cúpula, *O Estado de S. Paulo* continuou a ser publicado.<sup>339</sup>

Em 1º de fevereiro de 1933, o general Waldomiro Lima, que havia ocupado militarmente a capital paulista, foi nomeado interventor federal no estado, sendo substituído no cargo, apenas dois meses mais tarde, pelo general Manuel Daltro Filho. Mas, apesar da derrota militar, os paulistas obtiveram relevantes ganhos políticos, e, em agosto desse mesmo ano, São Paulo passou a ter um interventor civil e paulista, Armando Salles de Oliveira, cunhado de Júlio de Mesquita Filho, como desejava a elite política do estado.<sup>340</sup>

Em maio de 1934 Vargas, procurando contemporizar e assegurar a governabilidade, concedeu anistia a todos os participantes do movimento de 1932. Os cerca de 500 militares expulsos do exército foram reintegrados nos respectivos postos e centenas de funcionários públicos civis foram aproveitados nos cargos que ocupavam.<sup>341</sup> No dia 16 de julho de 1934 foi promulgada a nova Constituição, e, no dia seguinte, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente, pelos constituintes, Presidente da República.<sup>342</sup>

Ao longo das décadas que sucederam a guerra civil, tanto *O Estado de S. Paulo*, quanto o *Correio da Manhã* foram impactados pelo cenário político nacional, ora alinhando-se com o governo, ora se colocando no campo oposicionista. Tais posicionamentos, naturalmente, influenciaram na forma como os dois jornais fizeram circular o noticiário sobre o movimento de 1932. O contexto político e o alinhamento dos dois periódicos nos anos trabalhados na pesquisa, a partir da concessão da anistia aos revoltosos, foi resumido no Anexo I.<sup>343</sup>

Delimitados e contextualizados os diferentes períodos e decênios considerados como recorte para a pesquisa, bem como o posicionamento e alinhamento político dos dois periódicos

<sup>338</sup> DONATO, Hernani. *A revolução de 1932 ...*, p.172.

<sup>339</sup> LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. *O Estado de São Paulo (verbete) ...*, p.9.

<sup>340</sup> PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.24.

<sup>341</sup> BRASIL. *Decreto nº 24.297, de 28 de Maio de 1934: Concede anistia aos participantes do movimento revolucionário de 1932 e dá outras providências*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24297-28-maio-1934-507572-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 19 out. 2017.

<sup>342</sup> PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930 ..., p.28.

<sup>343</sup> Metodologicamente, em razão da extinção do *Correio da Manhã* em 1974, a partir do decênio assinalado em 1982, a pesquisa prosseguirá tendo como objeto apenas o jornal *O Estado de S. Paulo*.

cos em cada um deles, é possível passar ao primeiro objeto de análise selecionado: o culto aos caídos em combate.

### 3.1 OS MORTOS DAS TRINCHEIRAS – CULTO, TRANSLADO E MÁRTIRES

A guerra de 1932 foi um dos maiores conflitos armados internos já ocorridos no Brasil, e, como tal, provocou um elevado número de baixas. Enquanto os paulistas contabilizaram, oficialmente, cerca de 630 mortos<sup>381</sup>, a dispersão das zonas de combate, os grandes efetivos de voluntários e as deficiências no controle de pessoal sugerem que esse quantitativo pode ter sido ainda mais elevado. Do lado federal, até hoje não foi divulgada nenhuma estatística oficial sobre o número de mortos e feridos, contudo, o capitão William Sackville, adido militar dos Estados Unidos no Brasil, que teve a oportunidade de percorrer os campos de batalha entre 12 e 22 de outubro de 1932, estimou as baixas entre as forças do Governo Provisório em 1.050 mortos e 3.800 feridos.<sup>382</sup>

Embora o Governo Provisório não optasse por reverenciar os soldados federais tomados na guerra de 1932 de maneira destacada, sequer divulgando as estatísticas do conflito, São Paulo não tardou em honrar seus mortos, fazendo, por meio do culto cívico e da personificação de seus “heróis”, uso político do sacrifício. Os jornais objetos da pesquisa, cada qual à sua maneira, deram cobertura a essas formas de culto e, particularmente *O Estado de S. Paulo*, contribuíram para a celebração cívica dos mortos, pelo menos do lado paulista.

Em sua obra clássica que relaciona o homem com a morte, Philippe Ariès assinala que os primeiros soldados a serem homenageados com um túmulo comemorativo foram os mortos nas guerras revolucionárias da França, homenagem que incluía monumento, cemitério e capela expiatória.<sup>384</sup> Mas foi somente no princípio do século XX, após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que o culto cívico aos caídos em combate foi sistematizado. Em 1920, em face da impossibilidade prática de transladar todos os corpos de seus soldados

<sup>381</sup> BIAJONE (2016, p.925), contabiliza em 629 paulistas mortos durante a guerra de 1932, incluindo soldados, voluntários e civis.

<sup>382</sup> Relatório do adido militar dos EUA no Brasil, Capitão William Sackville, de 26 de outubro de 1932, citado por McCANN, Frank. *Soldados da pátria ...*, p.422. Tomando um referencial comparativo, o número de perdas fatais do Brasil na Campanha da Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, foi de 454 militares do Exército e 5 pilotos da Força Aérea Brasileira. Levando-se em consideração o efetivo enviado pelo Brasil para a Península Itálica – cerca de 25 mil soldados –, a letalidade do armamento e a duração da participação brasileira no conflito mundial, verifica-se que a guerra paulista produziu um número de mortes consideravelmente superior.

<sup>384</sup> ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p.595-599.

mortos na Europa Continental para suas ilhas, a Grã-Bretanha adotou uma solução que seria seguida por outros países que se enfrentaram no conflito e em outros que o sucederam. De acordo com a historiadora Adriane Piovezan, em seu estudo recentemente publicado sobre a morte na guerra, o Governo britânico “ao escolher as cinzas de um soldado desconhecido dentre os seus mais de 10.000 mortos não identificados e levá-lo para a Catedral de Westminster, forneceu as bases para o culto ao soldado desconhecido em escala mundial.”<sup>385</sup>

A martirização dos mortos por São Paulo na guerra de 1932 confunde-se com a própria gênese do movimento, remontando ao sacrifício dos jovens MMDC por ocasião das manifestações de 23 de fevereiro. Elevados à condição de primeiros mártires da causa paulista, findos os combates, às homenagens aos quatro manifestantes em São Paulo, seguiu-se o culto aos mortos e combate e, posteriormente, com o passar das décadas, a todos os que se bateram pela causa paulista, conforme iam falecendo. Conforme observa Angélica Müller, acerca do uso político dos mártires de uma causa, eles passam a “[...] ser lembrados como figuras que deram suas vidas em nome de uma causa, o que, nessas condições, serviria de componente na construção da identidade e reorganização do movimento, além da importância para a resistência contra o regime.”<sup>386</sup> Embora se refira a outro contexto histórico (a resistência do movimento estudantil contra o regime militar entre 1969 e 1979), tal caracterização aplica-se perfeitamente ao caso paulista, na medida em que a categoria de mártires, atribuída dos mortos paulistas, foi utilizada como instrumento de legitimação e de fortalecimento do ideário do movimento.

Nesse sentido, imediatamente após o fim da guerra e com a anistia política concedida por Getúlio Vargas às lideranças do movimento, começaram a ser realizadas homenagens, peregrinações a cemitérios, construção de mausoléus e monumentos, traslado de restos mortais; ao mesmo tempo em que São Paulo dava início ao processo de martirização e construção de seus “heróis”, fatos que não passaram despercebidos à imprensa.

As manifestações de caráter religioso se constituíam em oportunidade para cultuar os mortos e fortalecer a identidade do movimento. Foi o que aconteceu em 1934, no 2º aniversário do 9 de julho, quando alguns líderes anistiados e recentemente vindos do exílio mandaram celebrar uma missa na capital paulista, que foi prestigiada por próceres da política do estado, demonstrando uma clara intenção de manter vivos o ideário da causa paulista. De seu correspondente em São Paulo, o *Correio da Manhã* assim percebeu o evento:

---

<sup>385</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra: a sociedade diante da morte em combate*. Curitiba: CRV, 2017, p.208.

<sup>386</sup> MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar ...*, p.187.

SÃO PAULO - Foram ontem nesta capital prestadas expressivas homenagens à memória dos que tombaram na Revolução de São Paulo. No altar-mor da igreja de São Francisco de Paula, celebrada pelo padre Arthur Costa, rezou-se [...] a missa encomendada pelos oficiais ultimamente anistiados, encontrando-se o templo repleto de famílias, militares e figuras da política paulista.<sup>387</sup>

Piovezan observa que “na utilização política dos monumentos fúnebres, determinados aspectos podem ser enfatizados nos mesmos. A grande quantidade de placas comemorativas homenageando os mortos franceses em diversas guerras em Paris é impressionante”. A autora ressalta como a morte é instrumentalizada para dar mais dramaticidade ao evento histórico e trazer a ideia de um voluntarismo pela causa, com a recorrência da inscrição “Mort pour la France”, ou seja, morto pela França.<sup>388</sup> De forma análoga, os soldados paulistas tombados no campo de batalha passaram a ser tratados como “mortos por São Paulo”, reforçando a legitimidade do movimento e renovando o comprometimento da população do estado.

Os primeiros monumentos fúnebres honrando os mortos em São Paulo começaram a ser erigidos assim que cessaram as hostilidades, surgindo em cemitérios e logradouros públicos. Em paralelo a essas ações, também teve início, em diversos pontos do estado, o trabalho para transferir os restos mortais de soldados que haviam morrido e sido sepultados em locais distante de suas cidades de origem, como ocorreu em São Bernardo, menos de um ano após o fim da guerra e foi registrado por matéria de *O Estado de S. Paulo*:

Por iniciativa da Federação de Voluntários em São Bernardo e com o concurso dos antigos combatentes da Revolução Constitucionalista, ali residentes, organizou-se naquele município uma comissão, a fim de promover a trasladação dos corpos dos diversos voluntários, mortos em combate e que se acham inumados fora de seu torrão natal.<sup>389</sup>

Em Sorocaba, importante cidade do interior paulista, um monumento em forma de obelisco foi idealizado e erigido para homenagear aqueles que, “com grande ideal”, deram suas vidas se batendo pela “causa da Lei” e de São Paulo. O jornal da família Mesquita assim reportou a construção do monumento fúnebre:

<sup>387</sup> AS COMEMORAÇÕES realizadas em São Paulo. *Correio da Manhã*, n.12.153, Rio de Janeiro, 10 jul. 1934, p.4.

<sup>388</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra ...*, p.210.

<sup>389</sup> VOLUNTÁRIOS de S. Bernardo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 nov. 1933, p.8.

Será levantado na Praça da Catedral um obelisco em lembrança dos voluntários sorocabanos que pereceram durante a revolução constitucionalista de 32. O dr. Diogo Moreira Sales, promotor público desta comarca, tem recebido informações sobre aqueles que daqui partiram em defesa do grande ideal e não mais voltaram, pois os nomes de todos esses partidos serão incluídos na legenda do obelisco.<sup>390</sup> (grifo nosso)

O *Correio da Manhã* também atentou para a construção de pequenos mausoléus no interior paulista, ainda que em notas muito reduzidas, geralmente inseridas em espaços longe das principais manchetes. A continuidade de Vargas no poder e o alinhamento político do periódico, oscilando entre o apoio ao novo governo constitucional e a oposição, recomendavam uma cobertura discreta. Entre julho e agosto de 1935, o jornal publicou diminutas notas tratando da inauguração de monumentos funerários em cidades do interior do Estado de São Paulo:

Realizou-se, esta manhã, na Faculdade de Medicina, a inauguração do monumento aos estudantes mortos na Revolução de 1932. Estiveram presentes os corpos discente e docente e altas autoridades civis e militares.<sup>391</sup>

Na capital paulista, por sua vez, quando o movimento completou três anos, foram inaugurados dois mausoléus com características especiais, pois homenageavam o comandante da FPSP e outro oficial, mortos em 23 de julho de 1932, não em combate, mas em um acidente que ocorreu durante uma demonstração de um morteiro fabricado no estado. *O Estado de S. Paulo* registrou o evento e destacou a presença de autoridades civis e militares:

Com a presença de altas autoridades civis e militares, realizou-se domingo, no cemitério São Paulo, a cerimônia de inauguração dos mausoléus ali construídos em homenagem à memória do general Júlio Marcondes Salgado, que, como comandante da Força Pública do Estado, morreu durante o movimento constitucionalista de 1932, e do valoroso oficial da milícia estadual, major José Marcelino da Fonseca, cuja vida se extinguiu em virtude do mesmo desastre que vitimou seu grande chefe.<sup>392</sup>

---

<sup>390</sup> SOROCABA - Obelisco. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 set. 1935, p.6.

<sup>391</sup> INAUGURADO o monumento dos acadêmicos mortos na Revolução Paulista. *Correio da Manhã*, n.12.493, Rio de Janeiro, 11 ago. 1934, p.7.

<sup>392</sup> HOMENAGEM a dois heróis constitucionalistas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1935, p.4.

O próprio título atribuído à matéria – “Homenagem a dois heróis constitucionalistas” – deixa clara a intenção da publicação, evidenciando o “heroísmo” dos militares em questão ao morrerem em prol da “causa constitucionalista”, mesmo que não tivessem perdido suas vidas em combate ou em razão de atos de bravura pessoal.<sup>393</sup>

Na comemoração do 9 de julho ocorrida em 1937, às vésperas do autogolpe promovido por Getúlio Vargas que deu origem ao Estado Novo, o *Correio da Manhã* publicou uma matéria registrando uma grande operação de traslado de mais de uma centena de urnas funerárias, de diversos locais no interior do estado para a capital paulista. Ainda que muitos desses homens fossem naturais dos municípios onde estavam sepultados, tal movimento representava um esforço para centralizar os mortos de 1932 em um único local, valorizando e fortalecendo a memória do movimento.

Comemorando a data de 9 de julho, o Centro Paulista realizará [...] uma sessão cívica [...]. Juntamente com a Comissão 9 de Julho de São Paulo, o Centro fará transportar mais de cem urnas contendo os ossos dos soldados mortos na Revolução Constitucionalista, em Queluz, Cruzeiro, Pinheiros, Túnel, Areias, Silveiras, Guaratinguetá e Vila Queimada, a fim de serem inumados no Túmulo do Soldado Paulista na capital do Estado.<sup>398</sup>

O culto cívico aos mortos paulistas prosseguiu e, a cada aniversário da guerra de 1932, novas romarias e cerimônias eram organizadas para homenagear os tombados em combate, como registrou o *Correio da Manhã* na década de 1940, mais uma vez assinalando o apoio da sociedade e de autoridades paulistas:

Como tem acontecido todos os anos, realizou-se, na manhã de hoje, a romaria ao cemitério de São Paulo, em homenagem à memória dos mortos do movimento revolucionário de 1932. [...] Estiveram ainda presentes a essas homenagens [...] [autoridades], delegações de associações acadêmicas e instituições cívicas e grande número de figuras representativas da sociedade paulista.<sup>399</sup>

---

<sup>393</sup> Cf a *Edição digital comemorativa dos oitenta anos de Cruzes paulistas* (2016, p.196), o governador Pedro de Toledo resolveu, por meio do decreto nº 5.602, de 23 de julho de 1932, promover o coronel Júlio Marcondes Salgado, comandante da FPSP, ao posto de general-de-brigada, considerando "que encontrou a morte no dia de hoje, quando cuidava de dar às forças do exército constitucionalista novos meios de eficiência e de garantia da vitória da nobre causa por São Paulo abraçada". O decreto aludido criava, na Força Pública, o posto de general, até então inexistente. O capitão Marcelino, morto na mesma ocasião, também foi promovido, *post mortem*, ao posto de major.

<sup>398</sup> CENTRO paulista. *Correio da Manhã*, n.13.085, Rio de Janeiro, 8 jul. 1937, p.14.

<sup>399</sup> HOMENAGEM à memória dos mortos na Revolução de 1932. *Correio da Manhã*, n.14.319, Rio de Janeiro, 10 jul. 1941, p.3.

Como se verificou durante a guerra de 1932, em suas reportagens o *Correio da Manhã* se absteve de emitir críticas ou juízo de valor sobre o movimento, noticiando os eventos relacionados ao tema em espaços interiores, nunca preenchendo as manchetes de primeira página. Enquanto isso, em sentido inverso, *O Estado de S. Paulo* praticava um ativismo procurando destacar as virtudes do movimento, inclusive recorrendo às notícias em sua página de abertura.

A construção de pequenos mausoléus em cemitérios diversos, em que pese o esforço realizado para centralizar os mortos da guerra na capital paulista, não se mostraram suficientes para as lideranças do estado simpatizantes e remanescentes do movimento de 1932. A partir de 1933, um grupo de paulistas ilustres passou a estudar a forma de erguer um monumento de grandes proporções, para onde poderiam transladar os restos mortais dos “heróis da revolução constitucionalista”. O monumento, cuja construção se iniciou em 1947, foi erguido junto ao Parque do Ibirapuera, sendo inaugurado oficialmente em 1955 e tendo sua conclusão definitiva ocorrida em 9 de julho de 1970.<sup>400</sup> A ideia de retirar o mausoléu do cemitério para uma área mais nobre e com maior fluxo de pessoas ia ao encontro de uma tendência contemporânea, verificada em diferentes países do mundo, com o objetivo de valorizar o sacrifício individual em prol da coletividade. Conforme observa Adriane Piovezan, “a tentativa de fornecer maior visibilidade a tais monumentos foi constante ao longo do século XX. Alguns desses jazigos cívico-comemorativos foram transferidos do espaço cemiterial para praças ou parques em que se procurava destacar estes elementos”.<sup>401</sup>

A comissão responsável pela construção do mausoléu no Parque do Ibirapuera pretendia inaugurá-lo em 1954, nas comemorações do 4º centenário da cidade de São Paulo, mas a carência de recursos e as paralisações frequentes nas obras não permitiram o cumprimento desse prazo.<sup>402</sup> Apesar desses óbices, mesmo estando incompleto, a partir de 1955 os restos mortais dos mortos da guerra civil de 1932 começaram a ser trasladados para o mausoléu do Ibirapuera, principiando pelos manifestantes MMDC mortos em 23 de fevereiro e por Paulo

---

<sup>400</sup> BIAJONE, Jefferson et al (orgs.). *Edição comemorativa dos oitenta anos de Cruzes paulistas...*, p.84-86. O processo de idealização e construção desse importante monumento será analisado detalhadamente mais adiante, no item 3.2, que trata dos espaços de memória.

<sup>401</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra ...*, p.17.

<sup>402</sup> BIAJONE, Jefferson et al (orgs.). *Edição comemorativa dos oitenta anos de Cruzes paulistas...*, p.85.

Virgínio<sup>403</sup>, também elevado à condição de mártir e símbolo da ferocidade do Governo Vargas contra a “causa paulista”.

Em 1957, data em que se comemorava o 25º aniversário do movimento de 1932, *O Estado de S. Paulo* publicou uma reportagem sobre a exumação e o traslado para o mausoléu do Ibirapuera dos “restos dos heróis da Revolução”, nos seguintes termos:

As solenidades marcadas para domingo, em comemoração ao transcurso do jubileu de prata da Revolução de 32 foram iniciadas, às 8 horas, no cemitério São Paulo, com a exumação dos restos mortais do general Marcondes Salgado, promovida pela Sociedade Veteranos de 32-MMDC. [...] No cemitério da Consolação, foram depois exumados os despojos do embaixador Pedro de Toledo, presidente do estado de São Paulo durante o movimento constitucionalista.<sup>404</sup>

É possível observar que, mesmo não tendo perdido a vida diretamente em decorrência da guerra civil, o embaixador Pedro de Toledo, governador em 1932, morto em julho de 1935, teve seus restos mortais também transferidos para o mausoléu constitucionalista, evidenciando um movimento no sentido de ali sepultar não apenas os que tombaram em combate, mas todos aqueles que tomaram parte no movimento e que, pelo curso natural da vida, faleceram em anos posteriores. Foi o que ocorreu com os corpos do coronel Palimércio de Resende, chefe do estado-maior do Setor Norte, e do major Adherbal de Oliveira, aviador, mortos, respectivamente, em 1939 e 1937, trasladados para o Ibirapuera em 1957. É interessante observar que, como os dois militares faleceram depois da anistia de 1934, seus restos mortais estavam sepultados em cemitérios do Rio de Janeiro, suas cidades de origem. O evento foi coberto pelo *Correio da Manhã*, que também revelou o planejamento para traslados futuros para o local, embora o quantitativo de 2.000 seja extremamente superestimado:

[...] os festejos principiarão no dia 3 de julho. Com a exumação dos despojos do Cel. Palimércio de Resende, que integrou o Estado-Maior do Setor Norte do combate, e Ten. Adherbal de Oliveira.<sup>405</sup> O primeiro se encontra no cemi-

<sup>403</sup> Cf MONTENEGRO, Benedicto; WEISSOHN, Alberto Aguiar (orgs.). *Cruzes paulistas...*, p.740, Paulo Gonçalves dos Santos, mais conhecido como Paulo Virgínio, foi um agricultor brasileiro que tornou-se notório como mártir paulista na guerra de 1932, ao ser morto pelas tropas de Getúlio Vargas na cidade de Cunha, após ser capturado por fuzileiros navais. Torturado com a finalidade de fornecer informações sobre a posição das forças paulistas, recusou, sendo obrigado a cavar a própria sepultura e executado. Em sua homenagem, a rodovia que liga Guaratinguetá a Cunha (SP-171) recebeu o seu nome: Rodovia Paulo Virgínio.

<sup>404</sup> EXUMADOS os restos dos heróis da Revolução. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1957, p.25.

<sup>405</sup> Embora o jornal tenha publicado o posto de Adherbal de Oliveira como tenente, quando de sua morte em 1934 em um acidente aéreo o aviador era major. Cf DARÓZ (2013), por ocasião da guerra de 1932 o capitão Adherbal desertou da Escola de Aviação Militar levando para São Paulo uma aeronave Nieuport-Delage NiD-72,

tério de São João Batista, e o segundo no de São Francisco, ambos no Rio de Janeiro. [...] além dos dez heróis cujos restos mortais já se encontram descansando no Monumento-Mausoléu do Parque do Ibirapuera, há cerca de dois mil que, anualmente, de 5 em 5, serão trasladados para aquele local, por ocasião das comemorações de 9 de julho.<sup>406</sup>

Além do culto aos “heróis” em torno da causa paulista com um caráter mais abrangente, a FPSP também procurou construir uma memória institucional específica em torno de seus mortos e de seus mártires, mais uma vez centralizando a atenção no general Marcondes Salgado, o comandante da força morto no acidente com armamento no primeiro mês do movimento. No final da década de 1950, em uma diminuta nota na página 21, o *Correio da Manhã* publicou a seguinte notícia:

SÃO PAULO, 22 – O Cel. Arrisson de Souza Ferraz, comandante geral da Força Pública, organizou um programa de homenagem aos componentes da corporação tombados por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932. [...] 10 horas – romaria ao Mausoléu do Ibirapuera, onde será colocada uma coroa de flores no túmulo do general Júlio Marcondes Salgado, simbolizando a homenagem da corporação a esse soldado paulista e seus companheiros que ali dormem o último sono.<sup>407</sup>

O distanciamento da guerra civil paulista e o passar das décadas não arrefeceram a construção de uma memória em torno dos mártires paulistas do movimento, permitindo o surgimento de “heróis” decorridos mais de setenta anos do fim da guerra paulista. Foi o caso do cadete Ruytemberg Rocha, aluno do curso de formação de oficiais da FPSP pertencente ao Batalhão de Voluntários Marcílio Franco, morto nas proximidades de Buri em 27 de julho de 1932 ao receber um tiro na cabeça. Em 2009, com a incorporação da memória do movimento de 1932 pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP)<sup>408</sup>, foi criado, na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, o Núcleo Cadete PM Ruytemberg Rocha, buscando “imortalizar a imagem de tão nobre e singular combatente da Força Pública Paulista, durante a Epo-

---

a mais moderna em serviço na aviação do Exército Brasileiro. Durante o conflito voou e cumpriu diversas missões aéreas no 1º Grupo de Aviação de Caça constitucionalista, unidade apelidada de “Gaviões de Penacho”.

<sup>406</sup> COMEMORAÇÕES do 9 de julho em São Paulo. *Correio da Manhã*, n.19.707, Rio de Janeiro, 25 jun. 1957, p.4.

<sup>407</sup> HOMENAGEM aos mortos na Revolução de 32. *Correio da Manhã*, n.20.344, Rio de Janeiro, 23 jul. 1959, p.21.

<sup>408</sup> A Polícia Militar do Estado de São Paulo foi criada em 9 de abril de 1970, por meio da unificação da FPSP e da Guarda Civil de São Paulo. Disponível em <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>>. Acesso em 14 dez. 2017.

peia Cívica de 1932”<sup>409</sup>, contribuindo para a mobilização e reforço de uma memória institucional no estabelecimento de ensino onde são formados os oficiais de carreira da PMESP, herdeira das tradições e da memória da FPSP. *O Estado de S. Paulo* registrou a inauguração de uma estátua de bronze na cidade de Buri, oitenta anos após a guerra paulista de 1932, homenageando o mais recente mártir do movimento, com a observação de que o evento reuniu expressiva parcela da população da cidade:

Uma estátua de bronze do cadete Ruytemberg Rocha, herói da Revolução de 32, já brilha ao sol no Largo da estação, centro de Buri, a 257 km de São Paulo. [...] A inauguração do monumento e de uma placa alusiva reuniu cerca de 3 mil pessoas e parou a cidade.<sup>411</sup>

Na construção da memória pós-guerra civil de 1932, verifica-se que, desde o início, as lideranças do movimento procuraram conferir à morte e ao luto a característica de martírio, não para conferir aos combatentes caídos em combate um lugar no céu, mas assegurar aos “heróis” um lugar na história, um martírio secularizado. A própria morte violenta dos manifestantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, em 23 de maio de 1932, foi usada convenientemente pelas lideranças políticas para eliminar as diferenças e divisões existentes em São Paulo e para amalgamar as bases do movimento constitucionalista.

Em sentido contrário, é possível observar que entre os vencedores no campo de batalha, as tropas federais do Governo Provisório, não houve celebrações cívicas para homenagear os mortos, e não foram construídos mausoléus ou memoriais fúnebres, ainda que muitos soldados também tivessem perdido a vida. Tal ausência pode ser interpretada como uma determinação do Governo Vargas de minimizar o movimento contestatório ocorrido em São Paulo, menosprezando-o e legando-o ao esquecimento. Naturalmente, nos anos posteriores ao conflito, nem *O Estado de S. Paulo*, nem o *Correio da Manhã* trazem qualquer referência sobre homenagens aos soldados federais falecidos em 1932.

A construção de uma memória própria em São Paulo, calcada no movimento e no ideário de 1932 não se limitou apenas ao culto cívico aos mortos, convertidos em mártires e heróis, mas também se estendeu à institucionalização e regularização de lugares e locais que fazem referência à guerra paulista e a seus líderes, que serão objeto de análise a seguir.

<sup>409</sup> ARAÚJO FILHO, José Gomes. *Cadete Ruytemberg Rocha*. Disponível em <http://voluntariosdepiracicaba.blogspot.fr/2013/09/o-cadete-constitucionalista-ruytemberg.html> Acesso em 4 dez. 2017.

<sup>411</sup> TOMAZELA, José Maria. Buri inaugura estátua de bronze em homenagem a soldado morto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2012, p.6.

### 3.2 AS TRINCHEIRAS SE ESTABELECEM – OS ESPAÇOS DE REMEMORAÇÃO

Na década de 1980, o historiador francês Pierre Nora estabeleceu uma discussão acerca dos lugares de memória, físicos ou simbólicos, construídos a partir de determinados interesses de grupos ou projetos. Para ele, os lugares de memória “nascem e vivem no sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações [...], porque as operações não são naturais.”<sup>412</sup> No caso da guerra paulista, tais lugares são marcados por nomeação de logradouros, monumentos, mausoléus e outras estruturas simbólicas.

A prática de nomear ruas, quase sempre identificada como atividade menos nobre do legislativo municipal, é atividade mais importante do que se costuma supor. Um olhar atento permite verificar que esse processo é caracterizado pelo esforço de convocação de uma memória de personagens e fatos da história nacional ou local.

Regimes revolucionários tendem a rebatizar vias e logradouros públicos fazendo referência aos personagens e fatos então instituídos. De igual forma, é possível verificar procedimento semelhante quando ocorrem reviravoltas históricas. Conforme observa Reginaldo Benedito Dias, em Paris, cidade antiga na qual a história é marcada por rupturas e restaurações, a atual Place de la Concorde teve, ao longo dos anos, diferentes nomes. Quando de sua criação, no século XVIII, era Place Louis XV; no período jacobino, palco das execuções pela guilhotina, tornou-se Place de la Revolution. Em 1795, sob as ordens dos girondinos, converteu-se em Place de la Concorde, mas voltou a ser Place Louis XV em 1814. Mais duas alterações se somaram à denominação da praça – Place Louis XVI em 1823 e Place de la Charte em 1830 – antes que Louis Philippe, visando à concórdia nacional, promovesse o retorno da denominação que perdura até hoje.<sup>413</sup>

Em cidades de grande porte e com expressiva bagagem histórica, como São Paulo, é fácil encontrar ruas antigas que mudaram de nome duas ou três vezes.<sup>414</sup> Assim como ocorreu com a praça parisiense, em diferentes cidades paulistas e, em particular, na capital do estado, depois de 1932 diversos logradouros – ruas, avenidas e praças – foram renomeados fazendo referência a eventos e/ou personalidades proeminentes da “revolução constitucionalista”, com

<sup>412</sup> NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares..., p.13.

<sup>413</sup> DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá e a memória histórica. *História e Ensino*, Londrina, v.6, p.103-120, out. 2000, p.104-105.

<sup>414</sup> PORTO, Antônio Rodrigues. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.

o objetivo de estabelecer e regularizar uma memória própria acerca do movimento. Os jornais, objetos da presente pesquisa, contribuíram para dar publicidade a essas alterações.

Apenas dois anos após o fim dos combates, utilizando um título sugestivo – “Ecos do 9 de julho” –, o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou as primeiras iniciativas do poder público nesse sentido, ocorridas em São Vicente:

Comemorando a passagem do segundo aniversário do movimento constitucionalista, o prefeito municipal mandou dar a algumas ruas das vilas Mello e Catiopan, os nomes de diversos voluntários desta cidade que tombaram por ocasião da revolução de 32, em defesa dos ideais de S. Paulo.<sup>415</sup> (grifo nosso)

Cabe ressaltar que em plena vigência do governo Getúlio Vargas, poucos dias após a promulgação da nova Constituição, o poder público de um importante município, com tal ato administrativo, empenhava-se em um esforço para dar visibilidade ao movimento e perpetuar o ideário do movimento de 1932 (“em defesa dos ideais de S. Paulo”).

Na capital paulista, os marcos do movimento de 1932 foram perenizados em logradouros localizados na região central da cidade, em locais valorizados e de grande visibilidade, seja pela renomeação de ruas já existentes, ou pela atribuição de nomes a novos empreendimentos públicos. Este foi o caso da Avenida 9 de Julho, cujo nome homenageia a data da eclosão da guerra paulista. Seu projeto data da década de 1920, na gestão do prefeito Pires do Rio, que pretendia que esta corresse no meio de um parque desde o vale do Anhangabaú até a Avenida Paulista. Entretanto, as obras não foram iniciadas durante seu mandato, e somente no princípio da década de 1940 ocorreu a inauguração da avenida, bem no centro da cidade. Assim o *Correio da Manhã* noticiou o evento:

Amanhã, dia da fundação de São Paulo, o prefeito Prestes Maia comemorará essa efeméride inaugurando a grande radial que liga o centro da cidade ao bairro Jardim América – a Avenida 9 de Julho – e os seus dois grandes túneis, que atravessam o planalto da Avenida Paulista.<sup>417</sup>

Na matéria acima pode-se observar alguns elementos simbólicos significativos. Além de ser uma via de grande porte e estar postada no coração da cidade, a avenida possuía dois túneis bastante modernos para a época, indicando um caráter “futurista” ou “visionário” para

<sup>415</sup> SÃO Vicente – ecos do 9 de julho. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 jul. 1934, p.6.

<sup>417</sup> O DIA da fundação de São Paulo. *Correio da Manhã*, n.13.872, Rio de Janeiro, 25 jan. 1940, p.2.

o 9 de julho. Também há a associação do movimento de 1932 à própria história da cidade de São Paulo, na medida em que a data de inauguração da avenida foi cuidadosamente agendada para a ocasião das comemorações pela fundação da capital.

Um logradouro que teve seu nome alterado por conta da guerra civil de 1932 foi a Avenida 23 de Maio, em referência à data em que morreram os manifestantes MMDC, elevados à condição de mártires do movimento. O projeto da avenida remonta ao ano de 1937, como Avenida Itororó, mais tarde alterado para Avenida Anhangabaú, como ligação entre o centro da cidade e o aeroporto de Congonhas, mas sua construção se deu aos poucos, e ela só foi inaugurada em 1969. Em 1954 teve seu nome alterado para Avenida 23 de Maio, durante o mandato do prefeito Jânio Quadros. O texto da lei ordinária que atribuiu o nome ao logradouro não deixa dúvidas acerca da homenagem ao movimento:

Art. 1º – Fica denominada 23 de Maio a Avenida que parte da Praça das Bandeiras pelo vale situado entre os subdistritos de Bela Vista e da Liberdade e Vila Mariana, em direção ao Bairro do Paraíso e seus prolongamentos, atualmente denominada Anhangabaú (ex-Itororó).

Art. 2º – As placas de nomenclatura conterão os seguintes dizeres: Avenida 23 de Maio (Epopeia Constitucionalista) 1932<sup>418</sup>. (grifo nosso)

A terminologia com caráter ufanista (“epopeia constitucionalista”) utilizada para justificar a nova nomenclatura da via, e o fato de a avenida ser uma das maiores e mais movimentadas de São Paulo indicam a intenção de cristalizar uma memória acerca de 1932, utilizando, para isso, um espaço público de grande visibilidade.

Assim como as grandes avenidas da capital paulista, existem outras ruas 9 de Julho e 23 de Maio em diversas cidades do interior do estado. O mesmo ocorre com o nome Pedro de Toledo (o governador de São Paulo durante a guerra civil de 1932 e falecido em 1935), que batiza uma avenida na capital, além de logradouros em Marília, Bauru, Campinas, Itaquaquecetuba, Guaratinguetá, dentre outras localidades. O governador também dá seu nome a um pequeno município<sup>420</sup> no litoral sul paulista.<sup>421</sup>

<sup>418</sup> Lei Ordinária nº 4.473, de 22 de maio de 1954. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1954/447/4473/lei-ordinaria-n-4473-1954-denomina-23-de-maio-a-atual-avenida-anhangabau-antiga-itororo-1954-05-22.html>> Acesso em 14 dez. 2017.

<sup>420</sup> De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no último censo realizado (2010), o município de Pedro de Toledo possui uma população de 10.204 pessoas. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pedro-de-toledo/panorama>> Acesso em 15 dez. 2017.

<sup>421</sup> De acordo com portal SP Cidades, “em 1912, a Estrada de Ferro Sorocabana [...] construiu uma estação que recebeu o nome de Parada Carvalho, [...] que depois foi chamada de Parada Vasconcelos[...]. Mais tarde, devido à existência de grande quantidade de alecrim nessa região, a estação mudou seu nome para Parada Alecrim. Esse povoado que havia se desenvolvido em torno da estação foi elevado a distrito no município de Iguape com o

Da mesma forma que não se promoveu o culto cívico aos mortos entre as forças do Governo Provisório, existem muito poucos registros de logradouros em cidades fora do estado de São Paulo que tenham sido nomeados ou renomeados em função da guerra civil de 1932. Embora sejam facilmente encontradas ruas, avenidas, estradas e obras de engenharia nomeadas como Getúlio Vargas, Dutra, Góis Monteiro, Eduardo Gomes e Juscelino Kubitschek, por exemplo, estes não foram atribuídos em função do combate ao movimento paulista, mas em função da participação e da projeção de tais personalidades em outros momentos da história política brasileira.

Outro passo importante para a elaboração de uma memória institucional relacionada com 1932 foi dado pela FPSP em 1955, quando resolveu homenagear o movimento paulista dando o nome de 9 de Julho a uma de suas unidades. A escolha recaiu sobre o Regimento de Cavalaria, que desempenhou importante papel no primeiro dia da guerra civil, invadindo o Destacamento de Aviação do Exército existente no Campo de Marte e capturando quatro aeronaves de combate.<sup>422</sup> Dessa forma, por intermédio do Decreto nº 25.089, de 7 de novembro de 1955, a unidade de cavalaria da FPSP passou a denominar-se Regimento 9 de Julho, “em homenagem à data do início da Revolução Constitucionalista de 1932”.<sup>423</sup> A escolha do regimento também teve um importante valor simbólico, pois tratava-se de uma das unidades mais antigas e tradicionais da FPSP – sua história praticamente se confunde com a da própria Força<sup>424</sup> – e nela fez praticamente toda sua carreira e foi seu comandante o coronel Júlio Marcondes Salgado, morto em 1932 e elevado à condição de “herói” do movimento.<sup>425</sup> Embora

---

nome de Alecrim, em 13 de dezembro de 1929, dedicando-se basicamente à agricultura, especialmente ao cultivo da banana. Em 20 de setembro de 1937, o distrito teve seu nome alterado para Pedro de Toledo, e, em 30 de novembro de 1938, foi transferido para o município de Prainha, atual Miracatu. Em 24 de dezembro de 1948, Pedro de Toledo adquiriu autonomia política e tornou-se município.” Disponível em <<http://spcidades.com.br/cidade.asp?codigo=396>> Acesso em 15 dez. 2017.

<sup>422</sup> DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento...*, p.122-123.

<sup>423</sup> Decreto nº 25.089, de 7 de novembro de 1955. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-25089-07.11.1955.html>> Acesso em 15 dez. 2017.

<sup>424</sup> De acordo com o resumo histórico do regimento, “A 15 de Dezembro de 1831, reunia-se em sessão ordinária o Conselho do Governo da Província de São Paulo, sob a Presidência do brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar e demais membros, quando foi apresentado um documento cuja origem era da Capital Federal da época, Rio de Janeiro, que autorizava o seu Governo a criar um Corpo de Guardas Municipais voluntários, a pé e a cavalo, bem como propor os vencimentos. O brigadeiro propôs então a criação de uma companhia de infantaria com um efetivo de 100 praças e oficiais e uma Seção de cavalaria com 30 soldados, esta, comandada por um tenente. Somente em 1º de Março de 1832 o Conselho reuniu-se novamente e o Brigadeiro executou a incumbência que lhe fora confiada. A organização da Seção de Cavalaria ficou concluída apenas no dia 05 de Julho de 1832”. Disponível em <<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/rpmont/origem.html>> Acesso em 15 dez. 2017.

<sup>425</sup> O coronel Júlio Marcondes Salgado, morto acidentalmente em 1932 quando comandava a FPSP, ingressou nas fileiras da instituição em 1907, como soldado, no então Corpo de Cavalaria. Ao longo de sua carreira, serviu diversas vezes na Cavalaria e, antes de ascender ao cargo de comandante-geral da FPSP, comandou o regimento

significativa e relevante, a atribuição de tal denominação histórica ao regimento não foi percebida de imediato pelos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, não sendo noticiado nada a respeito em 1955. Somente alguns anos mais tarde, os jornais passaram a se referir à unidade como Regimento 9 de Julho, em reportagens que tratavam de suas atividades de rotina.<sup>426</sup>

Ao associar indelevelmente a história de uma de suas unidades mais antigas ao papel desempenhado na guerra paulista, a FPSP procurou reforçar sua memória institucional, vinculando-a aos valores decantados pelo movimento de 1932. Mais recentemente, no início do século corrente, o destacamento do Regimento 9 de Julho existente na Academia de Polícia Militar do Barro Branco adotou um uniforme histórico representativo dos combatentes de 1932 para solenidades e desfiles (Figura 12). A introdução dessa indumentária, ampliando o fardamento histórico original do regimento, que remonta à sua criação no século XIX, acrescenta novos elementos simbólicos à cultura política paulista – o capacete de aço e o uniforme cáqui – e reafirma a associação da PMESP, herdeira das tradições da FPSP, com a memória de 1932.

Figura 12 – Cavalaria do Regimento 9 de Julho da PMESP com uniforme histórico que remete ao movimento de 1932. Um novo elemento simbólico agregado à cultura política paulista.



Fonte: Portal Alô Tatuapé. Disponível em <<http://alotatuape.com.br/acsp-ciee-e-barro-branco-homenageiam-32/>> Acesso em 15 dez. 2017.

---

no período entre 14 de junho de 1926 e 2 de dezembro de 1930. Disponível em <<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/rpmont/origem.html>> Acesso em 15 dez. 2017.

<sup>426</sup> Ver POLÍCIA montada. *Correio da Manhã*, n.20.062, Rio de Janeiro, 21 ago. 1958, p.4; e DESFILE dos voluntários. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1957, p.26.

Mas não foram apenas as modificações de nomes de logradouros públicos e as referências institucionais na FPSP que atuaram no sentido de reforçar uma memória paulista centrada no movimento de 1932. Pouco tempo depois do fim da guerra, começaram a ser construídos monumentos nas mais diversas cidades do Estado de São Paulo para homenagear os combatentes e ratificar os valores da causa paulista. Devido ao elevado número de monumentos e por razões metodológicas, analisarei apenas dois exemplos desse movimento realizado no sentido de eternizar o legado de 1932 nas cidades paulistas.

No município de Bragança Paulista, mal encerradas as hostilidades, o Dr. José de Aguiar Leme teve a ideia de homenagear os voluntários de 1932 através de um monumento. Reunindo-se em sua residência com muitos dos combatentes, na ocasião foi decidido o modo de se angariar os donativos. Após formada uma comissão, ficou decidido que o monumento seria erigido em uma das principais praças da cidade, conforme registrou *O Estado de S. Paulo*: “Está definitivamente resolvido que o monumento aos voluntários bragantinos, mortos na revolução de 32, será levantado na Praça Jacyntho Domingues, nesta cidade.”<sup>428</sup> Com efeito, o monumento foi construído com um pedestal de granito, tendo em frente, o brasão do estado de São Paulo e, logo acima, a seguinte legenda: “Bragança a seus heroes”. Um grupo composto de duas figuras, a maior, um homem másculo, representando a “Força”, que amparava um voluntário tombado pela fuzilaria inimiga. Nas faces laterais, dois baixos relevos, um representando o combate no Túnel, o campo sagrado, e, outro, a partida para o “front”, ambos com as respectivas datas.<sup>429</sup> A representação contida no monumento exalta os valores paulistas de 1932: a força do voluntariado em prol da causa, e o sacrifício do soldado tombado no campo da luta. É interessante observar que a própria praça Jacyntho Domingues, onde foi instalado o monumento, teve seu nome modificado, mais tarde, para Praça 9 de Julho.

Outro exemplo de monumento em homenagem aos combatentes de 1932 foi construído em Campinas, para homenagear os voluntários oriundos da cidade. Erguido no cemitério da Saudade como um mausoléu, o “Monumento aos heróis de 32” foi inaugurado em 1935 para abrigar os restos mortais de 16 campineiros mortos no conflito, bem como para homenagear o expressivo contingente da cidade que tomou parte nos combates da guerra civil. O *Correio da Manhã* acompanhou sua inauguração com uma reportagem:

---

<sup>428</sup> BRAGANÇA – Monumento aos voluntários. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jul. 1934, p.2.

<sup>429</sup> ZORZETE, Francisco. *Homenagem aos voluntários da Revolução Constitucionalista de 1932*. Disponível em <[http://www.mubevirtual.com.br/pt\\_br?Dados&area=ver&id=44](http://www.mubevirtual.com.br/pt_br?Dados&area=ver&id=44)> Acesso em 15 dez. 2017.

Informações de Campinas, Santos e outras cidades do interior adiantam que decorreram com grande brilho as comemorações de 9 de julho. Nas duas cidades indicadas realizaram-se imponentes desfiles de ex-combatentes. Em Campinas inaugurou-se o mausoléu erguido à memória dos 16 filhos daquela cidade que morreram durante a revolução.<sup>430</sup>

Elaborado com uma escultura em tamanho real de um soldado paulista, com fuzil na mão e olhando para o horizonte em postura vigilante, e com as cores estilizadas da bandeira do estado, o monumento estampa um poema de autoria de Guilherme de Almeida, um dos maiores expoentes culturais do movimento, ressaltando o valor do sacrifício dos voluntários pela causa de São Paulo no sentido de fortalecer a memória da guerra:

Não é túmulo, é berço, é sementeira  
De ideal, baliza do futuro, pista  
Rastro de heróis na terra campineira  
Sobre eles, cor a cor, lista por lista  
Eternizou seu voo essa bandeira  
Petrificou-se o pavilhão paulista  
Bandeirantes: por vós, nesta jazida  
Velam as pedras, que esta morte é vida.<sup>431</sup>

Apesar dessas homenagens e da criação de logradouros e monumentos na capital paulista e nas mais diferentes cidades do estado, ainda durante o conflito alguns grupos vislumbraram a necessidade da criação de um lugar de rememoração de grande visibilidade e simbolismo, que pudesse se constituir no local de memória em essência do movimento de 1932.

No mês de setembro, quando os canhões e metralhadoras ainda disparavam, *O Estado de S. Paulo* publicou correspondência de um grupo católico para o arcebispo metropolitano d. Duarte Leopoldo e Silva, sugerindo a construção de um grande monumento em homenagem a São Paulo (o apóstolo), mas associando a obra aos combatentes paulistas:

O povo católico paulista desejando ardentemente nesta hora grandiosa demonstrar, de forma indescritível, a sua fé inabalável e imorredoura gratidão ao Santo Apóstolo que deu nome a esta terra e o que foi até hoje o seu guia e inspirador na paz como será sempre seu guia e defensor na guerra. [...] seja erigido no coração da cidade, no largo da Sé, em frente à Catedral, um mo-

<sup>430</sup> NO INTERIOR paulista. *Correio da Manhã*, n.12.465, Rio de Janeiro, 10 jul. 1935, p.5.

<sup>431</sup> COSTA, Maria Teresa. Restauro renova monumento da Revolução de 32. *Correio Popular*, Campinas, 25 mar. 2014, p.1.

numento inteiramente de granito paulista, em cuja base será perpetrada por alegorias a gloriosa memória dos que deram a vida pela lei [...]<sup>432</sup> (grifos nossos)

Embora a intenção declarada fosse homenagear o apóstolo Paulo, o texto remete ao auxílio e inspiração dele na “defesa” durante a guerra, reforçando o discurso de que São Paulo combatia para se defender de uma agressão do Governo Provisório. Além disso, o projeto inicial do monumento promovia uma sacralização do movimento, associando a santidade de Paulo aos paulistas “que deram a vida pela lei”, classificando os mortos por São Paulo segundo a categorização elaborada por Peter Brown, de que “os santos são mortos muito especiais”.<sup>434</sup>

O monumento a São Paulo na Praça da Sé não prosperou, mas após um longo processo que durou várias décadas e que contou com o auxílio do jornal *O Estado de S. Paulo* para angariar fundos, foi erguido junto ao Parque do Ibirapuera um imenso obelisco sobre mausoléu, considerado o mais importante local de perpetuação da memória “constitucionalista” e que se configura como parte da função social da memória, em que o principal desafio é estabelecer sentimentos de pertencimento e continuidade.<sup>435</sup> Adriane Piovezan observa um fato interessante a respeito do monumento, pois trata-se, no país, do “único construído para celebrar a memória do perdedor. Ainda que os revoltosos perdessem, sua derrota foi considerada gloriosa.”<sup>436</sup>

Um olhar sobre o processo de construção do grande monumento e o simbolismo nele encerrado permite compreender como foi utilizado para estabelecer e eternizar uma memória regional do movimento de 1932, bem como perceber o papel de incentivo e acompanhamento exercido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ainda ocupando a trincheira em favor da causa paulista, materializada pelos elementos da cultura política de superioridade do estado. O *Correio da Manhã*, sempre atento ao que ocorria em São Paulo, também publicou diversas reportagens a respeito da construção do monumento ao longo dos anos.

Em 1933 reuniu-se, por iniciativa da Sociedade de Veteranos de 32, um grupo de personalidades, para estudar a forma de se levantar um monumento/mausoléu, agora sem cunho religioso, mas dedicado a homenagear os paulistas que tombaram na guerra civil. So-

<sup>432</sup> UM GRANDIOSO monumento a São Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1932, p.1.

<sup>434</sup> Cf BROWN, Peter. *The cult of the saints: Its rise and functions in Latin Christianity*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981, cap.4.

<sup>435</sup> PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra ...*, p.6.

<sup>436</sup> Ibid. *Morrer na guerra ...*, p.217.

mente em 1935 foi nomeada uma comissão executiva para deflagrar uma campanha para a abertura de um concurso, baseado em condições formuladas por um grupo de arquitetos, engenheiros e artistas plásticos, que julgariam os trabalhos apresentados. Concomitantemente, com a abertura do concurso, foi também iniciada uma subscrição pública para a construção do monumento. Mesmo sob o governo Vargas, em junho desse ano o jornal de Júlio Mesquita Filho publicou uma diminuta nota, em meio à programação das peças em cartaz nos teatros paulistas, divulgando a campanha de arrecadação de recursos:

A comissão incumbida de angariar fundos para a construção do monumento ao soldado paulista recomeçou a sua atividade, intensificando esforços a fim de encerrar a campanha no próximo dia 7 de julho. A comissão já conseguiu angariar a quantia de 30 contos.<sup>437</sup>

Da mesma forma como realizou campanhas de mobilização de pessoal e material durante a guerra, nesse mesmo ano o jornal lançou a coluna “Pela glória do soldado constitucionalista”<sup>438</sup>, para angariar fundos para a construção do mausoléu.

No ano de 1934, o governo de São Paulo contribuiu com 500 mil cruzeiros, verba incluída na Constituição do estado, de 1935, o que também foi observado pela imprensa, desta feita pelo *Correio da Manhã*: “A Constituição que será promulgada amanhã consigna [...] que o governo estadual deverá concorrer com 500:000\$000 na subscrição aberta em prol do mausoléu para o soldado paulista”.<sup>439</sup>

*O Estado de S. Paulo* prosseguiu, ao longo do ano de 1935, realizando campanhas de arrecadação, recorrendo ao sentimento de “paulistanidade” e ao espírito cívico da sociedade:

Depois de terminada a tarefa, depois de finda esta missão paulistanamente nobre, quando se fizer a relação final dos contribuintes, veremos que houve um milhão de homens de São Paulo que concorreram, cada qual como pôde para que os Bandeirantes de 32, magníficos seguidores da rota de seus antepassados, tivessem sua esplêndida aula de civismo [...].<sup>440</sup> (grifos nossos)

Como fizera antes e durante a guerra, o jornal recorria ao legado simbólico dos Bandeirantes para arrecadar fundos, reforçando elementos da cultura política paulista, embora os

<sup>437</sup> O PROJETADO monumento ao soldado paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1935, p.9.

<sup>438</sup> Ver PELA glória do soldado constitucionalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 1935, p.7, e outras edições.

<sup>439</sup> UMA HOMENAGEM aos mortos na Revolução. *Correio da Manhã*, n.12.464, Rio de Janeiro, 9 jul. 1935, p.2.

<sup>440</sup> PELA glória do soldado constitucionalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 jul. 1935, p.6.

números dos engajados na campanha se mostrassem provavelmente exagerados (“um milhão de homens de São Paulo”).

Tantas foram as dificuldades surgidas na campanha que a comissão encarregada de promover e superintender a construção se viu obrigada a encerrar suas atividades, sendo os fundos coletados depositados em banco. Contudo, em 17 de março de 1937, foi aprovado o projeto sob a legenda “32”, do arquiteto Mario Edgard Pucci – responsável pela parte técnica – e do escultor italiano Galileo Emendabili, pela concepção artística. O poeta Guilherme de Almeida escreveu a maior partes das legendas a serem inscritas no projeto do obelisco.<sup>442</sup>

Devido a entraves políticos e financeiros a construção do monumento só teve início em 1950, com a assinatura do contrato entre o escultor Emendabili e a Fundação Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 32. O contrato previa o início dos trabalhos para 1951 e término em 1954, com inauguração nas comemorações do quarto centenário da cidade. No entanto, isso não ocorreu, embora nesse ano tivessem sido trasladado para lá os restos mortais<sup>443</sup> de Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo e Paulo Virgínio.<sup>445</sup> Mesmo incompleto, o monumento foi “inaugurado” parcialmente no dia 9 de julho de 1955.<sup>446</sup>

Em 1962, decorridos trinta anos da guerra civil, o *Correio da Manhã* noticiou uma audiência ocorrida entre a comissão de construção do monumento, já convertida em fundação, com o governador do Estado de São Paulo, na qual apresentaram uma expectativa de inauguração, que também não pôde se concretizar devido às dificuldades financeiras e técnicas:

O governador Carvalho Pinto recebeu em audiência, nos Campos Elíseos, a diretoria da Fundação do Monumento-Mausoléu ao Soldado Paulista de 32. Na oportunidade, os visitantes expressaram ao chefe do executivo a situação atual das obras, que esperavam concluir até 9 de julho do corrente ano, quando se pretende comemorar condignamente a data no 30º aniversário da Revolução.<sup>447</sup>

Somente em 1970, já com diversos restos mortais de combatentes de 1932 transferidos para ele e vinte e três anos após o início das obras, o monumento/mausoléu foi concluído

<sup>442</sup> MELO, Rosiane Maria. MMDC Obelisco. *MMDC Leste*. Disponível em <<http://www.mmdcleste.com.br/site/curiosidades/mmdc-obelisco>> Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>443</sup> O traslado dos restos mortais dos manifestantes MMDC e dos demais soldados paulistas tombados na guerra civil de 1932 já foi analisado no item 3.2 da presente pesquisa.

<sup>445</sup> BIAJONE, Jefferson et all (orgs.). *Edição comemorativa dos oitenta anos de Cruzes paulistas...*, p.85.

<sup>446</sup> MELO, Rosiane Maria. MMDC Obelisco. *MMDC Leste*. Disponível em <<http://www.mmdcleste.com.br/site/curiosidades/mmdc-obelisco>> Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>447</sup> MAUSOLÉU ao soldado paulista de 32. *Correio da Manhã*, n.21.145, Rio de Janeiro, 2 mar. 1962, p.5.

e inaugurado definitivamente.<sup>448</sup> Em 9 de julho de 1991, a direção do monumento passou para a guarda perpétua da PMESP<sup>449</sup>, reforçando o movimento de apropriação da memória de 1932 pela milícia estadual como uma memória institucional própria.

Em razão da deterioração provocada pelo passar dos anos e pelas intempéries, o monumento permaneceu fechado para visitação por doze anos, e precisou passar por extensa reforma. Por ocasião do 80º aniversário do movimento, em 2012, *O Estado de S. Paulo*, sempre atento à valorização da memória de 1932, registrou a expectativa pela reabertura do monumento: “A expectativa de reabertura do Obelisco do Ibirapuera, fechado à visitação pública há uma década, marcou ontem os atos que relembrou os 80 anos da Revolução Constitucionalista de 1932.”<sup>450</sup> Após a reforma, o monumento foi reaberto à visitação pública em 9 de dezembro de 2014, situação na qual permanece até hoje. Nessa fase pós-restauração, o monumento conta com uma guarda permanente da PMESP, sedia solenidades comemorativas e recebe visitas guiadas (Figura 13), voltadas a estudantes e ao público em geral.

Figura 13 – Cartaz com anúncio de visita guiada ao Obelisco do Ibirapuera.



Fonte: Sociedade Veteranos de 32-MMDC. Disponível em <<http://mmdcjundiai.blogspot.fr/2014/12/obelisco-do-ibirapuera-reabre-apos-12.html>> Acesso em 19 dez. 2017.

<sup>448</sup> MELO, Rosiane Maria. MMDC Obelisco. *MMDC Leste*. Disponível em <<http://www.mmdcleste.com.br/site/curiosidades/mmhc-obelisco>> Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>449</sup> BIAJONE, Jefferson et all (Orgs.). *Edição comemorativa dos oitenta anos de Cruzes paulistas...*, p.88.

<sup>450</sup> ÁLVARES, Débora. Reforma reabre o obelisco em 2014. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2012, p.6.

Os estudos dos diversos elementos simbólicos constitutivos do monumento evidenciam o cuidadoso trabalho realizado por seus projetistas no sentido de estabelecer um local de memória e cristalizar uma memória cívica que valorizasse o ideário e os valores representativos da cultura política paulista e do movimento de 1932.

O monumento ocupa uma área de 1.932 m<sup>2</sup> de entorno em memória ao ano do movimento, em forma de coração, cuja base corresponde à parte frontal do monumento, Avenida Pedro Álvares Cabral, e o ápice está apontado para a Avenida 23 de Maio, um dos logradouros nomeados em homenagem à “Revolução Constitucionalista”. Da praça em forma de coração, surge, como uma espada, o obelisco, cravado no “coração da mãe terra paulista”, onde se encontram os combatentes mortos. A entrada no mausoléu é feita por duas de suas quatro faces, cada qual voltada para cada um dos pontos cardeais – Norte, Sul, Leste e Oeste – a simbolizar os quatrocentos anos de São Paulo, com altos relevos figurativos da vida de São Paulo e do esforço de guerra que empreendeu.

Seu interior possui forma de cruz, onde são encontrados painéis feitos com pastilhas de mosaico veneziano que representam o nascimento, o sacrifício e a ressurreição de Jesus. O monumento abriga também uma cripta, no centro da qual existe uma imagem do “herói jacente”, uma escultura que representa um combatente caído por São Paulo.

Galileo Emendabili dimensionou sua obra em torno do número 9, data do início do conflito. São 9 os degraus que conduzem ao acesso à cripta. O obelisco mede 72 metros de altura ( $7+2=9$ ). Do fundo da cripta até seu ponto mais alto, o monumento tem 81 metros ( $8+1=9$ ). A raiz quadrada da medida da altura do Monumento – 81 metros – resulta 9. A diferença das alturas  $81-72$  metros é igual a 9. A base quadrangular maior, situada junto ao solo, mede 9 metros em cada um dos lados. A largura da cripta em cruz, medindo-se o braço menor, possui 32 metros. Observando-se da frente, o obelisco apresenta 32 projetis em mármore, ligados entre si por barras circulares de bronze, a figurar a coesão. Tem-se assim, a relação numérica  $32/09/07$  – de Nove de Julho de 1932, data de início da guerra.<sup>452</sup>

O monumento possui inscrições acompanhadas de ícones em suas quatro faces, dentre as quais destaca-se o poema de autoria de Guilherme de Almeida, feito em homenagem aos combatentes de 1932 e com forte apelo ao sacrifício e ao ideário paulista:

---

<sup>452</sup> BIAJONE, Jefferson et al (Orgs.). *Edição comemorativa dos oitenta anos de Cruzes paulistas...*, p.87-88.

Aos épicos de julho de 32, que, fiéis cumpridores da sagrada promessa feita a seus maiores - os que moveram as terras e as gentes por sua força e fé - na lei puseram sua força e em São Paulo sua Fé.<sup>453</sup>

Já na parte da base do monumento, junto à entrada da capela e da cripta, voltadas ao Parque do Ibirapuera, há outra inscrição (Figura 14), de autoria do jornalista Antônio Benedicto Machado Florence, retratando a partida dos voluntários para as linhas de frente e o sacrifício dos jovens: “Viveram pouco para morrer bem, morreram jovens para viver sempre.”<sup>454</sup>

Figura 14 – O Obelisco do Ibirapuera com a frase de Benedicto Machado Florence: simbolismo exaltando o voluntariado e o sacrifício dos jovens de São Paulo.



Fonte: Sociedade Veteranos de 32-MMDC. Disponível em <<http://mmdcjundiai.blogspot.fr/2014/12/obelisco-do-ibirapuera-reabre-apos-12.html>> Acesso em 19 dez. 2017.

Claramente inspirado no *Pantheon* de Paris<sup>455</sup>, o mausoléu do Ibirapuera insere-se na categoria dos monumentos que, como espaço de memória, prestam-se a construir uma lição de

<sup>453</sup> PREFEITURA de São Paulo. *Inventário de obras de arte em logradouros públicos da cidade de São Paulo*. Disponível em <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio\\_historico/adote\\_obra/index.php?p=4524](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/adote_obra/index.php?p=4524)> Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>454</sup> A autoria desta frase costuma ser erroneamente atribuída também a Guilherme de Almeida. Ver CARVALHOSA, Paulo Emendabili. *Monumento obelisco mausoléu ao soldado constitucionalista de 1932*. Disponível em <<http://www.galileoemendabili.org/monumento-32-obelisco-mausoleu-ao-saldado-constitucionalista-de-1932>>. Acesso em 18 dez. 2017.

<sup>455</sup> O *Pantheon* é um monumento localizado em Paris que homenageia algumas das grandes personalidades da história da França. As obras para sua construção tiveram início em 1764, por recomendação do rei Luís XV, o

moral e civismo dada pelos mortos, a partir de seus túmulos, de maneira que funcione mais como um meio de atender aos interesses dos vivos do que realmente homenagear os mortos.<sup>456</sup>

Com a instalação do tão imponente monumento em uma área nobre, centralizada e propícia à convivência social (Parque do Ibirapuera), São Paulo passou a dispor de um espaço propício para honrar seus mortos, exaltar os valores e o ideário do movimento e comemorar não a vitória militar, mas a decantada “vitória moral” contra a ditadura de Getúlio Vargas.

### 3.3 TRINCHEIRA PERMANENTE – A MEMÓRIA CONVOCADA EM SÃO PAULO

Em sua clássica obra *A memória, a história e o esquecimento*<sup>504</sup>, o filósofo francês Paul Ricoeur debruça-se sobre uma questão instrumental e epistemológica que impactou os historiadores a partir da segunda metade do século XX: o mau uso da memória e os abusos aos quais ela é, por vezes, submetida. Dentro de um quadro de disputa, para ele, as “[...] oportunidades de mau uso aumentarão na medida da ambição de domínio exercida sobre o processo de memorização”, e é nessa ambição que encontra espaço a possibilidade de resvalar do uso para o abuso da memória.<sup>505</sup>

Com base em categorias clínicas e psicanalíticas, o plano patológico-terapêutico do abuso da memória estabelecido por Paul Ricoeur caracteriza-se pelo abuso do esquecimento e pela produção de uma “memória impedida”, normalmente marcada pelo luto, perdas e experiências traumáticas, é muito comum nos casos de derrotas em guerras, onde há perda de poder, território e vidas humanas.<sup>507</sup> Para o autor, as “condutas de luto, por se desenvolverem a partir da expressão da aflição [...] são logo ilustradas pelas grandes celebrações funerárias em

---

qual, após recuperar-se de uma grave doença, ordenou ao arquiteto Soufflot a construção de uma basílica em tributo à Santa Genoveva (padroeira de Paris), em substituição à antiga abadia ali existente. Concluído em 1790, o edifício foi laicizado pelos movimentos revolucionários burgueses, transformando-o em local de homenagens. Hoje, na cripta, 70 célebres personagens da história francesa repousam – tais como escritores, cientistas, generais e políticos. O impressionante prédio possui 110 metros de comprimento e 84 metros de largura. A fachada principal está decorada com um pórtico de colunas de estilo coríntio, que apoiam um frontão triangular. O edifício, em forma de cruz grega, é coroado por uma cúpula de 83 metros de altura e seu interior é decorado por pinturas acadêmicas de diversos pintores franceses. Ver *Le Panthéon*. Disponível em <<http://www.paris-pantheon.fr/>>. Acesso em 19 dez. 2017.

<sup>456</sup> KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

<sup>504</sup> Ver RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

<sup>505</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento ...*, p.73.

<sup>507</sup> *Ibid*, p.82-92.

torno das quais o povo todo se reúne.”<sup>508</sup> Segundo essa perspectiva, em tese São Paulo derrotado militarmente reuniria praticamente todos esses requisitos, o que poderia gerar uma insuficiência de memória. No entanto, o sentimento de “vitória moral” e o efetivo atendimento de demandas do movimento pelo Governo Provisório, como a convocação de uma Assembleia Constituinte, a anistia aos líderes do movimento e a devolução do comando do estado às lideranças paulistas, fez surgir um movimento em sentido contrário: as homenagens aos mortos converteram-se, com o passar dos anos, em celebrações de uma “vitória dos ideais” do movimento.

O plano prático corresponde ao terreno onde a memória é frequentemente manipulada. Segundo o autor, esse nível dá-se pelo cruzamento entre memória e identidade, seja ela individual ou coletiva, sendo a memória mobilizada a serviço da busca pela identidade. A manipulação da memória dá-se pela profunda ideologização, com vistas a legitimar a ordem vigente e as estruturas de poder, e manifesta-se por meio de ritos e mitos, geralmente vinculados aos acontecimentos fundadores.<sup>509</sup> Essa dimensão prática de abuso da memória, categorizada por Ricoeur, é facilmente percebida no processo de construção da memória paulista pós-guerra de 1932, onde está presente em forte grau a ideologia do movimento – “pela Lei, por São Paulo e pelo Brasil” –, pela agenda de comemorações e pela criação de mitos, como os jovens manifestantes MMDC, o coronel Marcondes Salgado e outros.

Outro aspecto presente no plano prático consiste na instalação da postura de vítima, conferido à parte que disputa a memória. O filósofo búlgaro Tzvetan Todorov postula que “ter sido vítima dá o direito de se queixar, protestar, reclamar.”<sup>510</sup> Nesse sentido, o estatuto de vítima da ditadura de Vargas, autoatribuído pelos paulistas – um estado “militarmente invadido” –, foi utilizado como pretexto para legitimar não apenas a deflagração do movimento, como a convocação de uma memória sobre ele nos anos que o sucederam. A dimensão prática encerra, também, a disputa entre excesso de memória e insuficiência de memória, cerne deste capítulo da pesquisa. Se por um lado – o federal – as memórias são insuficientes, beirando o esquecimento, por outro, em São Paulo, houve uma convocação intensiva de elementos memoriais.

A convocação abusiva da memória representa o terceiro nível do modelo proposto por Ricoeur: o ético-político. Nessa dimensão, surge uma memória obrigada, resultante da problematização do “dever de memória”, surgido após as trágicas perdas humanas e materiais

---

<sup>508</sup> Ibid, p.92.

<sup>509</sup> Ibid, p.93-99.

<sup>510</sup> TODOROV, Tzvetan. *Les abuses de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995, p.56.

e os crimes de guerra perpetrados por ocasião da Segunda Guerra Mundial. De acordo com o autor, é no campo do dever de memória e do legítimo desejo de reparação que os abusos se enxertam no bom uso da memória.<sup>511</sup> Nesse viés, é possível identificar na memória elaborada em São Paulo após 1932 a convocação de uma memória específica que privilegia, mesmo com os avanços sociais e políticos processados com o passar dos anos, o ideário da superioridade paulista em detrimento dos demais estados do Brasil.

Contrastando com o apagamento memorial da guerra civil de 1932 em quase todo o país, a forte memória estruturada em São Paulo pode ser percebida pelas reportagens do *Correio da Manhã* e do jornal *O Estado de S. Paulo*, além de outras publicações, particularmente no que tange ao discurso político e em eventos realizados em anos mais recentes, potencializados pela amplitude da informação e facilidade de divulgação proporcionadas pela internet.

No decorrer das campanhas eleitorais e de seus aniversários, o movimento de 1932 foi frequentemente lembrado por lideranças políticas nacionais ou estaduais, para justificar e fortalecer um ou outro partido, empreendendo um uso político da memória. Foi o que aconteceu na campanha de 1934, quando Armando Salles de Oliveira, cunhado de Júlio Mesquita, disputou a vaga de presidente do Estado. Em um inflamado discurso na Praça da Sé, na capital paulista, o candidato evocou os valores do movimento, que havia sido derrotado militarmente apenas dois anos antes: “A bandeira que empunhamos hoje, paulistas, é a mesma que nos levou às trincheiras em 32.”<sup>512</sup>

Nas comemorações do 20º aniversário da guerra paulista, *O Estado de S. Paulo* publicou uma verdadeira apologia à “revolução”, convocando a memória do movimento para afrontar Getúlio Vargas, que novamente ocupava a presidência da República, acusando seu Governo Provisório de “empregar tática criminosa”.

A Revolução de 32, já se tem dito mil vezes, mas hoje é necessário que se repita ainda, congregou em torno da bandeira constitucionalista a unanimidade dos brasileiros de São Paulo, fosse qual fosse o local do seu nascimento ou o sangue da sua origem. Não houve distinção de classes ou partidos. [...] A ditadura, em represália, empregou uma tática psicológica criminosa, que produziu os desejados efeitos no momento, mas inculcou no organismo nacional venenos que poderiam tê-la matado. [...] Atirou assim os brasileiros contra os paulistas, ateou contra nós ódios iníquos, rasgou brechas na unidade da Pátria [...].<sup>513</sup> (grifos nossos)

<sup>511</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento* ..., p.99-106.

<sup>512</sup> O CANDIDATO à presidência do Estado recebe verdadeira consagração do povo paulista no empolgante comício da Praça da Sé. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 out. 1934, p.7.

<sup>513</sup> A CONSAGRAÇÃO nacional da Revolução de 32. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1952, p.3.

Atribuindo ao movimento um discutível caráter de “unanimidade”, o jornal posicionava-se em uma trincheira ideológica, confrontando o mesmo líder que o sufocara em 1932, ainda considerado como uma ameaça para o legado “constitucionalista”.

A década de 1950 foi importante para a consolidação da memória do movimento em São Paulo, pois marcou o jubileu de prata da guerra civil (1957) e assinalou a criação de uma associação de ex-combatentes paulistas, que muito contribuiu para a preservação do ideário de 1932 e que atua até os dias de hoje na manutenção da memória. Livre das restrições impostas pelo regime do Estado Novo, a imprensa escrita voltou a noticiar as comemorações realizadas em São Paulo e, por meio delas, reforçar o discurso dos “soldados constitucionalistas”.

Desgastado pelo regime ditatorial que ele mesmo impôs ao país, no final de outubro de 1945 Getúlio Vargas renunciou, ante a iminência de ser deposto por um golpe militar, sendo sucedido pelo general Eurico Gaspar Dutra. Vargas, no entanto, retornou à presidência pelo voto popular no ano de 1951.

Em 1952 a guerra paulista completava seu segundo decênio e, aproveitando-se da fragilidade política do governo Vargas, que já não detinha o poder de outrora, *O Estado de S. Paulo* aproveitou as comemorações do 9 de julho para expressar seu posicionamento e seu repúdio à forma como o movimento foi reprimido:

Levantando-se em armas para repelir a ocupação do território estadual por forças ditatoriais, o povo de São Paulo inscreveu, há vinte anos, o 9 de julho nos faustos de sua história, iniciando o movimento armado que estava destinado a constituir a mais bela, impressionante e vigorosa manifestação da nossa consciência democrática [...] <sup>514</sup> (grifos nossos)

Após o silêncio imposto pelo Estado Novo, esse duríssimo discurso publicado pelo jornal retomou a questão pré-1932, na qual as lideranças paulistas consideravam o estado ocupado militarmente por uma força de ocupação. Fortaleceu também o mito de que São Paulo representava a democracia na luta contra a ditadura, personificada pelo governo Vargas, que, com o passar do tempo, foi incorporado à cultura política estadual. O tom desafiador das palavras do periódico, para além da mera disputa pela memória, representava um recado político dirigido à Vargas. A mesma edição do jornal, trazia um manifesto da União Democrática Nacional (UDN), partido político criado em 1945 que fazia forte oposição às políticas e à fi-

---

<sup>514</sup> EXPRESSIVAS comemorações assinalam hoje a data do movimento constitucionalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1952, p.10.

gura de Getúlio Vargas, e que havia sido derrotado por ele na eleição presidencial de 1950.<sup>515</sup> Direcionado “ao povo paulista”, dizia assim o manifesto político.

No momento em que o povo paulista se enobrece de comemorar a Revolução de 32 [...] a União Democrática Nacional, Seção de São Paulo, sente-se mais do que nunca no dever de proclamar [...] a sua fidelidade à arrancada constitucionalista. [...] Se hoje vivemos sob regime legal, devê-mo-lo ainda aos heróis de 32, cujo espírito guiou as Forças Armadas no golpe libertador de 29 de outubro.<sup>516</sup>

Chancelado pelo jornal, o manifesto representava um claro desafio à autoridade de Getúlio Vargas, ora na presidência da República, e delineava que o “espírito dos heróis de 32” havia servido como fonte de inspiração para o golpe militar que o apeou do poder em outubro de 1945.

Distanciando-se da linguagem essencialmente informativa utilizada pelo *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* fez a cobertura da celebração do jubileu de prata do movimento adotando uma linha bem mais política, evidenciando a participação da FPSP na guerra de 1932. Uma extensa entrevista concedida pelo coronel Tenório da Rocha, antigo chefe de gabinete do coronel Júlio Marcondes Salgado, o comandante da FPSP morto em acidente durante o movimento, reforçava o discurso paulista e procurava, 25 anos depois, justificar e legitimar a guerra. Com o título “Os fundamentos e as causas da Revolução de 32”, o entrevistado postulava que

É sabido que toda a guerra é uma luta entre duas vontades, em que vence a que se revela mais forte nos embates travados por elementos em luta, o que não quer dizer que a boa causa esteja sempre do lado do vencedor. A recente revolução húngara, embora brutalmente dominada pelo poderio soviético, é bem um exemplo de que nem sempre a vitória material representa a causa do bem, do direito, da dignidade do homem. [...] Proporcionalmente ao seu relativamente pequeno efetivo, a Força Pública foi a entidade que deu maior contribuição de sangue à Revolução Constitucionalista.<sup>517</sup> (grifos nossos)

Para o coronel ex-combatente, e evidentemente para *O Estado de S. Paulo*, o Governo Provisório de Vargas representava o mal, enquanto o “movimento constitucionalista” associava-se à “causa do bem, do direito e da dignidade do homem”. Para reforçar essa visão, o

<sup>515</sup> O candidato da UDN na campanha eleitoral de 1950 foi o brigadeiro Eduardo Gomes.

<sup>516</sup> A UDN ao povo paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1952, p.8.

<sup>517</sup> OS FUNDAMENTOS e as causas da Revolução de 32. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 1957, p.21.

entrevistado fez uma analogia da repressão promovida pelo governo Vargas à repressão soviética desencadeada contra o levante ocorrido na Hungria, apenas um ano antes, e que teve grande repercussão na comunidade internacional.<sup>518</sup> Mais uma vez o discurso exalta a participação da FPSP, corporação à qual pertencia o entrevistado, abstendo-se de citar a participação das unidades da 2ª Região Militar no conflito.

No ano de 1972, quando era comemorado o jubileu de ouro da guerra paulista, governava o país o presidente Emílio Garrastazu Médici, que endureceu o regime militar instalado em 1964 e intensificou a repressão aos movimentos de esquerda que o contestavam. No Senado federal, um interessante debate, perpetrado por políticos com ideologias diametralmente opostas, utilizaram o movimento de 1932 para legitimar suas posições, o qual foi registrado pelo *Correio da Manhã*. Falando em nome do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo, o senador Franco Montoro se pronunciou criticando e se opondo, ainda que veladamente, ao governo militar em curso no país, e defendeu a democracia

“A epopeia de 1932 não foi uma revolução de São Paulo, mas uma luta de homens de todo o Brasil. Seu objetivo não foi o combate a um homem, mas a defesa de um regime constitucional e democrático” – afirmou ontem da tribuna o senador Franco Montoro (MDB-SP), em nome do MDB, ao evocar a Revolução Constitucionalista de 32 [...].<sup>520</sup> (grifo nosso)

Em resposta, o senador Saldanha Derzi, ex-combatente de 1932 pertencente à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política aos governos militares, discursou na tribuna. De acordo com o jornal,

O senador mato-grossense traçou um paralelo entre as Revoluções de 32 e de 64, afirmando que “o desabrochar daquela semente de ideal cívico que germinou a longo prazo, e eclodiu, por fim, num movimento pleno de maturidade e segurança, que surgiu como uma resposta oportuna e adequada aos cruciantes problemas nacionais.”<sup>521</sup>

<sup>518</sup> Em 1956 um levante popular irrompeu na capital da Hungria, Budapeste, contra o governo stalinista e contra a política imposta pela União Soviética. A insurreição teve início em 23 de outubro com uma grande manifestação estudantil que marchou pelo centro da capital. No dia 4 de novembro, o Exército Vermelho invadiu a cidade e reprimiu duramente os manifestantes, pondo fim à resistência organizada seis dias mais tarde. Ver HELLER, Andor. *No more comrades*. Chicago: Henry Regnery Company, 1957, p.9-84.

<sup>520</sup> MONTORO: movimento de 32 foi a defesa da democracia. *Correio da Manhã*, n.24.299, Rio de Janeiro, 30 jun. 1972, p.4.

<sup>521</sup> Ibid.

Mais uma vez o movimento de 1932 servia como referência política, desta vez em nível nacional. Enquanto o senador governista procurava justificar o golpe de 1964 associando-o à “revolução de 1932”, o representante da oposição utilizava o mesmo fato histórico para reivindicar “a defesa de um regime constitucional e democrático”. Passados cinquenta anos, a guerra paulista continuava viva no cenário político brasileiro.

Nesse mesmo ano, o proeminente senador pela ARENA Carlos Alberto Carvalho Pinto dirigiu-se à imprensa, também procurando fazer uma analogia entre a guerra de 1932 e o regime militar em voga. A entrevista coletiva foi publicada no *Correio da Manhã*:

O Movimento Constitucionalista – prosseguiu o senador paulista – não foi gerado no âmbito limitado dos quartéis ou dos gabinetes políticos, muito embora deles houvesse haurido a colaboração indispensável. “[...] Das elites aos operários, todos se congregaram para combater a imoralidade política.”<sup>522</sup> (grifo nosso)

Embora as datas de 23 de maio e 9 de julho tivessem sido selecionadas para marcar as comemorações e estruturar a memória do movimento, isso se deu informalmente nos anos imediatamente após a guerra paulista. Em 1935, por ocasião das celebrações do 9 de julho, o *Correio da Manhã* publicou a programação das comemorações e, com ela, um reclame da Associação Comercial de São Paulo: “A Associação Comercial dirigiu-se a todos os seus associados pedindo o fechamento do comércio amanhã.”<sup>523</sup> Pretendia a entidade comercial sugerir a realização de um “feriado informal”, para que a data fosse bem marcada e a população tivesse condições de acorrer às comemorações. As datas comemorativas permaneceram durante décadas na informalidade, constituindo, quando muito, ponto facultativo.

No processo de elaboração de uma memória do movimento de 1932, verificou-se a necessidade de oficializar as referidas datas. Conforme postula Michael Pollak, “quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes, problemas de luta política.”<sup>524</sup> No caso paulista, as datas comemorativas escolhidas para as festas – não nacionais, mas estaduais – não enfrentaram

<sup>522</sup> CARVALHO Pinto: 5 de julho é do povo. *Correio da Manhã*, n.24.302, Rio de Janeiro, 4 jul. 1972, p.2. A matéria traz um erro de digitação logo no título, indicando o dia 5 de julho como a data de comemoração do movimento de 1932. Na verdade, a data correta é 9 de julho, dia em que as tropas paulistas iniciaram as ações de combate.

<sup>523</sup> RELEMBRANDO a revolução constitucionalista de S. Paulo. *Correio da Manhã*, n.12.464, Rio de Janeiro, 9 jul. 1935, p.3.

<sup>524</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social..., p.204.

grandes obstáculos para a oficialização, sendo constituídas após o tempo necessário de decantação da memória.

Nessa perspectiva, foi somente no início do ano de 1978 que o governo do estado de São Paulo aprovou uma lei estabelecendo o Dia da Juventude Constitucionalista (23 de maio) e o Dia do Soldado Constitucionalista (9 de julho).<sup>525</sup> Embora as datas fossem comemoradas oficialmente, não se configuravam com o status de feriado. A elevação do 9 de julho à condição de feriado e de data magna do estado ocorreu somente em 1997, em decorrência de uma legislação federal. A Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, definiu que a data magna de cada estado fosse transformada em feriado civil, tendo cada unidade da federação a liberdade para escolher qual o dia do ano deveria ser guardado. Em São Paulo, o dia escolhido foi o 9 de julho. A data foi oficializada pelo Projeto de Lei nº 710/1995, proposto pelo deputado estadual Guilherme Gianetti. Após ser aprovado pela Assembleia Legislativa, o projeto deu origem à Lei Estadual nº 9.497, de 5 de março de 1997, sancionada pelo governador Mário Covas.<sup>526</sup>

Como a instituição do novo feriado não foi plenamente percebida pela população paulista, em julho do ano seguinte *O Estado de S. Paulo* entrou em cena mais uma vez, marcando a data, esclarecendo os leitores e ratificando a memória do movimento.

Quinta-feira é feriado estadual e não ponto facultativo. Dia da Revolução Constitucionalista, 9 de julho tornou-se feriado em março do ano passado, quando o governador Mário Covas assinou um decreto e incluiu a data no calendário oficial do estado [...]<sup>527</sup>

A posição assumida pela PMESP como “guardiã dos valores de 1932”, especialmente no que tange às comemorações, pode também ser aferida pela divulgação, em sua página institucional na internet, de convites para o desfile de 9 de julho, como este veiculado em 2016 (Figura 15)

<sup>525</sup> Ver Lei nº 1.547, de 5 de janeiro de 1978. Institui o “Dia da juventude constitucionalista” e o “Dia do soldado constitucionalista”. Disponível em <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/210608/lei-1547-78>> Acesso em 25 dez. 2017.

<sup>526</sup> SÃO PAULO. *Paulistas comemoram o feriado de 9 de julho desde 1997*. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/paulistas-comemoram-o-feriado-de-9-de-julho-desde-1997-1/>> Acesso em 18 jan. 2018.

<sup>527</sup> DESDE o ano passado, 9 de julho é feriado estadual. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 jul. 1998, p.21.

Figura 15 – Convite da PMESP para o desfile de 9 de julho.



Fonte: PMESP.

Justaposto à foto do convite, a PMESP publicou um texto explicativo, evocando a superioridade do estado (“um dos carros chefe da nação”) e remetendo diretamente à “raça paulista” e ao simbolismo do movimento de 1932:

Celebrar o 9 de julho é uma questão de honra para o povo paulista. A data é símbolo do pioneirismo e da nobreza do Estado de São Paulo, características que criaram a identidade de um povo, um povo que se levantou contra as injustiças políticas da época e protagonizou a Revolução Constitucionalista de 1932, lutando pela promulgação de uma nova constituição federal, o que foi conquistado dois anos mais tarde.

Todos os anos, a Polícia Militar do Estado de São Paulo organiza um desfile cívico-militar, para reverenciar a memória dos que tombaram pela redemocratização do país em 1932. Venha com sua família participar deste evento solene, que reflete o espírito do povo paulista! Um povo que luta pela pátria, por valores éticos e morais que sempre fizeram de nosso Estado de São Paulo, um dos carros chefes da nação!<sup>528</sup> (grifos nossos)

<sup>528</sup> Página da PMESP no *facebook*. Disponível em <<https://www.facebook.com/POLICIAMILITARDESP/?fref=nf>>. Acesso em 24 dez. 2017.

A convocação de uma memória própria não isentou São Paulo de investir no enquadramento e manutenção da memória.<sup>529</sup> Frequentemente submetida a processos de revisão ou desconstrução, foi necessário, por vezes, proteger ou mesmo defender o “legado de 32”, assegurando sua transmissão para as gerações futuras.

Sempre engajado com o ideário de 1932, *O Estado de S. Paulo* publicou, no 70º aniversário do movimento, um especial que incluía uma capa colorida contendo um cartaz de recrutamento utilizado pelo MMDC e os dizeres: “Você tem um dever a cumprir: Restabelecer a verdade de 32” (Figura 16). O título da matéria – “Para que não se traia uma revolução”<sup>530</sup> – deixa claro o esforço do jornal para defender o legado do movimento. Observa-se, na reportagem especial, uma preocupação no sentido de manter a unidade e continuidade da memória de 32, na época ameaçada por críticas revisionistas acerca de seu caráter e motivações.<sup>531</sup>

Figura 16 – Caderno especial do jornal *O Estado de S. Paulo* alusivo aos 70 anos do movimento de 1932.



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2002, p.37..

<sup>529</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social..., p.206-207.

<sup>530</sup> PARA que não se traia uma revolução. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2002, p.37.

<sup>531</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social..., p.206.

A manutenção do legado também foi tema de um artigo escrito pelo renomado advogado paulista Antônio Penteado de Mendonça no 70º aniversário da guerra, e publicado n' *O Estado de S. Paulo*, comparando o movimento de 1932 com a Guerra Civil Americana.

Dito de outra maneira, numa comparação simplista, mas lógica, a Revolução Constitucionalista de 32 foi a Guerra Civil Americana ao contrário. Lá, o Norte industrializado, foi quem conseguiu o apoio internacional e quem terminou por vencer. Aqui, o único Estado com um certo nível de industrialização mais avançado era São Paulo, que lutou só, sem apoio internacional e que terminou por perder.<sup>532</sup>

Apesar da inusitada analogia inversa com a Guerra Civil Americana, o texto do advogado Mendonça reforça a crença na superioridade paulista, no caso econômica, elemento utilizado como justificativa e legitimação para a deflagração do movimento.

Nesse mesmo ano *O Estado de S. Paulo* registrou uma das mais flagrantes ações em defesa da memória, levada a termo pelos já idosos veteranos de 1932. No contexto de disputa pela memória, o vereador pelo PT Adriano Diogo elaborou um projeto de lei modificando o nome do Túnel 9 de Julho, inaugurado em 1938, para Túnel Daher Cuitat, em homenagem ao médico que fundou o Hospital Sírio-Libanês. Após a sanção da Lei pela prefeita Marta Suplicy, os ex-combatentes de 1932 aproveitaram o desfile anual de 9 de julho de 2002 para protestar e pediram a manutenção do nome original do túnel. *O Estado de S. Paulo* publicou matéria a respeito

Os veteranos da Revolução de 32 já definiram qual será sua próxima batalha: a mobilização pela volta do nome do Túnel 9 de Julho, rebatizado de Daher Cuitat pela prefeita Marta Suplicy (PT). No desfile de ontem, os constitucionistas levaram uma faixa com os dizeres: "Túnel 9 de Julho para sempre."<sup>533</sup>

Oficialmente, o poder público manteve a homenagem ao médico, mas o nome "não pegou" e ficou apenas grafado nas placas entre parênteses.<sup>534</sup> Na capital paulista, o túnel continua sendo conhecido como 9 de Julho.

Em contexto diverso e em tempos mais recentes, a convocação e cristalização dessa memória e seu uso político no Estado de São Paulo também podem ser claramente identifica-

<sup>532</sup> 1932 revisitada, 70 anos depois. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 2002, p.11.

<sup>533</sup> VETERANOS exigem que túnel recupere seu nome de 9 de julho. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2002, p.11.

<sup>534</sup> SACCONI, Rose. Como era São Paulo sem o Túnel 9 de Julho. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2013, p.7.

dos em um artigo de autoria de Fernando Haddad publicado na revista *Piauí* em junho de 2017. No texto, o político pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT), ex-ministro da Educação e ex-prefeito de São Paulo, refere-se, ainda que indiretamente, ao mito da “superioridade paulista” e apresenta sua percepção do impacto que a guerra de 1932 teve na classe política do país, decorridos mais de oitenta anos do movimento. Haddad narra a primeira audiência que teve com a presidente da República Dilma Roussef após ser eleito como prefeito de São Paulo, antes mesmo de sua posse, em dezembro de 2012:

Em um contato rápido que havíamos tido na manhã seguinte ao segundo turno, eu já havia insinuado à presidenta que entendia que o governo federal deveria tratar São Paulo de maneira singular, em função de sua importância.<sup>535</sup> (grifo nosso)

Em outra oportunidade, queixando-se da pouca importância atribuída pela cúpula de seu partido à vitória eleitoral na capital paulista, Haddad recorda a forma como tratava da questão com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, no período em que ocupava o cargo de ministro da Educação:

Estranhei a insensibilidade diante de uma oportunidade única: havíamos ganhado a cidade de São Paulo, derrotando no segundo turno o principal presidiável tucano, José Serra. Na época em que fui ministro da Educação, eu sempre disse ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, desde 1932, o Brasil nunca havia se reconciliado de fato com São Paulo, nem São Paulo com o país. [...] Quando ganhei a eleição para a Prefeitura de São Paulo, pensei: “Quem sabe podemos começar nosso acerto de contas com 1932?”.<sup>536</sup> (grifos nossos)

Ainda que pertencente a um partido político progressista, Haddad recorreu a elementos constituintes da cultura política paulista, evocando a superioridade do estado e procurando legitimar o movimento de 1932, no sentido de angariar recursos compatíveis com a “grandeza” de São Paulo. Era preciso haver uma reconciliação entre São Paulo e o resto do país, um acerto de contas no sentido de reconhecer a importância do estado para o Brasil.

A memória de 1932 convocada em São Paulo manifesta-se por evidências e produz os seus efeitos, ainda que os ex-combatentes já tenham morrido em decorrência do avanço dos anos, passando a ser destilada e reproduzida por parcela da sociedade paulista com elementos

---

<sup>535</sup> HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. *Revista Piauí*, São Paulo, n.129, jun. 2017.

<sup>536</sup> Ibid.

constitutivos que Michael Pollak designa como “acontecimentos vividos por tabela”.<sup>545</sup> Além das iniciativas promovidas pelo poder público estadual e pela PMESP já referidos, manifestações contemporâneas de grupos independentes ou apoiados por elas e por outras instituições da esfera privada, vêm reproduzindo e fortalecendo a memória de 1932 por meio de pesquisas, eventos, cerimônias e divulgação pela internet.

Uma das principais frentes de difusão dessa memória convocada encontra-se no meio virtual, pela profusão de páginas e grupos criados nas redes sociais<sup>546</sup>, que se constituem em espaço para divulgação de pesquisas, fotografias, eventos, textos, bem como difundir o ideário de 1932. O grupo *Revolução Constitucionalista de 1932* existente na rede social *facebook*, que contava com 599 membros quando da elaboração da pesquisa, assim define sua finalidade e regras de participação:

Grupo dedicado a estudar todos os aspectos da Revolução Constitucionalista de 1932. Trata-se de movimento iniciado em São Paulo com vistas a obrigar o governo provisório a convocar uma assembleia nacional constituinte. Mais de 800 paulistas e milhares de outros brasileiros morreram durante os quatro meses de combate. Contribuições históricas - prós e contras - são bem-vindas. [...]

O "Revolução Constitucionalista de 1932" não apoia e não se coaduna com postagens xenofóbicas, racistas e separatistas. Além de antidemocráticas e criminosas, o moderador do grupo acredita que tais mensagens desonram o legado liberal, democrático e pluralista que levou paulistas (e outros brasileiros) a se insurgir contra a ditadura Vargas e buscar um Brasil democrático, justo e unido.

O grupo continuará sendo, como tem sido nos últimos anos, uma tribuna aberta a todos os que quiserem discutir o evento histórico - a favor e contra - e renovar o ideal pelo Estado democrático de direito num Brasil unido. Eis o ideário do verdadeiro paulista.<sup>547</sup> (grifos nossos)

Observa-se na normatização do funcionamento do grupo a disposição de abrir um espaço para o debate (“contribuições [...] prós e contra são bem-vindas”) e cercear, ao menos em tese, comportamentos xenofóbicos, racistas ou separatistas. No entanto, percebe-se niti-

<sup>545</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social..., p.201.

<sup>546</sup> Além de diversos núcleos de correspondência da Sociedade Veteranos de 32-MMDC, que mantêm suas páginas nas redes sociais, particularmente no *facebook*, outros grupos independentes encontram-se estruturados no mesmo ambiente virtual, como, por exemplo: *Revolução Constitucionalista de 1932*, disponível em <<https://www.facebook.com/groups/13678174593/>>; *1932-Frente Leste*, disponível em <<https://www.facebook.com/1932frentelete/>>; *Os 4 cavaleiros da Revolução de 1932*, disponível em <<https://www.facebook.com/groups/4cavaleirosdarevolucao32/>>; *Revolução de 1932-Frente Norte*, disponível em <<https://www.facebook.com/desenterrandohistoria.blogspot.com.br/>>; *Tudo por São Paulo 1932*, disponível em <<https://www.facebook.com/tudoporsapaulo/>>. Acesso em 31 jan. 2018.

<sup>547</sup> *Revolução Constitucionalista de 1932*, disponível em <<https://www.facebook.com/groups/13678174593/>>. Acesso em 31 jan. 2018.

damente o discurso que alimenta a memória convocada em São Paulo, quando remete ao “legado liberal” e ao “ideário do verdadeiro paulista”. A atuação dos aficionados pelo movimento de 1932 nessa trincheira digital contemporânea, tem ampliado profundamente, nos anos recentes, a difusão da memória do movimento.<sup>548</sup>

Uma evidência do peso da memória de 1932 em São Paulo, desta feita envolvendo altas autoridades e personalidades estaduais, tornou-se manifesta por ocasião das comemorações de 2017, quando foi realizado, no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), o julgamento simbólico do Governo Provisório de Getúlio Vargas pela morte dos quatro manifestantes MMDC durante protestos contra o então chefe do Executivo. Organizado como uma reencenação teatral, na qual os participantes utilizaram roupas de época, o evento teve o apoio da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Sociedade Veteranos de 32-MMDC, da Assembleia Legislativa, da PMESP e do Corpo de Bombeiros, além de outras organizações.

Figura 17 – Júri simulado no TJ-SP. Deputado estadual Fernando Capez atuando como promotor encarregado da acusação



Fonte: *Consultor Jurídico*.

Enquanto o presidente do TJ-SP, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, representou o juiz no julgamento, a promotoria foi representada pelo deputado estadual Fernando Capez, ex-integrante do Ministério Público (Figura 17), cabendo a defesa do Governo Provisório ao conselheiro federal da OAB, advogado Luiz Flávio D’Urso. As testemunhas foram representadas pelo jornalista Percival de Souza, pelo deputado estadual coronel Álvaro Batista, que

<sup>548</sup> Ver PEREIRA, Mateus. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.31, n.57, p.863-902, set/dez 2015.

encenou o comandante da Força Pública da época, pela delegada Elisabete, responsável pelo inquérito policial, e pelo médico e perito forense Guido Palomba.<sup>549</sup>

Depois de um aguerrido “debate jurídico”, naturalmente o júri simulado condenou, por 8 votos a 4, o governo Vargas pela morte dos quatro manifestantes. A participação de autoridades com elevados cargos e de importantes instituições paulistas na simulação evidencia a eficácia da convocação da memória de 1932 em São Paulo nas décadas posteriores, particularmente quando considerados os valores e o ideário pelos quais foi deflagrado o movimento.

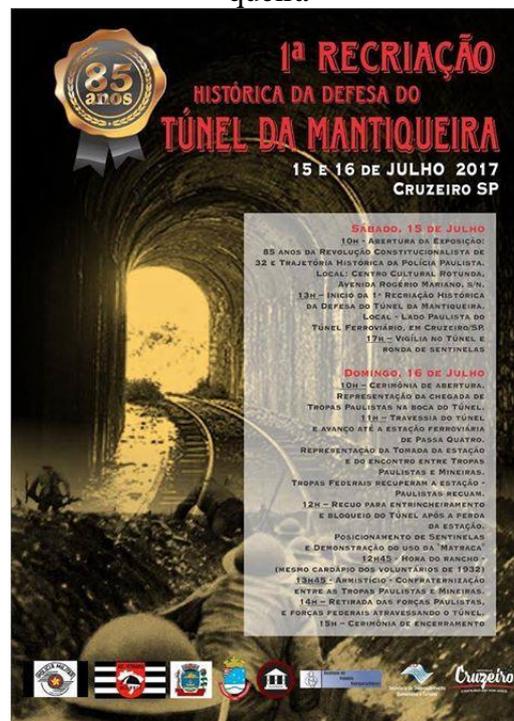
Outra evidência da convocação da memória de 1932 pôde ser vista em 2017, quando foi organizado por iniciativa da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, um evento de grande porte: a 1ª recriação histórica da defesa do Túnel da Mantiqueira. Realizado no sítio exato onde ocorreu a Batalha do Túnel, o evento necessitou de um complexo planejamento logístico e reuniu diversos parceiros para viabilizar a reencenação, como a Sociedade de Veteranos de 32-MMDC, a PMESP, além da iniciativa privada (Figuras 18 e 19).

Figura 18 – Convite para reunião preparatória emitido pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro.



Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Figura 19 – Cartaz de divulgação da 1ª recriação histórica da defesa do Túnel da Mantiqueira



Fonte: Prefeitura Municipal de Cruzeiro

<sup>549</sup> JULGAMENTO simbólico condena Vargas pela morte de estudantes em 1932. *Consultor jurídico*, 9 jul. 2017. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-jul-09/julgamento-simbolico-condena-vargas-morte-estudantes-sp>>. Acesso em 31 jan. 2018.

Previsto para ser realizado em julho, por razões de logística e operacionais o evento ocorreu somente em setembro e contou com a participação de aficionados pelo movimento, membros da Sociedade de Veteranos 32-MMDC e integrantes da PMESP, que, com seus uniformes históricos, mobilizaram uma locomotiva para representar a batalha (Figura 20).

Figura 20 – 1ª recriação histórica da defesa do Túnel da Mantiqueira



Fonte: Núcleo MMDC Capitão Neco – Cruzeiro/SP

Serge Berstein postula que a cultura política é um fenômeno evolutivo, cujo nascimento “corresponde a respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história”.<sup>557</sup> Nesse sentido, o estabelecimento e a manutenção de uma memória própria nas décadas que sucederam o movimento de 1932 fizeram a cultura política paulista evoluir, sendo-lhe agregados novos elementos característicos, tanto ideológicos, como simbólicos. Se antes de 1932 a cultura política paulista era marcada pelo personalismo e pela superioridade, a partir de então novas características foram adicionadas, e São Paulo passou a representar, pelo menos no imaginário estadual, a “luta pela Lei”, a afirmação do liberalismo e a defesa da democracia contra a ditadura. No plano simbólico, ao Bandeirante foram acrescentados o MMDC, os voluntários, o capacete de aço, o uniforme de campanha cáqui, dentre outros.

Em sentido oposto, fora de São Paulo percebe-se um esquecimento da guerra civil de 1932, em boa medida produzida pelo apagamento progressivo da memória decorrente da polí-

<sup>557</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política..., p.355.

tica adotada por Vargas nos anos imediatamente após o fim do movimento. Ressalvados os períodos nos quais esteve sob intervenção ou censura, *O Estado de S. Paulo* empenhou-se – e permanece até hoje nesta posição – para manter vivo o ideário de 1932 e cristalizar uma memória que serviu (e ainda serve), para expressiva parcela da sociedade paulista como elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva.<sup>558</sup>

A cada aniversário e, acima de tudo, nos decênios comemorativos, o jornal revisita o movimento, analisando-o, legitimando-o, justificando-o e projetando seus valores e ideais para os dias atuais, exercendo um papel preponderante para a gestão da memória no estado, já cristalizada e oficializada com feriado, monumentos, heróis e condecorações.

Em sua obra *A memória, a história e o esquecimento*, Paul Ricoeur revela que uma política de justa memória é seu tema cívico confesso, e manifesta sua sua inquietação com o desequilíbrio entre a memória excessivamente convocada e o esquecimento, inclusive considerando os equívocos que podem resultar dessa relação.<sup>559</sup> Nessa perspectiva, é possível enquadrar perfeitamente o caso da guerra paulista. Esse desequilíbrio de memória pode ser observado tomando-se diversos parâmetros, mas optei, a título de exemplo, por estabelecer uma comparação entre duas cidades do Vale do Paraíba que foram palco de ações relevantes durante a guerra civil: Lorena, em São Paulo, e Resende, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1932 a cidade de Lorena encontrava-se bastante próxima da linha de combate da frente Norte paulista, ao lado da rodovia Rio-São Paulo e da estrada de ferro Central do Brasil. A aviação paulista instalou uma base na pista de pouso existente no horto municipal, a partir da qual desencadeou diversas missões aéreas contra as tropas federais. Por esse motivo, em retaliação, alvos localizados nos arredores de Lorena foram bombardeados algumas vezes pela aviação varguista.<sup>560</sup> Atualmente a cidade possui diversas referências memoriais relacionadas com a guerra paulista, como o Museu Fragmentos da Revolução, a praça MMDC, e as ruas Nove de Julho, MMDC e Tenente Vicente Antônio Bevilácqua, dentre outros.

Cruzando a divisa entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, distante cerca de 75 quilômetros pela rodovia supracitada, encontra-se a cidade de Resende, um pouco maior, e que desempenhou papel ainda mais relevante em 1932. Em Resende estava instalado o quartel-general do general Góis Monteiro, comandante das tropas federais no Vale do Paraíba, e numerosas unidades militares, inclusive o grupo de aviação liderado pelo então major Eduardo Gomes. A cidade também foi atacada pela aviação paulista e testemunhou intensa ativida-

<sup>558</sup> POLLAK, Michael. *Memória e identidade social...*, p.206.

<sup>559</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento ...*, p.17.

<sup>560</sup> Ver DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Recife: EDUFPE, 2013.

de militar. No entanto, contrastando com Lorena, não há em Resende uma referência sequer ao conflito de 1932, nenhum logradouro ou monumento. Fora de São Paulo – ainda que muito perto – a memória permanece apagada, dando a impressão de que a guerra paulista nunca existiu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Como Jano – o deus bifronte da mitologia romana – a revolução de 1932 tem duas faces. Uma voltada para o passado, para os tempos da Primeira República, marcados pelo controle do país pela oligarquia dos grandes estados e pela fraude eleitoral. A outra dirige-se ao futuro, tendo como objetivo central a implantação no País do regime democrático.”*

Boris Fausto

Decorridos 86 anos da guerra que levou São Paulo a enfrentar política e militarmente os demais estados do país, a afirmação do historiador Boris Fausto nos leva à reflexão acerca dos propósitos do movimento e de seus efeitos, além de problematizar como a história de 1932 vem sendo contada e transmitida às gerações que não vivenciaram o conflito. As contradições, ambiguidades e seletividade com as quais a guerra paulista tem sido estudada fazem com que o episódio permaneça ainda uma questão em aberto e constitua um desafio aos historiadores.

Nesse sentido, com esse trabalho de pesquisa procurei dar uma contribuição à historiografia investigando como a imprensa escrita apresentou a questão da guerra de 1932 em São Paulo e no Rio de Janeiro e se os principais jornais – *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* – representaram as posições hegemônicas dos paulistas e do Governo Provisório. Também foi objeto de análise a forma como os periódicos abordaram o movimento e a disputa de memória ocorrida nos decênios subsequentes ao movimento, desde o seu fim até os dias atuais, e como o episódio contribuiu para o fortalecimento de uma cultura política paulista que já existia.

Em todo o processo de gestação do movimento, os jornais tiveram um papel essencial, sobretudo os paulistas, corroborando a percepção de Robert Darnton de que a imprensa exerce “uma força ativa na história”.<sup>562</sup> Nos anos imediatamente após a deflagração da Revolução de 1930, o jornal *O Estado de S. Paulo* contribuiu de forma decisiva para a desestabili-

---

<sup>562</sup> DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996, p.15.

zação do sistema de interventoria federal varguista no estado, mobilizando parcela descontente da sociedade e as lideranças políticas.

Por meio da publicação de manifestos políticos elaborados pelo Partido Democrático e, posteriormente, pela Frente Única Paulista, além de editoriais de cunho político, o periódico foi aumentando gradativamente o tom das críticas ao Governo Provisório, e fortaleceu uma cultura política que já existia no estado, alimentando-a com novos elementos. Ao personalismo e ao sentimento de superioridade já presentes no espectro sociopolítico paulista, foi acrescido o discurso da luta “pela Lei” e defesa da democracia. Simbolicamente, as publicações do jornal cresceram ao Bandeirante, ícone ancestral dos paulistas, os jovens manifestantes MMDC, rapidamente convertidos à categoria de “heróis” e mártires que inspiraram a causa de São Paulo e levaram o movimento a um ponto sem retorno.

Outro elemento amplamente evidenciado pelo *O Estado de S. Paulo* foi a exaltação da dita “raça paulista”. Tal sentimento de “paulistanidade”, oriundo do seio das elites políticas e culturais de São Paulo, atingiu maiores proporções na medida em que foi difundido e absorvido por expressiva parcela da população, fornecendo as bases para a fixação de uma memória regional pautada e definida pelo sentimento de excepcionalidade e liderança perante os outros estados da federação. Maria Helena Capelato destaca como o trabalho de domínio das consciências, associado ao sentimento de “paulistanidade” foi utilizado pela imprensa, especialmente pelo jornal da família Mesquita, para que o movimento adquirisse uma aparente característica de ampla participação das camadas sociais.

O *Correio da Manhã*, nesse período pré-1932, pautou-se pelo apoio, ainda que discreto, ao governo de Getúlio Vargas e fez o que foi possível para tentar neutralizar o crescente movimento paulista, que pela publicação de artigos situacionistas, quer pelo mero silenciamento sobre o que ocorria em São Paulo.

Com a eclosão do movimento, em 9 de julho de 1932, os dois veículos de imprensa estudados na pesquisa posicionaram-se na defesa dos grupos políticos que representavam, contribuindo, cada qual de uma maneira, com o esforço de guerra.

Em razão de seus principais dirigentes terem participado entusiasticamente da conspiração que resultou no levante paulista contra o governo Vargas, *O Estado de S. Paulo* foi convertido em verdadeiro instrumento de propaganda, motivação e mobilização. Sua estrutura normal de vinte páginas por edição, foi reduzida para uma média de 4 ou 5 páginas, quase que exclusivamente destinadas a manter o moral da população elevado, legitimar o movimento, estimular o voluntariado e arrecadar recursos financeiros e materiais necessários para a guerra. Até o fim, quando São Paulo já se encontrava cercado por todos os lados e com sua capa-

cidade bélica praticamente exaurida, o jornal publicou reportagens e manchetes exaltando o valor do soldado e a legitimidade da causa paulistas.

Diferentemente de seu congênere paulista, o *Correio da Manhã* manteve a mesma estrutura editorial que possuía e apoiou o Governo Provisório com uma linha noticiosa mais sóbria, transcrevendo documentos oficiais e emitindo raros editoriais de opinião de natureza política, além de se abster de liderar campanhas de mobilização. Por outro lado, o jornal publicou inúmeras vezes o movimento de tropas que acorriam de todos os estados do país para combater o levante, como forma de exercer pressão psicológica sobre os soldados paulistas, muitos deles voluntários com mais entusiasmo do que experiência militar. Também no plano psicológico, o *Correio da Manhã* fez uso da fotografia, retratando prisioneiros de guerra paulistas e a chegada das tropas.

Finda a guerra civil verificou-se um processo de duplo sentido na gestão da memória, que resultou no apagamento, na maior parte do país, e na convocação e cristalização de uma memória regional de grande intensidade no Estado de São Paulo. Em que pese a mudança de posicionamento político no decorrer história republicana, marcada pela instabilidade, os dois periódicos contribuíram, cada um a seu modo, para a configuração desse quadro.

Até enquanto durou sua existência, em meados da década de 1970, o *Correio da Manhã* praticamente limitou-se a noticiar as cerimônias e comemorações ocorridas nos aniversários do movimento, evitando análises, editoriais e outras abordagens de natureza política. Apesar da ausência de um conteúdo crítico, o jornal procurou noticiar as atividades de rememoração promovidas em São Paulo, mantendo suas publicações em páginas interiores, sem o destaque das manchetes que estampavam as bancas de jornais.

Em sentido oposto, ao longo das décadas, *O Estado de S. Paulo* revisitou regularmente a guerra de 1932, exercendo um profundo ativismo e adotando linguagem com forte apelo emocional, buscando, apesar da derrota militar, legitimá-lo como uma “vitória moral”, favorecendo a elaboração e a cristalização de uma memória específica. Tal contribuição do jornal ao fortalecimento desse movimento deu-se por meio da cobertura do culto aos mortos e aos “heróis de 32”, da organização e construção dos espaços memoriais, da celebração de comemorações e da difusão de um discurso político, no qual a luta de São Paulo é associada à luta “contra a ditadura” e em defesa da democracia, privilegiando a visão liberal predominante entre as elites políticas estaduais.

A análise das reportagens, editoriais e artigos publicadas no jornal permitem verificar, ainda, como instituições privadas e públicas, notoriamente a Sociedade Veteranos de 32-MMDC, a FPSP (e depois a PMESP), prefeituras, poder legislativo e o próprio Estado de São

Paulo, assumiram a tutela da memória da guerra de 1932, inclusive com a definição do 9 de Julho como data magna estadual.

Apesar da derrota nos campos de batalha, nos anos subsequentes a “revolução constitucionalista de 32” foi sacralizada, e elevada a momento simbólico de uma identidade regional paulista de profunda penetração no imaginário social do estado. À criação de mitos, como os jovens manifestantes MMDC, seguiu-se a aderência de novos elementos à cultura política que já existia em São Paulo. Se antes eram marcantes o personalismo, o sentimento de superioridade e de pertencimento a uma constituição racial e sociocultural diferenciada, descendente dos Bandeirantes, depois de 1932 foram acrescentadas a ideia de um combate “em defesa da Lei” e “do interesse nacional”, a luta “pela democracia” e o voluntarismo do povo paulista, além de novos elementos simbólicos, como o 9 de Julho, o capacete de aço, o uniforme cáqui e a onipresente bandeira estadual alvinegra, que, embora idealizada no final do século XIX, somente recebeu as honras de culto cívico após o movimento de 1932.

Em 2012, quando o movimento de 1932 completava seu 80º aniversário, *O Estado de S. Paulo* publicou uma entrevista com o sociólogo José de Souza Martins, professor emérito da Universidade de São Paulo, que, entre outras considerações, afirmou o seguinte:

Algo aconteceu em São Paulo, a partir da Revolução de Outubro de 1930, que aplainou essas diferenças [entre forças políticas e sociais divergentes no estado] e aglutinou esses grupos, levando à revolução de 9 de julho, a Revolução Constitucionalista, algo que ainda não foi explicado [...].<sup>564</sup>

Certamente esse trabalho não encerra o objeto pesquisado, ao contrário, lança uma luz sobre aspectos pouco estudados relativos à guerra civil de 1932 e cria novas possibilidades para futuros aprofundamentos a respeito de um dos maiores conflitos internos ocorridos na história do Brasil. No entanto, a pesquisa vai ao encontro da lacuna detectada pelo professor, na qual pretendi dar minha contribuição para tentar explicar a guerra paulista, cuja memória permanece bastante viva em São Paulo.

Um conflito que, mesmo tendo ocorrido há 86 anos, insiste em permanecer no imaginário paulista e dividindo opiniões. Uma guerra cujos efeitos ainda ressoam e que parece que ainda não acabou.

---

<sup>564</sup> GOVERNO constitucionalista foi traído. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 2012, p.16.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

- Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
- Arquivo da Câmara dos Deputados
- Arquivo da Prefeitura de São Paulo
- Arquivo do Itamaraty
- Arquivo do Grupo *Estado*
- Arquivo do Jornal *O Estado de S. Paulo*
- Arquivo do Senado Federal
- Arquivo Histórico do Exército
- Arquivo Nacional
- Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Biblioteca Nacional
- Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Museu Aeroespacial
- Museu da Imagem e do Som de São Paulo
- Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo
- Museu Militar Conde de Linhares
- *Pantheón* – Paris
- Polícia Militar do Estado de São Paulo
- Service Historique de la Défense – Paris
- Sociedade de Veteranos de 32-MMDC

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas/Edipucrs, 2013.

ADDUCI, Cássia. Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira. *Lutas sociais*, São Paulo, v.11-12, p.72-84, 2004.

ALMEIDA, Guilherme de. *Margem*. São Paulo: Annablume/Casa Guilherme de Almeida, 2010.

ARAÚJO FILHO, José Gomes. *Cadete Ruytemberg Rocha*. Disponível em <<http://voluntariosdepiracicaba.blogspot.fr/2013/09/o-cadete-constitucionalista-ruytemberg.html>>. Acesso em 4 dez. 2017.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BJAJONE, Jefferson et al (orgs.). *Edição comemorativa dos oitenta anos de Cruzes paulistas: os que tomaram, em 1932, pela glória de servir São Paulo*. Itapetininga: Gráfica Regional, 2016.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*, v.1. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ática, 1995 [1909].

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-363.

BEZERRA, Holien. *Artimanhas da dominação*. 1981. 296 f. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1981.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In. PINSKY, Jaime (org). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1997.

BONIFACE, Pascal. *Dicionário das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas, 1997.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1991.

BROSSAT, Alain. et al. *A l'est, la mémoire retrouvée*. Paris: Editions La Découverte, 1990.

BROWN, Peter. *The cult of the saints: its rise and functions in Latin Christianity*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino - imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. *Tempo Social*, São Paulo, v.10 (2), p.1-12, out. 1998.

CARVALHO, Afonso. *Capacete de aço: cenas da luta do exército do Leste no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHOSA, Paulo Emendabili. *Monumento obelisco mausoléu ao soldado constitucionista de 1932*. Disponível em <<http://www.galileoemendabili.org/monumento-32-obelisco-mausoleu-ao-saldado-constitucionalista-de-1932>>. Acesso em 18 dez. 2017.

CLAUSEWITZ, Karl von. *Da guerra*. Disponível em <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>. Acesso em 24 jul. 2017.

COELHO, Andrea; DAVID, Flávia; OLIVEIRA FILHO, Idalício Manoel. *Correio da Manhã: compromisso com a verdade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2002.

COLLIER, Paul et al. *Breaking the conflict trap: civil war and development policy*. Washington: World Bank, 2003.

COSTA, Maria Teresa. Restauro renova monumento da Revolução de 32. *Correio Popular*, Campinas, 25 mar. 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Recife: EDUFPE, 2013.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá e a memória histórica. *História e Ensino*, Londrina, v.6, p.103-120, out. 2000.

DONATO, Hernani. *A revolução de 1932*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

\_\_\_\_\_. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

DULCI, Otávio Soares. Prefácio. In: VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

ENCICLOPÉDIA do holocausto. *A Aliança do Eixo na Segunda Guerra Mundial*. Disponível em <<https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10007963>> Acesso em 18 out. 2017.

ESPOSITO, Katia Adriana Falcão Pereira. *Departamento de Imprensa e Propaganda: a história concisa da imprensa e da propaganda do governo Vargas (1930-1945)*. 2015, 149 f. Dissertação

tação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, Rio de Janeiro, 2015.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 1930*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Reação Republicana* (verbete). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à Revolução de 1930*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1977.

FRITSCH, Winston. Aspectos da política econômica no Brasil, 1906-1914. In: NEUHAUS, Paulo (org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

GARCIA, Bruno. O outono das democracias. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.88, p.24-25, jan.2013.

GIRARDET, Raoul. *Mythes et mythologies politiques*. Paris: Seuil, 1986.

GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo as ideias no lugar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GUEDES, Ivan Pereira. Mártir: origem e significado. *Historiologia Protestante*. Disponível em <<http://historiologiaprotestante.blogspot.com.br/2017/04/verbete-martir-origem-e-significado.html>>. Acesso em 8 set. 2017.

HADDAD, Fernando. Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. *Revista Piauí*, São Paulo, n.129, jun. 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HISTÓRICO da Sociedade Veteranos de 32–MMDC. Disponível em <http://www.mmdc.org.br/historico-da-sociedade/>. Acesso em 19 out. 2017.

HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.

HOLANDA, Aurélio Buarque. *Mártir* (verbete). Disponível em <<https://dicionarioaurelio.com/martir>>. Acesso em 20 mai. 2017.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 2002.

JULGAMENTO simbólico condena Vargas pela morte de estudantes em 1932. *Consultor jurídico*, 9 jul. 2017. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-jul-09/julgamento-simbolico-condena-vargas-morte-estudantes-sp>>. Acesso em 31 jan. 2018.

KELLET, Anthony. *Motivação para o combate: o comportamento do soldado na luta*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

KUSCHINIR, Karina; CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.13, n.24, p.227-250, 1999.

LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. O Estado de São Paulo (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

LEVI-MOREIRA, Sílvia. Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924). *Revista de História da USP*, São Paulo, n.116, p.67-74, 1984.

LOPES, Raimundo Hélio. *Os batalhões provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)*. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2009.

\_\_\_\_\_. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro. 2014.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, pp.111-153.

LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luíza (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARANHÃO, Ricardo. São Paulo, 1932: tecnologia a serviço da revolução. *História Viva*, São Paulo, v.81, jul.2010.

MAYER, Jorge Miguel. Plínio Barreto (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

MAYRINK, José Maria. *Censura e democracia: o caso Estadão*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2010.

McCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MELO, Rosiane Maria. MMDC Obelisco. *MMDC Leste*. Disponível em <<http://www.mmdcleste.com.br/site/curiosidades/mmdc-obelisco>>. Acesso em 18 dez. 2017.

MONTENEGRO, Benedicto; WEISSOHN, Alberto Aguiar (orgs.). *Cruzes paulistas: os que tombaram, em 1932, pela glória de servir São Paulo*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1936.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Universidades, ditadura e cultura política. *Interseções*, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p. 69-89, jun.2014.

MOVIMENTO Tenentista. CPDOC-FGV. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>>. Acesso em 19 jul. 2016.

MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

MÚSICA da Revolução de 32. *MMDC Leste: Juventude Constitucionalista*. Disponível em <<http://www.mmdcleste.com.br/site/musica-da-revolucao-de-32/musica-da-revolucao-de-32>>. Acesso em 7 set. 2017.

NASCIMENTO, Jaime Oliveira do; LOPES, Raimundo Hélio. Pedro Leão Veloso Filho (verbeta). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CORREIO%20DA%20MANH%C3%83>>. Acesso em 20 jun. 2106.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

\_\_\_\_\_. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

PADDOCK, Troy. *World War I and propaganda*. Boston: Brill, 2014.

PANDOLFI, Dulce. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro et al (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/CPDOC, 2002, p.65-116.

\_\_\_\_\_. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAULA, Jeziel de. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: UNICAMP, 1997.

PECHMAN, Robert. Leite de Castro (verbeta). In: ABREU, Alzira Alves de et al (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

PEDRO de Toledo (verbeta). In: ABREU, Alzira Alves de et al (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro\\_de\\_toledo](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro_de_toledo)> Acesso em 13 nov. 2016.

PEREIRA, Mateus. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.31, n.57, p.863-902, set/dez 2015.

PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra: a sociedade diante da morte em combate*. Curitiba: CRV, 2017.

POLÍCIA Militar do Estado de São Paulo. *História da PM*. Disponível em <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>>. Acesso em 14 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. *Coronel Ventura completa 80 anos*. Disponível em <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/noticias/noticia-interna/2017/1/156/CORONEL-VENTURA-COMPLETA-80-ANOS>> Acesso em 18 jan. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

PORTO, Antônio Rodrigues. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.

RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

REGIMENTO de Polícia Montada 9 de Julho. *Origem*. Disponível em <<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/rpmont/>> Acesso em 15 dez. 2017.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

\_\_\_\_\_. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.31, p.147-160, 2003.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Júlio de Mesquita (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e a luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). *Revista História*, São Paulo, n.15, p.27-39, 1996.

SALLES, Alberto. *A Pátria paulista*. Brasília: UNB, 1983.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. *História & documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica?* São Paulo: Brasiliense, 1985.

SAUL, Vicente. O Estado de São Paulo (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al (orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel Henrique. Indústria cultural (verbetes). In: *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005, pp.225-230.

SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v.4, n.8, jul./dez. 2010.

SOCIEDADE Veteranos de 32-MMDC. *Ensaio sobre as origens dos núcleos de correspondência*. Disponível em <<http://www.sociedademmdc.com.br/p/relatorio-da-diretoria-executiva-do-ano.html>> Acesso em 18 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. *Histórico da Sociedade*. Disponível em <<http://www.mmdc.org.br/historico-da-sociedade/>> Acesso em 24 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. *Medalhas*. Disponível em <<http://www.mmdc.org.br/medalhas/>> Acesso em 24 dez. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo político-partidário na Primeira República. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1971.

SOUZA, Paulo Teixeira. *Logística interna para empresas prestadoras de serviço*. 2002. Disponível em: <<http://guialog.com.br/ARTIGO350.htm>>. Acesso em: 22 out. 2016.

TODOROV, Tzvetan. *Les abuses de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.

TOMAZELA, José Maria. Buri inaugura estátua de bronze em homenagem a soldado morto. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jul. 2012, p.6.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente, da proclamação da República à Revolução de 1930*, v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VILLA, Marco Antônio. *1932: Imagens de uma revolução*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, São Paulo, v.1, n.2, Set. 1984.

WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1988.

ZORZETE, Francisco. *Homenagem aos voluntários da Revolução Constitucionalista de 1932*. Disponível em <[http://www.mubevirtual.com.br/pt\\_br?Dados&area=ver&id=44](http://www.mubevirtual.com.br/pt_br?Dados&area=ver&id=44)> Acesso em 15 dez. 2017.

## ANEXO I

Ano	Presidente da República	Contexto político	Posicionamento dos jornais
1935	Getúlio Vargas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disputa entre a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora.</li> <li>- Levante comunista.</li> <li>- Repressão promovida por Vargas.</li> </ul>	<u>CM:</u> Oscilante entre apoio e oposição <u>OESP:</u> Oposição moderada
1937	Getúlio Vargas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Golpe do Estado Novo.</li> <li>- Governo ditatorial.</li> <li>- Censura aos órgãos de imprensa.</li> </ul>	<u>CM:</u> Oscilante entre apoio e oposição <u>OESP:</u> Oposição moderada
1942	Getúlio Vargas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Torpedeamento de navios brasileiros pelos alemães.</li> <li>- Brasil declara guerra à Alemanha e entra na 2ª Guerra Mundial.</li> </ul>	<u>CM:</u> Oscilante entre apoio e oposição <u>OESP:</u> Expropriado pelo governo a partir de 1940
1952	Getúlio Vargas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segundo governo Vargas.</li> </ul>	<u>CM:</u> Oposição <u>OESP:</u> Oposição
1957	Juscelino Kubitschek	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 25º aniversário da guerra de 1932.</li> <li>- Suicídio de Getúlio Vargas em 1954.</li> </ul>	<u>CM:</u> Apoio moderado. <u>OESP:</u> Oposição
1962	João Goulart	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Renúncia de Jânio Quadros em 1961.</li> <li>- Experiência parlamentarista.</li> </ul>	<u>CM:</u> Apoio. <u>OESP:</u> Oposição.
1972	Emílio Médici	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Golpe civil-militar em 1964.</li> <li>- AI 5 – repressão à oposição.</li> <li>- Censura aos órgãos de imprensa.</li> </ul>	<u>CM:</u> Oposição. <u>OESP:</u> Oscilante entre apoio e oposição
1982	João Figueiredo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 50º aniversário da guerra de 1932.</li> <li>- Pressionado pelo governo militar, o <i>Correio da Manhã</i> encerra suas atividades em 1974.</li> <li>- Início do período de reabertura política.</li> <li>- Lei da Anistia.</li> </ul>	<u>OESP:</u> Apoio cauteloso, com momentos de oposição.
1992	Fernando Collor	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeira eleição para presidente após o regime militar.</li> <li>- Processo de <i>impeachment</i> do presidente.</li> </ul>	<u>OESP:</u> Oposição.

2002	Fernando Henrique Cardoso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reformas liberais na economia.</li> <li>- Estabilização econômica.</li> <li>- Antes de eleito, Fernando Henrique era colaborador de <i>OESP</i> publicando artigos.</li> </ul>	<u>OESP:</u> Apoio.
2012	Dilma Rousseff	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeira mulher eleita para o cargo de presidente da República.</li> <li>- Continuidade das políticas de inclusão social empreendidas por Lula da Silva.</li> <li>- Elevados índices de aprovação popular.</li> </ul>	<u>OESP:</u> Distanciamento cauteloso.

Fontes: Quadro elaborado pelo autor com base em: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. VIANNA, Marly. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. SILVA, Hélio. *1935: a revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. SODRÉ, Nelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Macedo Alberto, 1986. CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. LEAL, Carlos Eduardo; SAUL, Vicente. O Estado de São Paulo (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (org.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Editoriais diversos dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*.